



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 627

Quinta-feira - 02 de Dezembro de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Biguaçu	3
Braço do Trombudo	3
Campo Alegre	4
Campos Novos	10
Capinzal	18
Chapadão do Lageado	19
Concórdia	35
Cordilheira Alta	36
Coronel Martins	36
Curitibanos	36
Ermo	42
Forquilha	42
Fraiburgo	43
Garopaba	48
Garuva	49
Gaspar	52
Herval do Oeste	64
Imbituba	64
Iomerê	66
Itapoá	66
Joaçaba	70
José Boiteux	74
Lauro Muller	83
Luzerna	90
Massaranduba	96
Meleiro	97
Morro da Fumaça	97
Novo Horizonte	101
Paial	101
Paulo Lopes	102
Pinheiro Preto	103
Porto Belo	106
Porto União	107
Rio do Sul	107
São Lourenço do Oeste	111
Schroeder	113
Siderópolis	117
Tunápolis	117
Turvo	119
Videira	119

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N° 410/2010

PORTARIA N° 410/2010

Concede Férias a servidor ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias, ao servidor ACT ADILSON PHILIPPE, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 01 de Dezembro de 2010, relativo ao período aquisitivo de 05/02/2009 a 04/02/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 411/2010.

PORTARIA N° 411/2010.

Concede Férias a servidor ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias, ao servidor ACT IONE MARIA CARDOSO DA ROCHA, ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de Dezembro de 2010, relativo ao período aquisitivo de 30/06/2009 a 29/06/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 412/2010.

PORTARIA Nº 412/2010.
Concede Férias a servidor ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias, ao servidor ACT JANELUCIA MULLER SCHMITZ, ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de Dezembro de 2010, relativo ao período aquisitivo de 30/06/2009 a 29/06/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 413/2010.

PORTARIA Nº 413/2010.
Concede Férias a servidor efetivo.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias, a servidor efetivo MADELAINE MAFRA, ocupante do Cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 01 de Dezembro de 2010, relativo ao período aquisitivo de 16/02/2009 a 15/02/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 414/2010

PORTARIA Nº 414/2010.
Concede Férias a servidor efetivo.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, a servidor efetivo MA-RESTER BAUMGARTEN PAULI, ocupante do Cargo de AUXILIAR CONTABIL FINANCEIRO - II, a partir de 01 de Dezembro de 2010, relativo ao período aquisitivo de 02/07/2007 a 01/07/2008.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 415/2010

PORTARIA Nº 415/2010.
Concede Adicional a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL P/TEMPO DE SERVIÇO, a servidor efetivo OSVALDO GUESSER, ocupante do Cargo de FISCAL DE TIRBUTOS, a partir de 01 de Dezembro de 2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 416/2010

PORTARIA Nº 416/2010.
Concede Férias a servidor efetivo.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias, a servidor ACT MARCIA CRISTRINA WEBER, ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de Dezembro de 2010,

relativo ao período aquisitivo de 30/06/2009 a 29/06/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação - PL Nº 144/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 144/2010; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: menor preço por item; Objeto Aquisição de Peças para recuperar partes danificadas do Trator Fiat FD-9, da frota de veículos e máquinas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no anexo I do Edital; Entrega dos envelopes e abertura: dia 15/12/2010 às 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 01 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - PL Nº 145/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 145/2010; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: Menor preço por item; Objeto: A presente Licitação tem por objeto a aquisição de um Servidor Processador e um Palm (Material Permanente), para Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 16/12/2010 às 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 01 de dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato do 1º Termo Aditivo AO Contrato Nº 169/2010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 169/2010; Origem: Licitação nº 114/2010 - Dispensa de Licitação; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Betha Sistemas Ltda; Objeto: Locação, em caráter emergencial, da licença de uso dos

sistemas de Contabilidade e Folha para Câmara Municipal, Contabilidade, Compras e Folha para Fundo Saúde, Contabilidade e Folha para Instituto Previdência e Compras e Licitações, Folha de Pagamento, Frotas, Patrimônio, Planejamento, Contabilidade e Tributação para Prefeitura Municipal de Antonio Carlos; Valor do Contrato: R\$ 5.045,10 (cinco mil, quarenta e cinco reais e dez centavos); Valor do Aditivo: R\$ 130,00 (cento e trinta reais); Valor Total do contrato Aditivado: R\$ 5.175,10 (cinco mil, cento e setenta e cinco reais e dez centavos).

Antônio Carlos, 30 de novembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Licitação PP 249 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 249/2010 - PMB

Aos dias 29 de Novembro de 2010, às 16:00 horas, reuniram-se o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, nas dependências da PMB, situada na Praça Nereu Ramos, 90, Centro, Biguaçu - SC, para a realização do referido Pregão destinado a contratação de empresa prestadora de serviços de análise/ vistoria de veículos para a Secretaria de Educação, entretanto nenhuma empresa demonstrou interesse em participar do certame.

Diante do exposto, fica republicado o pregão supracitado para o dia 14 de Dezembro de 2010, às 14:00 horas.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010 8020 e 8035.

Biguaçu 30 de Novembro de 2010.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Por delegação - Regina Evaldt
Secretária de Administração

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 053/2010

DECRETO 053/2010 29.11.2010
SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0637/2009 de 14.12.2009, etc

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinado a suplementar a seguinte

dotações do orçamento vigente:

03.01 - Secretaria de Administração e Finanças
 04.122.0041.2.006 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Adm. e Finanças
 3390.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 - Total R\$ 20.000,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2009.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de novembro de 2010.
 VILBERTO MULLER SCHOVINDER
 Prefeito Municipal

Decreto 054/2010

DECRETO 054/2010 29.11.2010

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0637/2009 de 14.12.2009, etc

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

03.01 - Secretaria de Administração e Finanças
 04.306.0041.2.009 - Manutenção e Reequipamento da Cozinha dos Servidores

3390.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10.01 - Secretaria de Educação
 12.365.0120.2033 - Manutenção de Merenda Escolar Pré-Escolar
 3390.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 - Total R\$ 10.000,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2009.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de novembro de 2010.
 VILBERTO MULLER SCHOVINDER
 Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.645 de 30 de Novembro de 2010

LEI Nº 3.645 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

91.00 - Fundo Municipal de Saúde
 91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas
 2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS
 300000.00.119 - Despesas Correntes
 310000.00.119 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.119 - Aplicações Diretas
 319004.00.119 - Contratação por Tempo Determinado
 R\$ 100.000,00
 319011.00.119 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
 R\$ 230.000,00
 TOTAL R\$ 330.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

91.00 - Fundo Municipal de Saúde
 91.03 - Manutenção das Atividades - Programa Saúde da Família
 2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica a Saúde
 300000.00.000 - Despesas Correntes
 310000.00.000 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.000 - Aplicações Diretas
 319004.00.120 - Contratação por Tempo Determinado
 R\$ 84.872,00
 319004.00.152 - Contratação por Tempo Determinado
 R\$ 33.700,00
 300000.00.120 - Despesas Correntes
 330000.00.120 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.120 - Aplicações Diretas
 339036.00.120 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
 R\$ 5.300,00
 91.04 - Manutenção das Atividades de Assist. Medica e Terapêutica
 2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnostico e Terapia
 400000.00.508 - Despesas de Capital
 440000.00.508 - Investimentos
 449000.00.508 - Aplicações Diretas
 449052.00.508 - Equipamentos e Material Permanente
 R\$ 185.000,00
 6.013 - Convenio com CIS/AMUNESC
 300000.00.119 - Despesas Correntes
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.119 - Aplicações Diretas
 339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 R\$ 5.275,00
 91.05 - Manutenção das Atividades de Assist. Hospitalar e Ambulatorial
 1.025 - Convenio com Hospital São Luiz
 300000.00.119 - Despesas Correntes
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.119 - Aplicações Diretas
 339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 R\$ 5.150,00
 91.06 - Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica
 2.029 - Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos
 300000.00.119 - Despesas Correntes
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

339000.00.119 - Aplicações Diretas
 339039.00.119 - Material de Consumo R\$ 10.703,00
 TOTAL R\$ 330.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
 das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 30 de no-
 vembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
 30/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.646 de 30 de Novembro de 2010

LEI Nº 3.646 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
 no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
 que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
 Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito
 Suplementar no valor de R\$ 25.266,00 (vinte e cinco mil, duzentos
 e sessenta e seis reais), a fim de suplementar as seguintes Dota-
 ções do Orçamento Vigente:

02.00 - Gabinete do Prefeito
 02.01 - Chefia de Gabinete
 2.010 - Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 335000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins
 Lucrativos
 335041.00.136 - Contribuições R\$ 1.680,00
 03.00 - Secretaria Municipal de Administração
 03.01 - Serviço de Administração
 2.043 - Pessoal da Secretaria de Administração
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.136 - Aplicações Diretas
 319011.00.136 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
 R\$ 23.586,00
 TOTAL R\$ 25.266,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei,
 correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do
 Orçamento vigente:

07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 07.03 - Serviços de Comércio e Indústria
 2.131 - Promoção do Empreendedorismo
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 1.000,00
 339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
 R\$ 250,00
 339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R\$ 3.000,00
 11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e
 Lazer
 11.01 - Coordenadoria de Cultura
 1.005 - Manutenção e Ampliação da Banda e Fanfarras
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 R\$ 1.630,00
 400000.00.136 - Despesas de Capital
 440000.00.136 - Investimentos
 449000.00.136 - Aplicações Diretas
 449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente
 R\$ 3.000,00
 2.707 - Biblioteca Municipal
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 4.930,00
 400000.00.136 - Despesas de Capital
 440000.00.136 - Investimentos
 449000.00.136 - Aplicações Diretas
 449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente
 R\$ 7.104,00
 11.02 - Coordenadoria de Turismo
 1.050 - Implantação de Sinalização Turística e Lixeiras
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 4.352,00
 TOTAL R\$ 25.266,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
 das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 30 de no-
 vembro de 2010.
 VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
 30/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.647 de 30 de Novembro de 2010

LEI Nº 3.647 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010
 CRIA O 1º CONCURSO DE PEÇA ARTESANAL DE CAMPO
 ALEGRE/SC, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, estado de Santa Catarina,
 faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara
 Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado no âmbito do Município de Campo Alegre/SC, o
 Concurso para escolha de peça artesanal que represente a ovelha,
 animal símbolo da Festa Estadual da Ovelha. de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único: A referida peça Artesanal será utilizada com ex-
 clusividade para representar a 13ª Festa Estadual da Ovelha do
 Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Poderão participar do Concurso de que trata a presente

Lei, todos os Municípios residentes em Campo Alegre/SC.

Art.3o) O Autor da peça artesanal vencedora será premiado com o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a qual será utilizada para promover a divulgação da 13ª Festa Estadual da Ovelha do Município de Campo Alegre/SC, conforme Regulamento do Concurso que será estabelecido através de Decreto Municipal.

§ 1º - Fica Poder Executivo Municipal autorizado a pagar o prêmio no valor estabelecido no caput deste Artigo.

§ 2º - A Comissão Julgadora Geral será composta por representantes das Secretarias do Governo Municipal, ficando a critério de cada Secretaria a escolha de seu representante e suplente, que serão nomeados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art.4o) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento do exercício de 2011, da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Art.5o) Fica o Poder Executivo autorizado à Regularizar a presente Lei através de Decreto.

Art.6o) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 30 de novembro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 30/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.630 de 26 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.630 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - Técnico em Nível Médio, ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK, matrícula nº 000001, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 5 Sub-Nível 52, Referência D para o Nível 5 Sub-Nível 53 Referência A no valor de R\$ 1.580,73 (um mil, quinhentos e oitenta reais, setenta e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de novembro de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.631 de 26 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.631 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - Auxiliar de Educador, BÁRBARA BRUSKE, matrícula nº 000008, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 2 Sub-Nível 22, Referência D para o Nível 2 Sub-Nível 23 Referência A no valor de R\$ 919,43 (novecentos e dezenove reais, quarenta e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de novembro de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.632 de 26 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.632 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal

- Agente Administrativo I, EDITE FERREIRA DA ROCHA, matrícula nº 000018, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 3 Sub-Nível 32, Referência C para o Nível 3 Sub-Nível 33 Referência A no valor de R\$ 1.057,32 (um mil, cinquenta e sete reais, trinta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de novembro de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.633 de 26 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.633 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I, EVANILDA TOMAZ CARVALHO, matrícula nº 000020, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência D para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência A no valor de R\$ 766,18 (setecentos e sessenta e seis reais, dezoito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de novembro de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.634 de 26 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.634 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical ao Servidor Público Municipal - Agente Operacional I, JOÃO FRANCISCO DE LIMA, matrícula nº 000032, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência D para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência A no valor de R\$ 766,18 (setecentos e sessenta e seis reais, dezoito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de novembro de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.635 de 26 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.635 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical ao Servidor Público Municipal - Motorista, JOSÉ EURIDES CORDEIRO DA CRUZ, matrícula nº 000031, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 3 Sub-Nível 32, Referência C para o Nível 3 Sub-Nível 33 Referência A no valor de R\$ 1.057,32 (um mil, cinquenta e sete reais, trinta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de novembro de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
26/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.636 de 26 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.636 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical ao Servidor Público Municipal - Agente Administrativo II, JOSÉ MAURO SCHWARZ, matrícula nº 000035, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 4 Sub-Nível 42, Referência D para o Nível 4 Sub-Nível 43 Referência A no valor de R\$ 1.215,95 (um mil, duzentos e quinze reais, noventa e cinco centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de novembro de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
26/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.637 de 26 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.637 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical ao Servidor Público Municipal - Motorista, LUIS CARLOS COTHOVISKY, matrícula nº 000040, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 3 Sub-Nível 32, Referência C para o Nível 3 Sub-Nível 33 Referência A no valor de R\$ 1.057,32 (um mil, cinquenta e sete reais, trinta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de novembro de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
26/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.638 de 26 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.638 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - Auxiliar de Enfermagem, MARIA OSNILDA MARTINS DA ROSA, matrícula nº 000040, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 4 Sub-Nível 42, Referência D para o Nível 4 Sub-Nível 43 Referência A no valor de R\$ 1.215,95 (um mil, duzentos e quinze reais, noventa e cinco centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de novembro de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.639 de 26 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.639 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I, MARIA ORINDA FERNANDES, matrícula nº 000049, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência C para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência A no valor de R\$ 766,18 (setecentos e sessenta e seis reais, dezoito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de novembro de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.640 de 26 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.640 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - Auxiliar de Enfermagem, MARILENA PISKE, matrícula nº 000051, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 4 Sub-Nível 42, Referência C para o Nível

4 Sub-Nível 43 Referência A no valor de R\$ 1.215,95 (um mil, duzentos e quinze reais, noventa e cinco centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de novembro de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.641 de 26 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.641 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - Auxiliar de Educador, MARILUCI NUNES DOS SANTOS BUCHMANN, matrícula nº 000077, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 2 Sub-Nível 23, Referência E para o Nível 2 Sub-Nível 23 Referência A no valor de R\$ 919,43 (novecentos e dezenove reais, quarenta e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de novembro de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.642 de 26 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.642 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA

PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical ao Servidor Público Municipal - Agente Operacional I, MÁRIO OSVALDO ATNER, matrícula nº 000055, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência C para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência A no valor de R\$ 766,18 (setecentos e sessenta e seis reais, dezoito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de novembro de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.643 de 26 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.643 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA

PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I, RENY DE FÁTIMA FERREIRA REISER, matrícula nº 000065, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência D para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência A no valor de R\$ 766,18 (setecentos e sessenta e seis reais, dezoito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de novembro de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.644 de 26 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.644 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA

PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I, TEREZINHA WIELEVICK, matrícula nº 000072, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência D para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência A no valor de R\$ 766,18 (setecentos e sessenta e seis reais, dezoito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de novembro de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 3.577 de 19/11/2010**

LEI Nº 3.577 DE 19/11/2010

CONCEDE ANISTIA AOS DEVEDORES DE TARIFAS DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Vilivaldo Erich Schmid, prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizada a Administração do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, a anistiar as tarifas devidas à autarquia, por consumidores que se enquadrarem nos seguintes requisitos:

I. O débito esteja vencido há mais de 2 (dois) anos;

II. O fornecimento de água tenha sido interrompido em consequência do inadimplemento;

III. Que no procedimento administrativo de cobrança, o servidor da autarquia certificou a inexistência de bens penhoráveis em nome do devedor, e que foram esgotados todos os meios possíveis para a cobrança amigável da dívida;

IV. Que o valor acumulado da dívida, no período a que se refere o inciso I, seja inferior a 231 (duzentos e trinta e uma) UFM - Unidade Fiscal Municipal.

Art. 2º Fica o diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto autorizado a conceder o parcelamento de até 24 (vinte e quatro) meses, com dispensa de juros de mora, para pagamento de débitos em atraso, corrigidos monetariamente.

§ 1º. O valor da parcela prevista no caput não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 2º. O parcelamento deferido será cobrado na fatura de consumo mensal, destacando-se em campo próprio o valor.

Art. 3º Não será considerada renúncia fiscal prevista no artigo 14, § 3º, inciso II da Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000, a anistia concedida nos termos do Art. 1º, inciso IV desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 19 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.578 de 26/11/2010

LEI Nº 3.578 DE 26/11/2010

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE MENCIONA

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a "Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Campos Novos", entidade civil de natureza religiosa, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº 0.858.974/0001-00, com sede na Rua Santa Efigênia, s/n, neste Município.

Art. 2º. Ficam assegurados os benefícios da legislação vigente à entidade mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei

em, 26 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.153 de 17/11/2010

DECRETO Nº 6.153 DE 17/11/2010

ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ARTIGO 5º, ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 6º DO DECRETO Nº 6.143 DE 22 DE OUTUBRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º O Artigo 5º do Decreto nº 6.143/2010 passará a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo:

"Art. 5º

§ único. O prazo previsto no caput, poderá ser prorrogado a pedido do loteador mediante requerimento fundamentado, não podendo ser superior a 2 (dois) anos a partir da data da aprovação do loteamento (Art. 102 - §2º - LC 03)."

Art. 2º O Artigo 6º do Decreto 6.143/2010, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Recolhidas as taxas e demais encargos, expeça-se o alvará de loteamento mediante as assinaturas dos termos de caucionamento, de compromisso de execução de obras de infraestrutura, e apresentação de modelo de contrato de compra e venda a ser utilizado de acordo com a Lei federal (Art. 94, §6º, LC 03)"

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.154 de 18/11/2010

DECRETO Nº 6.154 DE 18/11/2010

CORRIGE VALOR DA UFM

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica; considerando que o INPC/IBGE e acumulado no período de novembro de 2009 a outubro de 2010 foi de 5,49%,

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado em R\$ 2,28 (dois reais e vinte oito centavos) o valor da UFM - Unidade Fiscal do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Art. 3º - Fica revogado a partir de 31 de dezembro de 2010 o Decreto nº 5.899/09 de 24/11/09.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 18 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.155 de 18/11/2010

DECRETO Nº 6.155 DE 18/11/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.009 - Realização Obras e Reformas Sec. Transp. Obras e Urbanismo

Elementos de despesa:

52-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas

R\$ 65.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 - Manutenção do Deptº de Estradas e Rodagem

Elementos de despesa:

61-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), parte do excesso de arrecadação recursos próprios

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 18 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.156 de 19/11/2010

DECRETO Nº 6.156 DE 19/11/2010

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1.236 de 17/11/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Fonoaudióloga, integrante do Anexo IV do quadro de pessoal - Lei nº 1.981/93 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do pedido de exoneração da titular, Luciana Chiodi Costa, retroagindo seus efeitos a 12 de novembro de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 19 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.157 de 19/11/2010

DECRETO Nº 6.157 DE 19/11/2010

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1.351 de 17/11/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Médico, integrante do Anexo IV do quadro de pessoal - Lei nº 1.981/93 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por tempo de contribuição do titular, Carlos Alberto Rossa da Silva, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 19 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.158 de 18/11/2010

DECRETO Nº 6.158 DE 18/11/2010

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 154 de 18/11/2010 da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Nutricionista, integrante do Anexo IV do Quadro de Pessoal - Lei nº 1.814/91 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, em decorrência do pedido de exoneração da titular, Elenara Stichtenoth, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 18 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.158 DE 18/11/2010

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 154 de 18/11/2010 da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Nutricionista, integrante do Anexo IV do Quadro de Pessoal - Lei nº 1.814/91 - Plano de

Cargos e Salários dos Servidores da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, em decorrência do pedido de exoneração da titular, Elenara Stichtenoth, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 18 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.159 de 18/11/2010

DECRETO Nº 6.159 DE 18/11/2010

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 156 de 18/11/2010 da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Enfermagem, integrante do Anexo IV do Quadro de Pessoal - Lei nº 1.814/91 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, em decorrência do pedido de exoneração da titular, Simone Luciana Triques, retroagindo seus efeitos a 08 de outubro de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 18 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.160 de 18/11/2010

DECRETO Nº 6.160 DE 18/11/2010

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 155 de 18/11/2010 da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar Administrativo, integrante do Anexo IV do Quadro de Pessoal - Lei nº 1.814/91 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, em decorrência do pedido de exoneração do titular, Rafael Borges da Silva, retroagindo seus efeitos a 19 de outubro de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 18 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.161 de 19/11/2010

DECRETO Nº 6.161 DE 19/11/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na rubrica abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEPTº DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJ/ATIV. 2.017 - Manutenção do Ensino FUNDEB 40%

112-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0014.0-Aplicações Diretas..R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), parte do provável excesso de arrecadação do FUNDEB 40%.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 19 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.161 de 19/11/2010

DECRETO Nº 6.161 DE 19/11/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na rubrica abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEPTº DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJ/ATIV. 2.017 - Manutenção do Ensino FUNDEB 40%

112-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0014.0-Aplicações Diretas..R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), parte do provável excesso de arrecadação do FUNDEB 40%.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 19 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.162 de 19/11/2010

DECRETO Nº 6.162 DE 19/11/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município no valor de R\$ 1.533.000,00 (Um milhão quinhentos e trinta e três mil reais), nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - GABINETE DO Prefeito Municipal

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa:

109-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas
R\$ 80.000,00

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.001 - Manutenção Dptº Planejamento, Organização e Coord. Geral

Elementos de despesa:

106-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas
R\$ 35.000,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 06 - DEPARTAMENTO DE PESSOAL

PROJETO/ATIVIDADE: 0.001 - Manutenção Pagamento Inativos e Pensionistas - Prefeitura

Elementos de despesa:

96-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

Elementos de despesa:

92-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas
R\$ 80.000,00
91-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 - DPTº DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL-PRÉ-ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.011 - Manutenção Deptº Ensino Infantil - Pré-Escolar

Elementos de despesa:

126-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0066.0-Aplicações Diretas
R\$ 615.000,00

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14 - DPTº DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - GERÊNCIAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.022 - Manutenção Deptº Assistência Social e da Família - Gerências

Elementos de despesa:

34-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas
R\$ 120.000,00

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 19 - DPTº DA AGRICULTURA - GERÊNCIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.028 - Manutenção Deptº de Agricultura - Gerência

20-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DPTº DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 - Manutenção Deptº de Estradas de Rodagem

Elementos de despesa:

60-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas
R\$ 480.000,00
61-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas
R\$ 33.000,00

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE: 27 - DPTº DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.039 - Manutenção Deptº de Esportes

Elementos de despesa:

46-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 1.533.000,00 (um milhão quinhentos e trinta e três mil reais), parte do excesso de arrecadação da finte de recursos próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 19 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.163 de 19/11/2010

DECRETO Nº 6.163 DE 19/11/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.067 - Manutenção do Programa CAPS e MAC/FAE

Elementos de despesa:

19-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0072.0-Aplicações Diretas
R\$30.000,00

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.068 - Manutenção do Programa SAMU

Elementos de despesa:

24-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0072.0-Aplicações Diretas
R\$10.000,00

Art. 2º. Por conta da abertura de crédito adicional suplementar a que se refere o Art. 1º, ficam anulados nos projetos e nas

atividades abaixo, os seguintes elementos de despesa:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.067 - Manutenção do Programa CAPS e MAC/FAE
Elementos de despesa:
20-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0072.0-Aplicações Diretas
R\$30.000,00

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.068 - Manutenção do Programa SAMU
Elementos de despesa:
23-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0023.0-Aplicações Diretas
R\$10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 19 de novembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.164 de 25/11/2010

DECRETO Nº 6.164 DE 25/11/2010
AUTORIZA UTILIZAÇÃO DE RECURSO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o relatório da Secretaria Municipal de Assistência Social de 24/11/2010, que relata os danos materiais ocorridos pela precipitação da chuva de granizo, nas residências dos moradores da comunidade Assentamento Betinho;

Considerando a manifestação da Comissão Municipal de Defesa Civil;

Considerando as imediatas providências que deverão ser tomadas para abrigar os atingidos pela ocorrência;

Com amparo no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 15, §§1º, 2º e 3º da Lei nº 3.474/09 de 17 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a utilização dos recursos da Reserva de Contingência, ante o evento ocorrido em 24/11/2010, no interior do município, na comunidade Assentamento Betinho, conforme relatórios apresentados pela Secretaria de Assistência Social, e Comissão Municipal de Defesa Civil.

§ único. Integram este Decreto independente de transcrição os relatórios mencionados no caput.

Art. 2º - A autorização prevista no Art. 1º limitar-se-á ao valor de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 25 de novembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.166 de 25/11/2010

DECRETO Nº 6.166 DE 25/11/2010
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1.194 de 21/10/10,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professor I, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.968/00 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência do pedido de exoneração da titular, Mayles Alessandra Teske Almeida, retroagindo seus efeitos a 19 de outubro de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 25 de novembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.167 de 25/11/2010

DECRETO Nº 6.167 DE 25/11/2010
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1.235 de 05/11/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Médico, integrante do Anexo IV do quadro de pessoal - Lei nº 1.981/93 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por tempo de contribuição do titular, Darci Crispim Correa, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 25 de novembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.168 de 30/11/2010

DECRETO Nº 6.168 DE 30/11/2010
DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o falecimento do camponovense FLARES JOSÉ ROSAR, ocorrido em 30 do corrente mês;

Considerando as atividades políticas, administrativas e funcionais exercidas no âmbito do Município e Estado;

Com amparo no artigo 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado "Luto Oficial" por três dias no âmbito, em decorrência do falecimento do cidadão FLARES JOSÉ ROSAR

ocorrido em 30 de novembro de 2010.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 30 de novembro de 2010
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Processo de Licitação 01/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO 01/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: AUTO POSTO TROPEIRO LTDA
OBJETO: Fica acrescido no objeto do contrato 02/2010, 750 litros de gasolina comum R\$ 2,45 comum, Total R\$1.837,50(um mil oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) para administração, conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e suas alterações.
VALOR: R\$ R\$1.837,50(um mil oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)
DATA: 25/11/2010
VIGÊNCIA: 31/12/2010
CONTRATO: 260/2010 - ADITIVO

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº 03/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL PARA A REESTRUTURAÇÃO DE SETORES DO FUNREBON - FUNDO DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAMPOS NOVOS.
VALOR: R\$ 9.125,00 (nove mil cento e vinte e cinco reais).
DATA: 22/11/2010
VIGÊNCIA: 31/12/2010
CONTRATO: 05 /2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº 03/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: IRE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E TRANSP. LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL PARA A REESTRUTURAÇÃO DE SETORES DO FUNREBON - FUNDO DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAMPOS NOVOS.
VALOR: R\$ 11.996,50 (onze mil novecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos).
DATA: 22/11/2010
VIGÊNCIA: 31/12/2010
CONTRATO: 04 /2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº 122/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 122/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: GERWAL INDUSTRIA METALÚRGICA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÕES DE PONTO DE ONIBUS E CONsertos de CAÇAMBAS DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.
VALOR: R\$ 12.182,50 (doze mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)
DATA: 09/11/2010
VIGÊNCIA: 31/12/2010
CONTRATO: 251/2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº 123/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 123/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA:GASPERIN EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME
OBJETO: EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇO) PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ISOLADA ENCRUZILHADA, CONFORME MEMORIAIAL DESCRITIVO E PROJETO.
VALOR: R\$ 46.993,29 (quarenta e seis mil novecentos e noventa e três reais e vinte e nove centavos)
DATA: 10/11/2010
VIGÊNCIA: 31/12/2010
CONTRATO: 252/2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº 124/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 124/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA:TOP SPORTS COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFEUS PARA PREMIAÇÃO DO JECAM E CAMPEONATOS MUNICIPAIS DE VOLEIBOL, BASQUETE, FUTSAL E FUTEBOL DE CAMPO REALIZADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTES DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.
VALOR: R\$ 20.470,00 (vinte mil quatrocentos e setenta reais)
DATA: 10/11/2010
VIGÊNCIA: 31/12/2010
CONTRATO: 253/2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº 126/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 126/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA
OBJETO: Retroescavadeira, nova, de fabricação nacional, com cadastro no Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) BNDES, tração 4x4. Garantia de 12 meses sem limite de horas trabalhadas.
VALOR: R\$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais)
DATA: 18/11/2010
VIGÊNCIA: 31/12/2010
CONTRATO: 256/2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº 126/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 126/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: VIDEAR CONCÓRDIA CAMINHMHÕES LTDA
OBJETO: CAMINHÃO TRUCK 6X2 COM CAÇAMBA DE FABRICAÇÃO NACIONAL, COM CADASTRO NO FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) BNDES, 0 km, com as seguintes características mínimas: ano/modelo de fabricação mínimo 2010, na cor branca, cabine em aço, tração 6x2, trucasado de fábrica, equipado com motor de 6 cilindros, diesel, turbinado e intercoolado, potência mínima de 215cv, cambio com no mínimo 6 marchas a frente e 1 a ré, freio a ar com tambor nas rodas dianteiras e traseiras, freio de estacionamento, freio motor, ar quente, direção hidráulica, preferencialmente equipado com pneus radiais com câmara 1000 R x 20 16 pr sistema de som completo com cd player na cabine e pneus homologados pelo fabricante. Garantia de no mínimo 12 meses, sem limite de quilometragem.
VALOR: R\$ 176.900,00 (cento e setenta e seis mil e novecentos reais)
DATA: 18/11/2010

VIGÊNCIA: 31/12/2010
CONTRATO: 257/2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº 126/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 126/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
OBJETO: Motoniveladora nova, de fabricação nacional, com cadastro no Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) BNDES, com as seguintes especificações mínimas: ano de fabricação mínimo 2010, chassi tipo articulado, acionada por motor diesel turbo alimentado de 6 cilindros, potência variável com no mínimo 135 hp para marchas baixas e 155 hp para marchas altas. Garantia de 12 meses sem limite de horas trabalhadas.
VALOR: R\$ 594.500,00 (quinhentos e noventa e quatro mil e quinhentos reais)
DATA: 18/11/2010
VIGÊNCIA: 31/12/2010
CONTRATO: 258/2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº 127/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 127/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: COMÉRCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA ME
OBJETO: SERVIÇO COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS DE ACESSO ÀS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.
VALOR: R\$ 77.751,00 (setenta e sete mil setecentos e cinquenta e um reais), sem reajuste.
DATA: 22/11/2010
VIGÊNCIA: 31/12/2010
CONTRATO: 265/2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº 129/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 129/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: EXPRESS SERVIÇOS LTDA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GUARDA DESARMADO PARA A PRAÇA LAURO MULLER, TERMINAL RODOVIÁRIO, CASA DO ARTESANATO E SERVENTES PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO NO TERMINAL RODOVIÁRIO DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.
DATA: 26/11/2010
VIGÊNCIA: 31/12/2010
CONTRATO: 264/2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº 130/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 130/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos de fabricação nacional, 0 km ano de fabricação 2010 ano modelo 2011, conforme especificações em anexo.
VALOR: total R\$ 65.800,00 (sessenta e cinco mil e oitocentos reais).
DATA: 26/11/2010
VIGÊNCIA: 31/12/2010
CONTRATO: 263/2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº 131/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 131/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: CONSTRUTORA SOLO LTDA,
OBJETO: EMPREITADA GLOBAL (MATERIAIS E SERVIÇOS) PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO NA ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL PROF. LIDES T. D. TITON, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.
VALOR: R\$ 64.631,37 (sessenta e quatro mil seiscentos e trinta e um reais e trinta e sete centavos).
DATA: 26/11/2010
VIGÊNCIA: 31/12/2010
CONTRATO: 262/2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº 132/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 132/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: ENERGY CITY LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL EM VARIAS RUAS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.
VALOR: R\$ 148.520,00 (cento e quarenta e oito mil quinhentos e vinte reais).
DATA: 26/11/2010
VIGÊNCIA: 31/12/2010
CONTRATO: 261/2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº 14/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: AGROPECUÁRIA BRASIL LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DOAÇÃO A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.
VALOR: R\$ 22.835,00 (vinte e dois mil oitocentos e trinta e cinco reais).
DATA: 09/11/2010
VIGÊNCIA: 31/12/2010
CONTRATO: 20/2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº 58/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 58/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: Valentina Casa & Estilo Ltda
OBJETO: A contratada se compromete a fornecer mais 25% do objeto do processo 58/2010 nas mesmas condições previstas no contrato original 121/2010.
VALOR: R\$ 10.124,25 (dez mil cento e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos)
DATA: 10/11/2010
VIGÊNCIA: 31/12/2010
CONTRATO: 255/2010 - ADITIVO

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº118/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº118/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
OBJETO: EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇO) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM CHAO NATURAL, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, E MEIO FIO NA

RAS RUAS: SILVIO NEVES BLEYER, JUSTINO RAMOS DA CUNHA, BORGES DE MEDEIROS E SERVIDAO DA RUA JOAO PINTO DE ANDRADE LOCALIZADAS NOS BAIRROS SANTO ANTONIO E BOA VISTA NO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

VALOR: R\$ 346.658,52 (trezentos e quarenta e seis mil seiscentos e cinqüenta e oito reais e cinqüenta e dois centavos)

DATA: 29/10/2010

VIGÊNCIA: 31/12/2010

CONTRATO: 250/2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº14 /2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº14 /2010

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS - FUNDO SOCIAL

CONTRATADA: CIMECOM COM. MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DOAÇÃO A PESSOAS CARENTES DO MUNICPIO DE CAMPOS NOVOS.

VALOR: R\$ 2.694,70 (dois mil seiscentos e noventa e quatro reais e setenta centavos), sem reajuste.

DATA: 09 /11/2010

VIGÊNCIA: 31/12/2010

CONTRATO: 21/2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº14 /2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº14 /2010

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS - FUNDO SOCIAL

CONTRATADA: SANDRO MARCOS SUZANA ME - MADEIREIRA MADCAMPOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DOAÇÃO A PESSOAS CARENTES DO MUNICPIO DE CAMPOS NOVOS.

VALOR: R\$ 40.084,00 (quarenta mil e oitenta e quatro reais).

DATA: 09 /11/2010

VIGÊNCIA: 31/12/2010

CONTRATO: 22/2010

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº33/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº33/2010

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS BERTELI LTDA

OBJETO: A contratada se compromete a fornecer mais 25% do objeto do processo 33/2010 nas mesmas condições previstas no contrato original 77/2010.

VALOR: R\$ 16.225,06 (dezesesseis mil duzentos e vinte e cinco reais e seis centavos)

DATA: 23/11/2010

VIGÊNCIA: 31/12/2010

CONTRATO: 259/2010 - ADITIVO

Extrato de Contrato Processo de Licitação Nº69/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº69/2010

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: COOPERATIVA REG. AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - FILIAL MERCADO

OBJETO: Em decorrência da majoração acordada na cláusula primeira, o preço a partir da assinatura deste termo passará a ser o seguinte: item 20 - COXA E SOBRECOXA DE FRANGO, passará para R\$ 4,59 (quatro reais e cinquenta e nove centavos).

VALOR: R\$ 4,59(quatro reais e cinquenta e nove centavos)

DATA: 10/11/2010

VIGÊNCIA: 31/12/2010

CONTRATO: 254/2010 - ADITIVO

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato 003/2010 - FUMREBOM

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0003/2010

Dispensa de Licitação 0003/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUN.DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAPINZAL

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUCOES LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para revestimento chapisco e reboco desempenado com área de 333,60m2, na sede do Corpo de Bombeiros.

VALOR R\$: 11.280,50

VIGÊNCIA: 30/11/2010 A 20/12/2010

Contrato 009/2010 FMH

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0009/2010

Pregão Presencial 0005/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL

CONTRATADA: CERÂMICA JR LTDA

OBJETO: Aquisição de material de construção, utilizado para reforma de unidades habitacionais, em diversos locais do Município, Centro/Bairros e Interior, recursos próprios.

VALOR R\$: 2.298,28

VIGÊNCIA: 26/11/2010 A 31/12/2010

Contrato 010/2010 FMH

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0010/2010

Pregão Presencial 0005/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL

CONTRATADA: AUGUSTINHO COSTA-ME

OBJETO: Aquisição de material de construção, utilizado para reforma de unidades habitacionais, em diversos locais do Município, Centro/Bairros e Interior, recursos próprios.

VALOR R\$: 3.342,74

VIGÊNCIA: 26/11/2010 A 31/12/2010

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 121/2010 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 0121/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: MULTI ELETRO LTDA

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação de prazo até de 10/05/2011 e acréscimo de valores na ordem de aproximadamente 22,55% do valor original do contrato, significando R\$ 24.361,80 (Vinte e quatro mil trezentos e sessenta e um reais e oitenta centavos) conforme planilhas de supressão e acréscimos e demais especificações técnicas e projetos anexados.

VALOR R\$: 24.361,80

VIGÊNCIA: 29/11/2010 A 10/05/2011

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 0491 de 01.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI Nº 0491 DE 01.12.2010

“ACRESCE, ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI QUE DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO SOB REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL, NO ÂMBITO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Acresce o inciso V ao §1º do art.2º da Lei nº 0085 de 30.06.99, com a seguinte redação:

“Art.2º

§1º

V - para substituir professor efetivo, em virtude de seu afastamento para exercer cargo em comissão ou atividade administrativa na Secretaria ou cedência.”

Art. 2º O inciso II e o §2º do artigo 4º, os arts. 5º, 8º; 9º incluído do parágrafo único; 10 incluído dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º, 19; 20 e 25 da Lei nº 0085 de 30.06.99, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 4º São condições de admissão:

II - ter idade mínima de 18 anos;

§ 2º A comprovação da habilitação far-se-á mediante o certificado de conclusão do curso expedido pela instituição educacional ou diploma de magistério, de nível superior ou médio, devidamente registrado no órgão competente.

Art. 5º As admissões serão precedidas de processo seletivo de provas, ou de provas e títulos, de acordo com regulamentação própria, exceto nas admissões para atender os programas de desporto educacional, que serão preenchidas de acordo com as necessidades de habilitação técnica e/ou experiência na área.

Art. 8º O regime de trabalho do servidor admitido por esta lei será de 05 (cinco), 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte), 25 (vinte e cinco), 30 (trinta), 35 (trinta e cinco) e 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 9º O professor admitido em caráter temporário perceberá mensalmente, retribuição pecuniária equivalente aos níveis iniciais de vencimento do professor efetivo, corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Parágrafo único. Excetuam-se do caput deste artigo, as admissões de acordo com o § 3º do art. 4º da Lei nº 0085/99, quando o professor perceberá mensalmente, retribuição pecuniária equivalente a 95 % (noventa e cinco por cento) do nível I, da tabela de vencimento dos professores efetivos.

Art. 10. Fica instituída a Gratificação de Incentivo a Regência de Classe e a Gratificação de Assiduidade calculada sobre o vencimento da respectiva função exercida, proporcionalmente a carga

horária.

§ 1º A Gratificação de Incentivo a Regência de Classe será de até 12 % (doze por cento) e concedida aos professores que atuam na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e na Educação de Jovens e Adultos.

§ 2º A Gratificação de Assiduidade será de até 10% (dez por cento), cumulativa com a gratificação prevista no § 1º deste artigo, desde que comprovado 100% (cem por cento) de frequência ao trabalho durante o mês, ressaltando-se as concessões referidas no art. 74 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99, e o afastamento para gozo de férias regulamentares, licença gestante, adoção e paternidade.

§ 3º Será tolerada falta de 1 (um) dia, a cada mês, para tratamento de saúde, devidamente comprovado com atestado médico, mediante redução de 50%(cinquenta por cento) da gratificação prevista no parágrafo anterior.

§ 4º As gratificações previstas no caput do artigo serão concedidas por Decreto do Chefe do Poder Executivo, tomando-se por base a disponibilidade financeira e os limites com despesas de pessoal, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, e não se incorporam aos vencimentos e nem se acumulam com outras gratificações previstas aos servidores públicos Municipais, exceto aquelas já incorporadas aos vencimentos por lei ou decorrentes de direito adquirido ou sentença judicial.”

Art. 19. As admissões em caráter temporário serão efetuadas mediante contrato administrativo e portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal, podendo esta competência ser delegada ao Secretário Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 20. As contratações realizadas nos termos desta Lei vinculam-se ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos do §13 do art. 40 da Constituição Federal.

Art. 25. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta dos recursos previstos no orçamento fiscal em cada exercício.”

Art. 3º Ficam revogadas as disposições do § 1º do art. 4º, do art.12, do art.13 e parágrafo único, do art.17 e art.21, todos da Lei nº 0085 de 30.06.99.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 01 de dezembro de 2010.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 047 de 01.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI COMPLEMENTAR Nº 047 DE 01.12.2010

“ESTABELECE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO, ESTADO DE SANTA CATARINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei complementar:

TÍTULO I



Dos Órgãos e das Entidades da Administração**CAPÍTULO I****Dos Órgãos da Administração Direta**

Art. 1º A Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, para realização de seus objetivos, é constituída dos seguintes órgãos, diretamente subordinados ao Prefeito Municipal:

- A) GABINETE DO PREFEITO;
- B) SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO;
- C) SECRETARIA DA FAZENDA;
- D) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES;
- E) SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO
- F) SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO;
- G) SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL;
- H) SECRETARIA DA SAÚDE;
- I) SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

§1º Integram, ainda, a estrutura da administração direta, os fundos, os conselhos municipais, órgãos deliberativos, consultivos e de assessoramento, cujo funcionamento, atribuições, vinculação e composição são fixados em lei específica.

§2º A Secretaria da Junta de Serviço Militar, como órgão de execução do alistamento militar, nos termos da Lei Federal nº 4375/64, é presidida pelo Prefeito.

SEÇÃO I**Do Gabinete do Prefeito**

Art. 2º O Gabinete do Prefeito é o órgão de assessoramento que tem por finalidade coordenar a representação política e social do Prefeito, o atendimento da população e controle, sendo integrado pela seguinte estrutura organizacional:

- I - Chefia de Gabinete;
- II - Coordenadoria de Defesa Civil;
- III - Controladoria; e
- IV - Procuradoria Jurídica.

SUBSEÇÃO I**Da Chefia de Gabinete**

Art. 3º À Chefia de Gabinete compete:

- I - assistir ao Prefeito Municipal;
- II - promover a transmissão e o controle das instruções emanadas do Prefeito Municipal;
- III - acompanhar o processo legislativo municipal;
- IV - solicitar à Procuradoria do Município informações sobre o controle do cumprimento dos prazos legais, a expedição e a publicação dos atos e decretos editados e das leis sancionadas ou promulgadas pelo Prefeito Municipal;
- V - sugerir a revisão da produção jurídica quanto aos decretos a serem submetidos à assinatura do Prefeito Municipal;
- VI - efetuar o levantamento de informações em sua área de atuação, para conhecimento e permanente avaliação do Prefeito;
- VII - coordenar as atividades de representação dos interesses da administração municipal;

VIII - administrar os meios de transporte do Gabinete do Prefeito;

IX - cuidar da representação civil do Prefeito Municipal;

X - gerir as atividades de integração política e administrativa;

XI - promover o relacionamento do Poder Executivo com o Poder Legislativo;

XII - estreitar o relacionamento com outros Municípios, com autoridades das demais esferas de governo e com entidades representativas da sociedade civil;

XIII - coordenar o atendimento e atenção ao cidadão, inclusive através de mobilização coletiva junto às comunidades locais relativamente à Administração Pública;

XIV - coordenar, no âmbito de sua competência, a orientação, recebimento, processamento e cadastramento das solicitações, sugestões, críticas e reclamações apresentadas pessoalmente, por carta, por telefone ou por qualquer outro meio de comunicação, referente à Administração Pública, sejam de pessoas físicas ou jurídicas;

XV - manter o cidadão informado e atualizado sobre o andamento de seu pedido, serviços e obras realizadas, até sua resolução, de modo a zelar pelo atendimento integral, digno, ético, transparente e eficaz por parte da Administração Pública;

XVI - identificar as necessidades do cidadão e buscar soluções para as questões por ele levantadas, visando o aprimoramento no atendimento do serviço público e na prestação de serviços, de forma a garantir o direito ao exercício da cidadania;

XVII - atender para a solicitação de execução de serviços públicos, no âmbito de sua competência e nos limites do maquinário e equipamentos, postos à sua disposição e responsabilidade; e

XVIII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelo superior hierárquico.

Parágrafo único. A Chefia de Gabinete será dirigida pelo Chefe de Gabinete, com vencimento fixado em lei específica.

SUBSEÇÃO II**Da Coordenadoria de Defesa Civil**

Art. 4º À Coordenadoria de Defesa Civil compete:

- I - coordenar e supervisionar as ações de defesa civil, acompanhadas de estruturação e eficaz dinâmica de comunicação;
- II - elaborar e implantar planos, projetos e programas de defesa civil com recursos tecnológicos específicos;
- III - em casos de situação de emergência ou estado de calamidade pública, ou na iminência de sua ocorrência:
 - a) temporariamente, requisitar servidores e recursos materiais de órgãos ou entidades, necessários para emprego em ações de defesa civil;
 - b) recursos financeiros e bens necessários à eficácia de seu desempenho, obedecida a legislação vigente;
- IV - promover a capacitação de recursos humanos para as ações de defesa civil, em articulação com órgãos;
- V - propor à autoridade competente a homologação de situação de

emergência ou de estado de calamidade pública;

VI - providenciar a distribuição e o controle dos suprimentos necessários ao abastecimento em situações de desastres;

VII - coordenar, no que couber, o controle do transporte rodoviário de produtos perigosos;

VIII - realizar estudos, mapear, avaliar e reduzir riscos de desastres;

IX - atuar na iminência e em circunstâncias de desastres;

X - prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações afetadas, e reabilitar e recuperar os cenários dos desastres;

XI - acompanhar e identificar os fatores adversos e anormais da natureza, de ocorrência periódica na área, bem como os que, estranhos à natureza, possam vir a acontecer no Município;

XII - elaborar planos gerais e setoriais para prevenir o Município contra os fatores anormais ou adversos, sugerindo soluções para enfrentá-los;

XIII - recomendar ou sugerir, através do Departamento Estadual de Defesa Civil, medidas específicas e prioritárias à Administração Pública, para prevenir, evitar ou sanar calamidades previsíveis;

XIV - sugerir medidas objetivas para debelar o flagelo, minorando os riscos, evitando perdas e danos e prestando assistência geral à população;

XV - promover estudos e propor recomendações sobre as consequências desastrosas causadas por negligência humana, que possam provocar situações emergenciais que reclamem ações da Defesa Civil;

XVI - participar e colaborar com programas coordenados pelo SIN-DEC - Sistema Nacional de Defesa Civil e Sistema Estadual;

XVII - estruturar um sistema de comunicação que propicie informações consistentes, em tempo real, à população sobre os assuntos relacionados à prevenção, riscos de desastres ou catástrofes, entre outros; e

XVIII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

Parágrafo único. A Coordenadoria de Defesa Civil será dirigida pelo Coordenador da Defesa Civil a ser o ocupado por servidor público efetivo com conhecimento em defesa civil e prevenção de desastres.

SUBSEÇÃO III Da Controladoria

Art. 5º As atribuições e competências da Controladoria estão definidas na Lei Complementar nº014, de 12.12.2003, que dispõe sobre o "Sistema de Controle Interno e cria a Controladoria Municipal".

SUBSEÇÃO IV Da Procuradoria Jurídica

Art. 6º À Procuradoria Jurídica compete:

I - representar o Município em juízo, mediante delegação do Prefeito;

II - propor, a quem de direito, declaração de nulidade ou anulação

de quaisquer atos administrativos manifestamente inconstitucionais ou ilegais;

III - receber citações, notificações e intimações nas ações judiciais de interesse do Município;

IV - acordar, desistir, transigir, firmar compromisso e confessar nas ações de interesse do Município, bem como, na esfera administrativa ou extrajudicial (art.50, XI da LOM);

V - sugerir a propositura de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal e elaborar as informações que lhe caibam prestar, na forma da Constituição do Estado;

VI - executar a dívida ativa;

VII - efetuar análise prévia das minutas dos editais de licitações e contratos administrativos;

VIII - assessorar o Prefeito em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos ou propondo normas, medidas e diretrizes;

IX - assistir o Prefeito no controle interno da legalidade dos atos da Administração;

X - sugerir ao Prefeito medidas de caráter jurídico reclamadas pelo interesse público;

XI - fixar a interpretação das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica do Município e demais leis e atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Municipal;

XII - garantir a correta aplicação das leis, prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos da Administração Municipal;

XIII - editar enunciados de súmula administrativa, resultantes de jurisprudência iterativa dos Tribunais;

XIV - exercer orientação normativa e supervisão técnica quanto aos órgãos jurídicos das entidades da Administração Municipal;

XV - referendar atos e decretos expedidos pelo Prefeito, relativos a matérias relacionadas à Procuradoria-Geral do Município;

XVI - requisitar das autoridades municipais competentes, certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

Parágrafo único. A Procuradoria do Município será dirigida pelo Procurador do Município, nomeado em comissão, com vencimento fixado em lei específica.

SEÇÃO II Da Secretaria de Administração e Planejamento

Art. 7º À Secretaria Municipal de Administração e Planejamento compete:

I - coordenar a política de gestão de pessoal, notadamente na capacitação, gestão do conhecimento e da motivação, para todos os servidores públicos municipais;

II - decidir sobre os afastamentos funcionais, ouvido os dirigentes de órgãos e secretarias;

III - executar as ações relativas aos processos seletivos e concursos públicos para ingresso de pessoas;

IV - processar e gerir as folhas de pagamento dos órgãos e entidades do Poder Executivo, bem como manter atualizado o cadastro funcional e registro pertinentes ao servidor;

V - coordenar o relacionamento do Poder Executivo com as entidades representativas de servidores públicos municipais, zelando especialmente pelo respeito à ordem democrática e a autonomia da livre organização dos trabalhadores;

VI - implantar sistema de avaliação por desempenho e resultados de todos os servidores públicos municipais;

VII - disciplinar e coordenar as ações do processo de sindicância e administrativo referente à pessoal;

VIII - coordenar e estabelecer políticas do processo de capacitação e progressão funcional dos servidores;

IX - normatizar, gerir e coordenar o sistema de atos legais do Poder Executivo;

X - elaborar em cada exercício para ter efeito no exercício subsequente, a escala de férias, aprovada por Decreto;

XI - manter estoque mínimo bem como sua perfeita guarda, conservação e fornecimento a todas as unidades administrativas do Poder Executivo, conforme normativas específicas;

XII - manter a frota de veículos e o equipamento de uso geral da administração, bem como sua guarda e conservação;

XIII - coordenar o sistema de protocolo municipal;

XIV - dispor sobre a gestão documental, em especial a manutenção atualizada da coletânea de leis, decretos e demais atos (portaria, resoluções, instruções, normativas) do Município, bem como a legislação federal e estadual de interesse do Município;

XV - gerir o asseio, serviços de copa, segurança e conservação dos bens municipais;

XVI - dispor sobre o sistema de divulgação e publicação dos atos e fatos oficiais, bem como de sua divulgação; gestão dos símbolos oficiais inclusive hasteamento de bandeiras e insígnias;

XVII - executar atividades relativas ao tombamento, registro, inventário, proteção e conservação dos bens da municipalidade; e

XVIII - normatizar e coordenar os serviços de reprografia, telefonia e comunicação eletrônica;

XIX - desempenhar outras competências correlatas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento será dirigida pelo respectivo Secretário, sendo remunerado por subsídio, em valor fixado em lei específica.

Art. 8º Integram a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento:

- I - Diretoria de Administração e Planejamento;
- II - Diretoria de Recursos Humanos;
- III - Divisão de Serviços Gerais, Patrimônio e Frota;
- IV - Assessoria de Planejamento; e
- V - Assessoria Técnica.

SUBSEÇÃO I

Da Diretoria de Administração e Planejamento

Art. 9º À Diretoria de Administração e Planejamento compete:

I - gerenciar a unidade quanto à realização das rotinas administrativas, supervisionando a elaboração de expedientes administrativos dos demais servidores;

II - manter arquivos e papéis que, em caráter particular, bem como os relativos a assuntos pessoais ou políticos, ou que, por sua natureza, devam ser guardados de modo reservado;

III - atender, pessoalmente os dirigentes das demais unidades, providenciando o necessário para lhe dar as devidas condições de trabalho;

IV - gerenciar e controlar as atividades relacionadas com material, transportes internos e serviços gerais;

V - gerenciar, controlar e coordenar, respeitando orientação superior, os trâmites administrativos de expediente e requerimentos encaminhados ao órgão;

VI - atender com presteza as solicitações formuladas pelos titulares dos órgãos superiores, no que diz respeito ao fluxo de serviços;

VII - em parceria com as demais unidades e órgãos a execução dos planos de governo, em especial a elaboração do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, da Lei orçamentária Anual - LOA, audiências públicas, execução orçamentária e financeira, observado a competência das demais unidades;

VIII - assessorar as chefias nas suas atribuições e responsabilidades; e

IX - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO II

Da Diretoria de Recursos Humanos

Art. 10. A Diretoria de Recursos Humanos compete:

I - acolher e aplicar as rotinas de pessoal instituídas pelo Sistema de Controle Interno e aprovadas por ato do Prefeito;

II - aplicar e fazer aplicar as leis e regulamentos referentes ao pessoal do Poder Executivo, orientando e fiscalizando sua execução;

III - administrar as atividades de seleção, capacitação e cadastro de pessoal;

IV - auxiliar na elaboração da proposta orçamentária do Poder Executivo na parte relativa a pessoal;

V - controlar a lotação, provimento e vacância de cargos, empregos e funções públicas do Poder Executivo;

VI - controlar os afastamentos e frequência dos servidores do Poder Executivo, efetuando relatórios aos seus superiores;

VII - orientar os servidores sobre as ações de perícia médica e saúde ocupacional no âmbito do Poder Executivo;

VIII - observar ou estabelecer rotinas e procedimentos referentes ao ingresso de pessoas no serviço público municipal;

IX - executar as rotinas e procedimentos relativos à folha de pagamento, com abrangência no Poder Executivo, inclusive sobre a gestão e elaboração das folhas de pagamento;

X - prestar esclarecimentos e acolher as orientações de controle sobre as auditorias internas e externas nas despesas com pessoal, notadamente à folha de pagamento e as demais benefícios funcionais;

XI - proceder ao cálculo de repercussões financeiras e simulações referentes aos gastos com pessoal, em cumprimento aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - promover o arquivamento nas pastas funcionais o atos inerentes ao servidor;

XIII - elaborar e propor ao Prefeito, anualmente, para vigorar no exercício subsequente, a escala de férias;

XIV - propor a instauração de processo de sindicância ou disciplinar que envolva servidores da Secretaria;

XV - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO III

Da Divisão de Serviços Gerais, Patrimônio e Frota

Art. 11. À Divisão de Serviços Gerais, Patrimônio e Frota compete:

I - coordenar, supervisionar e executar as atividades de manutenção, limpeza e segurança das instalações da sede da Prefeitura;

II - acolher e aplicar as rotinas de patrimônio e frota instituídas pelo Sistema de Controle Interno e aprovadas por ato do Prefeito;

III - gerenciar e monitorar os procedimentos administrativos relativos à administração de bens imóveis e permanentes;

IV - coordenar a realização de planos, estudos e análise, visando ao desenvolvimento, aperfeiçoamento e modernização dos bens permanentes e da frota;

V - realizar periodicamente encontros com todo o funcionalismo com o objetivo de debater a responsabilidade de cada um pela boa utilização, zelo e a guarda do bem público;

VI - promover a organização e manter atualizado o cadastro ou sistema de todos os bens patrimoniais do Município;

VII - promover anualmente e no encerramento do mandato do Prefeito ou sempre que for solicitado, o Inventário dos bens móveis e imóveis;

VIII - administrar e manter sob controle o seguro, emplacamento e licenciamento dos veículos do Município;

IX - responder pelo controle de escrituras, contratos e outros documentos relativos ao patrimônio do Município, de modo que possam fornecer dados e elementos de consulta;

X - efetuar o controle e acompanhamento do arrendamento, a cessão de uso e a locação incidente sobre bens imóveis e permanentes do Município;

XI - iniciar o processo para a correta destinação de bens inservíveis ou em desuso no âmbito do Poder Executivo;

XII - manter controle e levantamentos estatísticos sobre consumo de combustível da frota, reposição de peças e manutenção (lancernagem e serviços);

XIII - efetuar o controle e a identificação dos responsáveis por

atos de infração de trânsito; promover os recursos por atos de infração de trânsito; definir, quando for o caso, o responsável pela indenização ao erário das multas pagas pelo Município;

XIV - apurar responsabilidade em caso de acidente, instaurando processo administrativo competente; e

XV - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO IV

Da Assessoria de Planejamento

Art. 12. À Assessoria de Planejamento compete:

I - assessorar a Secretaria de Administração e Planejamento na elaboração dos planos de governo;

II - responder pela elaboração e alteração do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, da Lei orçamentária Anual - LOA;

III - iniciar as audiências públicas e fóruns de discussão e elaboração de propostas e projetos de políticas públicas;

IV - captar recursos;

V - propor medidas que visem à racionalização dos métodos de trabalho, quanto às técnicas de planejamento, controle, organização e métodos;

VI - coordenar o planejamento geral de gestão de governo, em articulação com os demais órgãos do Poder Executivo;

VII - coordenar e gerir sistemas de informações estratégicas;

SUBSEÇÃO V

Da Assessoria Técnica

Art. 13. À Assessoria Técnica compete desempenhar atividades de assessoramento técnico específico que lhe forem determinadas pelo superior hierárquico.

SEÇÃO III

Da Secretaria da Fazenda

Art. 14. À Secretaria da Fazenda compete:

I - cumprir e fazer cumprir todos os atos necessários para a correta programação e execução orçamentária e financeira no âmbito do Município, marcadamente os programas, projetos ou atividades constantes no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;

II - assessorar o Chefe do Poder Executivo na formulação da política financeira do Município;

III - coordenar e promover o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos pelo Município;

IV - levantar os balancetes, balanços-gerais e seus anexos, prestações de contas previstas em lei, bem como outros documentos de apuração contábil;

V - coordenar a política tributária municipal;

VI - coordenar as providências para o recebimento das cotas federais e estaduais;

VII - supervisionar o processo de lançamento de tributos, fazendo corrigir ou reformar quando irregularmente executado;

VIII - instruir os contribuintes municipais sobre o cumprimento da legislação tributária, seja por atendimento pessoal, sejam por meio de publicações de editais, avisos, ofícios, circulares, ordens de serviços internos, etc.;

IX - tomar conhecimento, diariamente, do movimento financeiro, verificando as disponibilidades;

X - organizar, atendido o cumprimento da ordem cronológica, os pagamentos em favor dos servidores, fornecedores e prestadores de serviços e obras, de acordo com as disponibilidades financeiras, por fonte diferenciada de recursos;

XI - tomar conhecimento das denúncias de fraude e infrações fiscais, fazer apurá-las, reprimi-las e tomar providências em defesa do fisco municipal;

XII - elaborar o calendário de pagamento de tributos municipais;

XIII - avaliar constantemente a Planta Genérica de Valores do Município e propor atualizações e correções quando necessário, submetendo-as ao Chefe do Poder Executivo;

XIV - conceder, mediante despacho, benefício fiscal previsto em lei, quando atendidas as condições determinadas na legislação correspondente;

XV - gerenciar a elaboração, a programação financeira e o cronograma de desembolso do Poder Executivo;

XVI - determinar o limite de repasses financeiros aos fundos municipais, observando o limite mínimo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

XVII - formalizar os processos sobre remanejamentos orçamentários abertura de créditos adicionais, bem como da elaboração da Minuta do Ato respectivo;

XVIII - elaborar, coordenar e acompanhar os procedimentos relativos aos processos de licitação do Poder Executivo e seus respectivos fundos, nas suas diversas modalidades;

XIX - analisar, em conjunto com os órgãos competentes, os pedidos de reajuste, realinhamento, equilíbrio econômico e financeiro dos contratos;

XX - coordenar os processos e procedimentos relativos ao cadastro de fornecedores, cadastro de preços, catálogo de materiais e demais suprimentos;

XXI - estabelecer políticas, definir processos e procedimentos referentes ao fiel cumprimento dos contratos, especialmente àqueles referentes à verificação e certificação da qualidade dos materiais entregues e serviços executados;

XXII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

Parágrafo único. A Secretaria da Fazenda será dirigida pelo respectivo Secretário, sendo remunerado por subsídio, em valor fixado em lei específica.

Art. 15. Integram a estrutura organizacional da Secretaria da Fazenda:

I - Divisão de Compras, Contratos e Licitações; e a

II - Coordenadoria Administrativa.

SUBSEÇÃO I

Da Divisão de Compras, Contratos e Licitações

Art. 16. À Divisão de Compras, Contratos e Licitações compete:

I - acolher e aplicar as rotinas de compras, contratos e licitações instituídas pelo Sistema de Controle Interno e aprovadas por ato do Prefeito;

II - gerenciar o processamento das solicitações de materiais e elaborar pedidos de aquisição, visando instruir processos licitatórios;

III - gerenciar a execução dos procedimentos relacionados com compras diretas de materiais e serviços;

IV - emitir as ordens de fornecimento ou serviços, quando devidamente autorizada pelo Prefeito ou autoridade delegada;

V - promover o arquivamento das cópias de autorização de compras e serviços e controle dos blocos de Ordem de Serviço ou Compras;

VI - promover programas de racionalização e redução de consumo de materiais;

VII - monitorar, fiscalizar, controlar e executar licitações;

VIII - propor e administrar sistemas informatizados de licitações e pregão;

IX - administrar os procedimentos de avaliação de fornecedores e prestadores de serviço;

X - efetuar anualmente o chamamento por edital, dos interessados que queiram se cadastrar ou atualizar o cadastro de fornecedor ou prestador de serviços;

XI - elaborar a minuta dos editais de licitação e contratos, submetendo-as à análise prévia da Procuradoria;

XII - efetuar processos individuais e arquivamento da documentação pertinente ao certame licitatório, numerando todas as suas folhas, sem prejuízo da rubrica e número da matrícula do servidor responsável;

XIII - regulamentar, padronizar e gerir os cadastros de fornecedores e de preços, catálogo de materiais e demais suprimentos;

XIV - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO II

Da Coordenadoria Administrativa

Art. 17. À Coordenadoria Administrativa compete:

I - gerenciar a unidade quanto à realização das rotinas administrativas, execução de expedientes, protocolo, expedição e arquivo de correspondência;

II - coordenar os processos de suprimento de materiais de consumo da Secretaria da Fazenda;

III - administrar e controlar o almoxarifado;

IV - controlar a execução dos serviços de conservação e limpeza da Secretaria;

V - controlar e coordenar, respeitando orientação superior, os trâmites administrativos de expediente e requerimentos encaminhados ao órgão;

VI - atender com presteza as solicitações formuladas pelo titular do órgão, no que diz respeito ao fluxo de serviços;

VII - auxiliar na execução orçamentária e financeira no tocante as despesas da Secretaria, acompanhar a arrecadação e aplicação dos recursos destinados à Secretaria; participar da execução de planos de aplicação de recursos;

VIII - assessorar a Secretaria na execução e controle das atividades de transcrição de dados, operação e produção de sistemas de informação;

IX - encaminhar para as instituições e parceiros a consolidação e análise dos dados;

X - promover oportunidades de formação e aperfeiçoamento de pessoal;

XI - elaborar instruções e procedimentos para chamada, seleção, formação e movimentação de pessoal;

XII - propor a instauração de processo de sindicância ou disciplinar que envolva servidores da Secretaria;

XIII - exercer o controle de frequência encaminhando aos serviços de folha de pagamento da Secretaria de Administração; e

XIV - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SEÇÃO IV

Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

Art. 18. À Secretaria da Educação, Cultura e Esportes competem:

I - elaborar as políticas educacionais do Município com a participação do Conselho Municipal da Educação;

II - coordenar a execução das políticas educacionais do Município;

III - elaborar e executar planos, programas e projetos educacionais no âmbito municipal, obedecendo às diretrizes e prioridades estabelecidas pelo governo municipal e em consonância com as linhas de políticas educacionais definidas nos níveis federal e estadual;

IV - manter atualizados os dados necessários ao gerenciamento da Rede Municipal de Ensino, no que se refere ao corpo discente, ao corpo docente, aos prédios e seus equipamentos, e aos cursos oferecidos;

V - definir padrões básicos de funcionamento para a Rede Municipal de Ensino;

VI - realizar, anualmente, o levantamento da população em idade escolar, procedendo a sua chamada para matrícula;

VII - combater a evasão, a repetência e todas as causas de baixo rendimento dos alunos, através de medidas de aperfeiçoamento do ensino e de assistência ao aluno;

VIII - firmar convênios, acordos e contratos com organismos e instituições oficiais e privadas;

IX - expedir instruções para a execução das leis, decretos e demais

regulamentos;

X - participar na elaboração da proposta orçamentária na destinação de recursos para a rede municipal de ensino;

XI - encaminhar solicitações de compras diretas e abertura de processo licitatório para aquisições de maior vulto para compra e serviços pertinentes aos programas de educação e assistência ao educando;

XII - executar programas que objetivem elevar o nível de preparação dos professores e de sua remuneração, integrando-os nos programas de desenvolvimento de recursos humanos;

XIII - propor a criação e extinção de escolas municipais;

XIV - manter a rede escolar que atenda preferencialmente as zonas rurais, sobretudo aquelas de baixa densidade demográfica ou de difícil acesso;

XV - supervisionar e orientar a manutenção das unidades escolares, bem como limpeza, organização e higienização do ambiente; e

XVI - desempenhar outras competências correlatas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação será dirigida pelo respectivo Secretário, sendo remunerado por subsídio, cujo valor é fixado em lei específica.

Art. 19. Integram a estrutura organizacional da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes:

I - Diretoria de Ensino;

II - Coordenadoria Administrativa;

III - Divisão de Cultura;

IV - Divisão de Esportes; e

V - Assessoria Técnica.

SUBSEÇÃO I

Da Diretoria de Ensino

Art. 20. À Diretoria de Ensino compete:

I - coordenar a criação, elaboração e implantação dos projetos técnico-pedagógicos;

II - coordenar a prestação de assistência técnico-pedagógica, de forma direta;

III - coordenar a editoração e/ou divulgação das publicações de interesse da educação;

IV - orientar e acompanhar a execução dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Educação;

V - promover estudos, encontros e intercâmbio com outras instituições, objetivando o aprimoramento das habilidades técnicas e profissionais;

VI - supervisionar a realização de visitas técnicas, servindo de elo facilitador entre a Secretaria de Educação e unidades escolares;

VII - analisar, acompanhar e avaliar a eficácia dos instrumentos gerenciais das unidades e escolares;

VIII - acompanhar a construção e execução das ações estabelecidas no Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE para o

cumprimento das metas, corrigindo os rumos quando necessário;

IX - comunicar às unidades escolares acerca das normas e orientações emanadas da Secretaria Municipal de Educação e acompanhar sua aplicação;

X - analisar e orientar a reestruturação dos instrumentos gerenciais visando o fortalecimento da gestão escolar;

XI - supervisionar o desenvolvimento dos projetos e programas implantados nas unidades escolares;

XII - orientar e acompanhar a elaboração e definição de planos, programas e projetos na área de educação especial e de jovens e adultos mediante políticas que fortaleçam sua inclusão social;

XIII - zelar pelo cumprimento da legislação pertinente à educação especial;

XIV - supervisionar a promoção, orientação e acompanhamento da execução de eventos de ordem educacional e cultural inerentes à educação básica;

XV - promover ações de aperfeiçoamento ao corpo docente, e ao pessoal técnico-administrativo e pedagógico;

XVI - identificar, analisar, fomentar e divulgar inovações científicas, tecnológicas e culturais;

XVII - supervisionar a elaboração de projetos inerentes à área do desporto escolar;

XVIII - supervisionar e coordenar os programas de alfabetização de jovens e adultos;

XIX - realizar serviços de assistência educacional destinados a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar; e

XX - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO II

Da Coordenadoria Administrativa

Art. 21. À Coordenadoria Administrativa compete:

I - gerenciar a unidade quanto à realização das rotinas administrativas, execução de expedientes, protocolo, expedição e arquivo de correspondência;

II - coordenar os processos de suprimento de materiais de consumo e alimentação escolar às unidades integrantes da estrutura organizacional da Secretaria de Educação;

III - administrar e controlar o almoxarifado;

IV - controlar a execução dos serviços de conservação e limpeza da Secretaria e das unidades educacionais;

V - gerenciar e controlar as atividades relacionadas com transporte escolar e interno;

VI - controlar e coordenar, respeitando orientação superior, os trâmites administrativos de expediente e requerimentos encaminhados ao órgão;

VII - atender com presteza as solicitações formuladas pelo titular do órgão, no que diz respeito ao fluxo de serviços;

VIII - auxiliar na execução orçamentária e financeira no tocante as despesas da Secretaria, acompanhar a arrecadação e aplicação dos recursos destinados à educação básica; participar da execução de planos de aplicação de recursos destinados à educação;

IX - assessorar a Secretaria na execução e controle das atividades de transcrição de dados, operação e produção de sistemas de informação;

X - encaminhar para as instituições e parceiros a consolidação e análise dos dados;

XI - promover oportunidades de formação e aperfeiçoamento de pessoal na área da educação;

XII - elaborar instruções e procedimentos para chamada, seleção, formação e movimentação de pessoal;

XIII - propor a instauração de processo de sindicância ou disciplinar que envolva servidores da Secretaria Municipal de Educação;

XIV - exercer o controle de frequência encaminhando aos serviços de folha de pagamento da Secretaria de Administração; e

XV - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO III

Da Divisão de Cultura

Art. 22. À Divisão de Cultura compete:

I - promover o desenvolvimento cultural, do Município através do estímulo ao cultivo das ciências, das artes e das letras;

II - proteger o patrimônio cultural, histórico, artístico e natural do Município;

III - promover e incentivar a realização de atividades e estudos de interesse local, de natureza científica ou sócio-econômica;

IV - incentivar e proteger o artista e o artesão;

V - documentar as artes populares; e

VI - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO IV

Da Divisão de Esportes

Art. 23. À Divisão de Esportes compete:

I - promover regularmente a execução de programas esportivos e recreativos de interesse para a população;

II - organizar, manter e supervisionar os ginásios de esportes e quadras esportivas;

III - proporcionar meios de recreação sadia e construtiva da comunidade;

IV - promover e apoiar as práticas esportivas na comunidade; e

V - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO V

Da Assessoria Técnica

Art. 24. À Assessoria Técnica compete desempenhar atividades de assessoramento pedagógico, assessoria de planejamento e outras atribuições que lhes forem determinadas pelo superior hierárquico.

SEÇÃO V

Da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio

Art. 25. À Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio compete:

I - promover a realização de programas, projetos e convênios que permitam o desenvolvimento rural sustentável, que contemplem o desenvolvimento social, econômico, político e ambiental do Município;

II - apoiar o cooperativismo, o sindicalismo e a extensão rural na formação comunitária, através de associações, cooperativas e outras modalidades de organizações voltadas para as atividades econômicas e sociais;

III - promover e orientar a diversidade de sistemas agropastoril, bem como as diversas formas de produção: convencional e agroecológica;

IV - incentivar e orientar o produtor rural quanto à emissão de nota fiscal nas suas transações comerciais;

V - coordenar a promoção de medidas visando a defesa sanitária vegetal e animal, a fixação do homem ao campo, a educação sanitária e o melhoramento de sua qualidade de vida;

VI - responder pela defesa sanitária vegetal e animal e o melhoramento genético;

VII - intermediar com a Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos a manutenção das estradas rurais;

VIII - planejar, coordenar, organizar, controlar, executar, dirigir e normatizar as atividades inerentes à prestação de serviços rurais ao agricultor com equipamentos do Município ou para este fim contratado;

IX - apoiar os produtores para a correta utilização e manejo do solo;

X - planejar, coordenar, organizar, controlar, executar, dirigir e normatizar as atividades inerentes ao desenvolvimento econômico dos setores da indústria, comércio e prestação de serviços no âmbito do Município;

XI - planejar e coordenar ações que visem à atração, localização, manutenção, expansão e desenvolvimento de empreendimentos comerciais e industriais;

XII - estimular pesquisas, estudos e levantamentos sobre o desempenho das empresas sediadas no território do Município;

XIII - subsidiar as empresas com informações sobre política, programas e incentivos, com a finalidade de fomentar e dinamizar o desenvolvimento industrial, comercial e de prestação de serviços;

XIV - promover e divulgar estudos e pesquisas sobre as potencialidades do Município para instalação de indústria e serviços; e

XV - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio serão dirigidos pelo respectivo Secretário, sendo

remunerado por subsídio, cujo valor é fixado em lei específica.

Art. 26. Integram a estrutura organizacional da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio:

I - Diretoria de Desenvolvimento Agrícola;

II - Coordenadoria Administrativa; e a

III - Assessoria Técnica.

SUBSEÇÃO I

Da Diretoria de Desenvolvimento Agrícola

Art. 27. A Diretoria de Desenvolvimento Agrícola compete:

I - orientar o agricultor quanto a diversidade de sistemas agropastoril, bem como as diversas formas de produção: convencional e agroecológica;

II - implementar a educação ambiental, a preservação dos mananciais, as áreas de preservação permanente, a reserva legal, a formação de matas ciliares;

III - incentivar e orientar o produtor rural quanto à emissão de nota fiscal nas suas transações comerciais;

IV - coordenar a promoção de medidas visando a defesa sanitária vegetal e animal, a fixação do homem ao campo, a educação sanitária e o melhoramento de sua qualidade de vida;

V - orientar e supervisionar a correta aplicação da defesa sanitária vegetal e animal e o melhoramento genético;

VI - encaminhar à autoridade superior todos os expedientes e requerimentos relativos à manutenção das estradas rurais;

VII - planejar, coordenar, organizar, controlar, as atividades inerentes à prestação de serviços rurais ao agricultor com equipamentos do Município ou para este fim contratado;

VIII - orientar os produtores para a correta utilização e manejo do solo

IX - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO II

Da Coordenadoria Administrativa

Art. 28. A Coordenadoria Administrativa compete:

I - gerenciar a unidade quanto à realização das rotinas administrativas, execução de expedientes, protocolo, expedição e arquivo de correspondência;

II - coordenar os processos de suprimento de materiais de consumo para atender a estrutura organizacional da Secretaria;

III - controlar e coordenar, respeitando orientação superior, os trâmites administrativos de expediente e requerimentos encaminhados ao órgão;

IV - atender com presteza as solicitações formuladas pelo titular do órgão, no que diz respeito ao fluxo de serviços;

V - auxiliar na execução orçamentária e financeira no tocante as despesas da Secretaria, acompanhar a arrecadação e aplicação dos recursos destinados à educação básica;

VI - participar da execução de planos de aplicação de recursos

destinados à agricultura;

VII - propor a instauração de processo de sindicância ou disciplinar que envolva servidores da Secretaria; e

VIII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO III

Da Assessoria Técnica

Art. 29. À Assessoria Técnica compete desempenhar atividades de assessoramento técnico específico que lhe forem determinadas pelo superior hierárquico.

SEÇÃO VI

Da Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

Art. 30. À Secretaria do Meio Ambiente e Turismo compete:

I - executar a política ambiental no território do Município;

II - articular-se com organismos governamentais e não governamentais, visando obter recursos financeiros e tecnológicos para o desenvolvimento de programas de proteção ao meio ambiente;

III - prestar assessoramento e orientação a preservação, a recuperação e a exploração racional dos recursos naturais do Município;

IV - promover campanhas educacionais e de treinamento, destinadas a despertar a consciência ambiental da população para com os problemas de preservação e proteção ambiental;

V - fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente natural, aplicando as punições que a legislação ambiental dispõe para cada caso de agressão, poluição, caça e pesca predatória;

VI - implantar, fiscalizar e administrar as Unidades de Conservação localizadas em áreas protegidas por lei, tais como: matas nativas, encostas e recursos hídricos, visando a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora, fauna, recursos genéticos e outros bens de interesse ambiental;

VII - assessorar os órgãos e entidades do Poder Executivo na formulação, coordenação, execução da Política Municipal do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis;

VIII - colaborar tecnicamente com os proprietários na conservação de áreas de vegetação declaradas de preservação permanente, assim como incentivar o desenvolvimento de jardins, plantas medicinais, hortas, pomares, matas e pequenos reflorestamentos;

IX - controlar os padrões de qualidade ambiental relativos à poluição atmosférica, hídrica, acústica e visual, e a contaminação dos solos, incluindo o monitoramento da qualidade das águas;

X - propor e operacionalizar normas referentes à proteção do patrimônio paisagístico do Município, incluindo critérios para colocação de propaganda em logradouros públicos e particulares e em prédios e terrenos;

XI - implantar, coordenar e operacionalizar o horto municipal, com a finalidade de executar atividades de reflorestamentos, projetos paisagísticos, serviços de jardinagens e arborização nas áreas públicas e de lazer do Município;

XII - colaborar na proteção dos animais selvagens e domésticos e no disciplinamento e fiscalização de qualquer atividade de pesca

e caça no Município;

XIII - promover campanhas para tombamento das espécies de árvores nativas, localizadas em logradouros públicos, a fim de que sejam imunes ao corte, por serem consideradas patrimônio histórico natural;

XIV - propor normas ambientais destinadas a disciplinar as atividades dos setores produtivos que operem ou vierem operar com transportes, movimentação e depósito de cargas perigosas e tóxicas no Município;

XV - definir as políticas municipais de limpeza urbana, em relação à coleta seletiva de lixo, à reciclagem do lixo "seco", à compostagem do lixo orgânico e à disposição final do lixo sem aproveitamento;

XVI - promover a conscientização política para a proteção do meio ambiente, criando instrumentos adequados para a educação ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar em todos os níveis de ensino, incluindo a criação de espaços formais e informais para a construção de uma cidadania ambiental, especialmente em crianças e adolescentes;

XVII - operacionalizar a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância que visem proteção ambiental e desenvolvimento sustentável;

XVIII - analisar e aprovar os projetos de extensão do serviço público municipal de estrutura básica com repercussão ambiental;

XIX - incentivar, difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade turística no Município;

XX - zelar pelo patrimônio paisagístico e turístico do Município;

XXI - manter, administrar e zelar os pontos turísticos;

XXII - propor a instauração de processo de sindicância ou disciplinar que envolva servidores da Secretaria; e

XXIII - desempenhar outras competências correlatas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. A Secretaria do Meio Ambiente e Turismo será dirigida pelo respectivo Secretário, sendo remunerado por subsídio, cujo valor é fixado em lei específica.

Art. 31. Integra a estrutura organizacional da Secretaria do Meio Ambiente e Turismo:

I - Assessoria Técnica.

SUBSEÇÃO I

Da Assessoria Técnica

Art. 32. À Assessoria Técnica compete desempenhar atividades de assessoramento técnico específico, que lhe forem determinadas pelo superior hierárquico.

SEÇÃO VII

Da Secretaria de Desenvolvimento Social

Art. 33. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social compete:

I - coordenar os programas de orientação, proteção e desenvolvimento social aos cidadãos, assim como os programas de atenção aos idosos, às pessoas portadoras de deficiência, às questões de combate à desigualdade de gênero e etnia, e demais populações

ou grupos sociais em situação de risco ou desvantagem social;

II - promover e coordenar convênios, contratos, acordos e outros documentos com entidades privadas, assistenciais, órgãos estaduais e federais, visando a melhoria dos serviços prestados relacionados ao desenvolvimento social dos indivíduos no Município;

III - acolher e abrigar cidadãos em situação de risco pessoal e social;

IV - efetuar o cadastro de pessoas e famílias carentes em situação de risco pessoal e social, com o objetivo de lhes dar assistência básica;

V - promover estudos, pesquisas e análises dos problemas comunitários;

VI - promover pesquisas quanto aos problemas e das condições habitacionais, com o objetivo de desenvolver programas de habitação popular para as famílias de baixa renda e programas de habitação rural;

VII - assistir a criança e o adolescente abandonado ou em condição de risco, em colaboração com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e com o Conselho Tutelar;

VIII - pronunciar-se sobre as solicitações de entidades assistenciais do Município, relativas à subvenção ou auxílios, controlando sua aplicação quando concedidos;

IX - estimular e orientar a formação de diferentes modalidades de organização comunitária, para atuar no campo da promoção social;

X - gerir o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, o Fundo Municipal de Assistência Social e o Fundo da Infância e Adolescência;

XI - propor a instauração de processo de sindicância ou disciplinar que envolva servidores da Secretaria; e

XII - desempenhar outras competências correlatas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. A Secretaria de Desenvolvimento Social será dirigida pelo respectivo Secretário, sendo remunerado por subsídio, cujo valor é fixado em lei específica.

Art. 34. Integra a estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Social:

I - Assessoria Técnica.

SUBSEÇÃO I

Da Assessoria Técnica

Art. 35. À Assessoria Técnica compete desempenhar atividades de assessoramento técnico específico que lhe forem determinadas pelo superior hierárquico.

SEÇÃO VIII

Secretaria de Saúde

Art. 36. À Secretaria Municipal de Saúde compete:

I - promover a assistência médica e sanitária, o controle e a erradicação das doenças transmissíveis, a fiscalização e a inspeção sanitárias, conveniadas ou concorrentemente com outros órgãos;

II - estabelecer entrosamento com órgãos estaduais, federais, escolas, empresas e outras instituições, para melhor executar a política de saúde;

III - campanhas de esclarecimento e orientação sobre vacinações, combate ao câncer, verminose e educação sanitária;

IV - proporcionar atendimento ambulatorial, médico e hospitalar para tratamento fora do domicílio;

V - administrar, executar ou participar do Programa Saúde da Família - PSF, do Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS, Doença Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS, combate a dengue, serviço móvel de saúde e outros;

VI - promover a vacinação da população local em campanhas específicas ou em casos de surtos epidêmicos;

VII - exercer a vigilância sanitária e epidemiológica e promover junto à população campanhas preventivas de educação sanitária;

VIII - expedir alvarás sanitários;

IX - executar programa de assistência médico (clínico e oftalmológico) e odontológico aos alunos da rede escolar;

X - propor convênios, acordos, contratos e outros documentos relacionados de interesse da saúde pública;

XI - atendimento permanente ao indivíduo, à família e à comunidade, ainda que em ausência de enfermidade, suprimindo suas carências através de prestação direta ou indireta de serviços;

XII - supervisionar e fiscalizar a aplicação de recursos provenientes de convênios ou repasses destinados a saúde pública;

XIII - gerir o Fundo Municipal de Saúde;

XIV - supervisionar as atividades de regulação e auditoria; e

XV - desempenhar outras competências correlatas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde será dirigida pelo respectivo Secretário, sendo remunerado por subsídio, cujo valor é fixado em lei específica.

Art. 37. Integram a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde:

I - Diretoria de Atenção Básica à Saúde;

II - Divisão de Saúde;

III - Coordenadoria Administrativa, Gestão de Trabalho e Educação em Saúde;

IV - Coordenadoria dos Serviços em Vigilância; e a

V - Assessoria Técnica.

SUBSEÇÃO I

Da Diretoria de Atenção Básica à Saúde

Art. 38. À Diretoria de Atenção Básica à Saúde compete:

I - coordenar e executar as ações de atenção básica e especializada de saúde, bem como o desenvolvimento de programas especiais;

II - coordenar, supervisionar e normatizar as atividades de atenção à saúde e demais atividades que dizem respeito a esta área, no sentido de garantir a homogeneidade de procedimentos;

III - coordenar, organizar e controlar os serviços prestados pela rede municipal de saúde do Município;

IV - coordenar e executar as campanhas de esclarecimento e orientação sobre vacinações, programas de prevenção e controle do câncer de mama e do colo, diabetes, tabagismo, hipertensão arterial, educação sanitária; educação alimentar;

V - promover em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Social ações relacionadas com a saúde mental;

VI - coordenar, supervisionar, executar a vacinação da população local em campanhas específicas ou em casos de surtos epidêmicos, informando e disponibilizando os resultados obtidos;

VII - coordenar, supervisionar e controlar a aquisição e distribuição de produtos farmacêuticos da farmácia básica;

VIII - coordenar e supervisionar a prestação de serviços de saúde através do programa saúde da família (PSF) e de agentes comunitários de saúde (ACS);

IX - formular e coordenar a política municipal da rede assistencial, em consonância com o Plano de Governo e com os princípios do Sistema Único de Saúde;

X - coordenar, acompanhar e avaliar o desempenho dos serviços prestados pela rede municipal de saúde;

XI - avaliar a satisfação dos usuários através de indicadores objetivos, baseados em critérios técnicos, como acessibilidade, resolutividade e qualidade dos serviços;

XII - coordenar e supervisionar o atendimento ambulatorial, médico e hospitalar para tratamento fora do domicílio; e

XIII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO II Da Divisão de Saúde

Art. 39. À Divisão de Saúde compete:

I - executar, regulamentar, fiscalizar e controlar as ações e os serviços de saúde pública municipal;

II - promover acesso igualitário às ações e aos serviços de saúde;

III - controlar as doenças, os agravos e os fatores de risco a saúde, dos indivíduos e da coletividade, incluindo, a vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, promoção nutricional e planejamento familiar;

IV - ofertar à população toda forma de assistência e tratamento, de enfermagem, médico, odontológico e farmacêutico de boa qualidade;

V - campanhas de vacinação e de atendimento, em especial, a saúde da criança, do adolescente e do idoso;

VI - criação e manutenção de infra-estrutura para a prestação de serviços médicos;

VII - executar outras atividades correlatas, que lhes forem determinadas pelo superior hierárquico.

SUBSEÇÃO III Da Coordenadoria Administrativa, Gestão de Trabalho

e Educação em Saúde

Art. 40. À Coordenadoria Administrativa, Gestão de Trabalho e Educação em Saúde compete:

I - gerenciar a unidade quanto à realização das rotinas administrativas, execução de expedientes, protocolo, expedição e arquivo de correspondência;

II - coordenar os processos de suprimento de materiais e produtos ambulatoriais, médico, odontológico, farmacêutico, para atender os serviços administrativos e da rede municipal de saúde;

III - administrar e controlar o almoxarifado, prazos de validade dos medicamentos e estoques;

IV - controlar a execução dos serviços de conservação e limpeza da Secretaria e das instalações da rede municipal de saúde;

V - gerenciar e controlar as atividades relacionadas com os veículos e ambulâncias a serviço da secretaria;

VI - controlar e coordenar, respeitando orientação superior, os trâmites administrativos de expediente e requerimentos encaminhados ao órgão;

VII - atender com presteza as solicitações formuladas pelo titular do órgão, no que diz respeito ao fluxo de serviços;

VIII - assessorar a Secretaria na execução e controle das atividades de transcrição de dados, operação e produção de sistemas de informação, levantamentos estatísticos, etc;

IX - encaminhar para as instituições e parceiros a consolidação e análise dos dados;

X - promover oportunidades de formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

XI - elaborar instruções e procedimentos para chamada, seleção e movimentação de pessoal;

XII - normatizar e controlar os afastamentos e frequência dos servidores da Secretaria, encaminhando relatórios mensais à Secretaria de Administração e Planejamento para os devidos fins;

XIII - propor os recursos de informática a serem utilizados, bem como a tipologia adequada da rede de comunicação de dados;

XIV - manter atualizada a legislação e normas municipal, estadual e federal sobre assuntos relacionados às atividades da secretaria;

XV - interagir com as Secretarias de Educação, Cultura e Esportes e Desenvolvimento Social no planejamento, organização e aplicação de uma política de educação em saúde como forma de prevenção de doenças;

XVI - coordenar, administrar e executar campanhas educativas de saúde pública;

XVII - propor a instauração de processo de sindicância ou disciplinar que envolva servidores da Secretaria; e

XVIII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO IV Da Coordenadoria dos Serviços em Vigilância

Art. 41. À Coordenadoria dos Serviços em Vigilância compete:

I - executar ações de vigilância das intoxicações, envenenamentos e eventos adversos, orientação e fiscalização das unidades e estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde, de produtos e de serviços do meio ambiente;

II - executar as ações de vigilância epidemiológica no Município;

III - planejar, coordenar, organizar, controlar, executar e normatizar as atividades inerentes às ações de vigilância de doenças de notificação compulsória no Município;

IV - planejar, coordenar, organizar, controlar, executar e normatizar as atividades inerentes às ações de vigilância de controle de doenças transmissíveis crônicas no Município;

V - estabelecer mecanismos que visem à promoção e proteção da saúde coletiva;

VI - executar e promover a integração das ações de controle das doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS;

VII - divulgar informações epidemiológicas contribuindo para o acesso da população e para o controle social das políticas e ações de saúde;

VIII - interagir com órgãos do Governo Federal, Estadual e com outros Municípios, e outros, objetivando a troca de informações que viabilizem as ações específicas de vigilância sanitária;

IX - propor a celebração de convênios, acordos e protocolo com organizações públicas e privadas, relativos à vigilância sanitária;

X - definir as instâncias e mecanismos de controle de fiscalização, inerentes ao poder de polícia sanitária;

XI - articular-se com órgãos de segurança pública, objetivando atuação conjunta para a execução de ações de fiscalização;

XII - constar defesa e recursos de autos de infração e imposição de penalidades, lavrados no âmbito da Secretaria;

XIII - elaborar e propor normas para controlar a produção e/ou industrialização de produtos regionais;

XIV - executar em parceria como a Secretaria do Meio Ambiente e Turismo ações de fiscalização nas áreas do meio ambiente, saneamento e saúde, água de abastecimento, resíduos sólidos, ar climatizado, estabelecimentos e locais de lazer, serviços de limpeza, sanitização e serviços veterinários e agropecuários; e

XV - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO V Da Assessoria Técnica

Art. 42. À Assessoria Técnica compete desempenhar atividades de assessoramento técnico específico que lhe forem determinadas pelo superior hierárquico.

SEÇÃO IX Da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Art. 43. À Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos compete:

I - executar as políticas manutenção e conservação das estradas municipais, das vias de acesso às propriedades rurais, da frota de máquinas e equipamentos pesados do Município;

II - sinalizar as rodovias vicinais, vias e ruas do Município;

III - executar as obras públicas civis, canalização e drenagem pluvial e fluvial de responsabilidade do Município;

IV - realizar os serviços de limpeza da cidade, pavimentação e conservação de vias e logradouros públicos;

V - a gestão dos serviços do cemitério público municipal;

VI - atuar no cumprimento das normas de posturas, construções, zoneamento e loteamento;

VII - promover os cálculos de avaliação dos imóveis que devam ser desapropriados pelo Município;

VIII - aprovar projetos referentes a loteamentos e subdivisão, verificando sua conformidade com a legislação;

IX - examinar e informar os processos referentes a construções particulares, verificando sua conformidade com as normas de loteamentos;

X - concessão de alvarás de licença para construção e habite-se;

XI - desempenhar outras competências correlatas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. A Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos será dirigida pelo respectivo Secretário, sendo remunerado por subsídio, cujo valor é fixado em lei específica.

Art. 44. Integram a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos:

I - Diretoria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos;

II - Divisão de Urbanismo;

III - Coordenadoria Administrativa; e a

IV - Assessoria Técnica.

SUBSEÇÃO I Da Diretoria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos compete

Art. 45. À Diretoria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos compete:

I - a construção, conservação e manutenção de rodovias vicinais, acesso às propriedades rurais, execução de pontes e pontilhões, tubulações de riachos e córregos;

II - zelar pela guarda, manutenção preventiva e recuperação dos veículos, máquinas e equipamentos sob sua supervisão;

III - efetuar a sinalização das rodovias de responsabilidade do Município;

IV - a elaboração de plantas, projetos, desenhos técnicos necessários à fase executiva dos projetos de construção de obras públicas e os respectivos orçamentos;

V - execução de obras civis;

VI - executar os serviços de construção, limpeza e desobstrução de valas, tubulações e sistema de drenagem pluvial e fluvial;

VII - a pavimentação, conservação e manutenção das vias urbanas e logradouros públicos;

VIII - atuar normativamente no setor de tráfego urbano;

IX - a execução de trabalhos topográficos, planimétricos e planialtimétricos indispensáveis às obras e aos serviços a cargo da prefeitura;

X - manter atualizada a planta cadastral do Município;

XI - coordenar, supervisionar e executar a fiscalização do cumprimento da Lei do Zoneamento, do Código de Obras e do Código de Posturas do Município;

XII - a fiscalização das construções particulares aprovadas pelo Poder Executivo e dos estabelecimentos de diversões públicas, quanto às exigências a que estão subordinadas;

XIII - as rotinas de vistorias técnicas nas edificações para uso residencial, comercial, industrial e de prestação de serviços, expedição de alvarás e habite-se;

XIV - executar atividades relativas a limpeza pública, manutenção de praças e jardins, administração do cemitério público, matadouros, mercados, feiras livres e iluminação pública;

XV - em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e Turismo, promover a arborização dos logradouros, praças e jardins; e

XVI - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO II

Da Divisão de Urbanismo

Art. 46. À Divisão de Urbanismo compete:

I - fiscalizar o cumprimento da legislação relativa ao parcelamento e uso do solo urbano e ao código de obras e posturas do Município;

II - analisar e fiscalizar a execução de projetos de edificações;

III - promover a implantação de normas de urbanismo, segundo planos e projetos existentes;

IV - fiscalizar os serviços públicos ou de utilidade pública, concedidos ou permitidos;

V - fornecimento e controle da numeração predial;

VI - a identificação e denominação dos logradouros públicos;

VII - a repressão às construções e aos loteamentos irregulares e clandestinos;

VIII - elaboração de projetos arquitetônicos de obras públicas municipais;

IX - o licenciamento e a fiscalização de obras particulares;

X - a manutenção do sistema de iluminação pública;

XI - a manutenção do mobiliário urbano;

XII - o gerenciamento dos serviços de táxi;

XIII - a fiscalização do sistema de transportes coletivos; e

XIV - outras atividades correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO III

Da Coordenadoria Administrativa

Art. 47. À Coordenadoria Administrativa compete:

I - a realização das rotinas administrativas, supervisionando a elaboração e trâmites de expedientes administrativos, protocolo, expedição e arquivo de correspondência;

II - coordenar os processos de suprimento de materiais e de serviços para atender as demandas administrativas e de serviços da Secretaria;

III - atender, pessoalmente o dirigente da unidade que esteja vinculada, providenciando o necessário para lhe dar as devidas condições de trabalho;

IV - controlar a execução dos serviços de conservação e limpeza das instalações da secretaria, oficina e garagem;

V - controlar e levantar custos de consumo de combustíveis de peças e equipamentos e dos serviços de recuperação e manutenção da frota da Secretaria;

VI - auxiliar no controle da execução orçamentária e financeira, dentro das limitações dos repasses destinados à Secretaria;

VII - controlar os afastamentos e frequência dos servidores da Secretaria encaminhando relatórios mensais à Secretaria de Administração e Planejamento para os devidos fins;

VIII - propor a instauração de processo de sindicância ou disciplinar que envolva servidores da Secretaria; e

IX - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO IV

Da Assessoria Técnica

Art. 48. À Assessoria Técnica compete desempenhar atividades de assessoramento técnico específico que lhes forem determinadas pelo superior hierárquico.

TÍTULO II

Da Reforma Administrativa

CAPÍTULO I

Da Transformação da Estrutura Administrativa e dos Cargos

Art. 49. A estrutura administrativa prevista na presente Lei entrará em funcionamento, gradativamente, na medida em que os órgãos e unidades que a compõem forem sendo implantados, segundo as conveniências da Administração e as disponibilidades de recursos.

Parágrafo único. A implantação da reforma far-se-á através da efetivação das seguintes medidas:

I - indicação dos Secretários Municipais, na condição de Agente Político;

II - provimento dos Cargos em Comissão;

III - organização das Unidades e Órgãos dos elementos materiais e humanos indispensáveis ao seu funcionamento.

IV - instruções das Diretorias, Divisões, Coordenadorias e Assessorias em relação às competências que lhe são deferidas por esta Lei.

Art. 50. A remuneração dos cargos em comissão de Direção e Assessoramento Superior - DAS não excederão ao subsídio fixado para o Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Não se inclui nesta vedação os auxílios e indenizações.

CAPITULO II Da Delegação

Art. 51. O Prefeito Municipal poderá delegar competência aos Secretários e Diretores para proferir despachos decisórios, sendo indelegáveis as seguintes atribuições:

I - iniciativa, sanção, promulgação e veto de leis;

II - convocação extraordinária da Câmara de Vereadores;

III - aprovação de regimento;

IV - aprovação de regulamentos;

V - criação, alteração ou extinção de órgãos, autorizados pela Câmara de Vereadores;

VI - abertura de créditos adicionais;

VII - homologação/adjudicação de licitação, qualquer que seja a modalidade, o montante ou finalidade;

VIII - aprovação de loteamento e de suas vistorias;

IX - concessão de exploração de serviços públicos ou de utilidade pública;

X - permissão ou autorização do uso de bens municipais;

XI - permissão de serviços ou de utilidade pública a título precário;

XII - alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio municipal;

XIII - expedição de decretos;

XIV - celebração de convênios;

XV - desapropriação e instituição de servidão administrativa;

XVI - quaisquer outros atos que, em virtude de lei ou norma correspondente, devam ser objeto de decreto.

CAPITULO III Atribuições Específicas dos Servidores

Art. 52. As atribuições específicas do funcionalismo municipal serão dispostas na forma de Lei Complementar.

CAPITULO IV Das Disposições Finais

Art. 53. As repartições municipais devem funcionar perfeitamente articuladas, em regime de mútua colaboração.

Art. 54. A Administração dará atenção especial ao treinamento dos seus servidores, fazendo-os, na medida das disponibilidades

financeiras do Município e das conveniências dos serviços mediante a frequência em instituições de cursos e estágios especiais de treinamento e aperfeiçoamento, para melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Art. 55. Ficam mantidos o Fundo de Habitação de Interesse Social (FHIS), o Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo da Infância e Adolescência, existentes no âmbito do Poder Executivo Municipal e respectiva legislação aplicável, e o Fundo Municipal de Saúde, na forma da Lei.

Art. 56. Os cargos de agente político e de direção e assessoramento superior (DAS), com os respectivos quantitativos, denominação, nível, subsídio ou vencimento é o fixado no Anexo Único, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 57. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art.57 Ficam revogadas as Leis nºs 048/97, 049/97 e 050/97 que dispõe sobre a criação do Fundo do Regime Próprio de Previdência Social, a Lei nº 014/97, que dispõe sobre a criação do Fundo Rotativo Habitacional de Chapadão do Lageado, as Leis Complementares nºs 02/97, 076/97, 089/99, 010/04, 016/04 e 017/04 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal.

Município de Chapadão do Lageado, 01 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - DAS

GRUPO PROFISSIONAL:		DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS	
GABINETE DO PREFEITO			
Nº	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Chefe de Gabinete	DAS 6	1.500,00
1	Agente de Controle Interno	DAS 7	2.150,00
1	Procurador Jurídico	DAS 8	3.000,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			
Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Diretor de Administração e Planejamento	DAS 6	1.600,00
1	Diretor do Departamento de Recursos Humanos	DAS 6	1.600,00
1	Chefe da Divisão de Serviços Gerais, Patrimônio e Frota	DAS 5	1.200,00
1	Assessor de Planejamento	DAS 3	780,00
1	Assessor Técnico	DAS 1	670,00
SECRETARIA DA FAZENDA			
Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Chefe da Divisão de Compras, Contratos e Licitações	DAS 5	1.200,00
1	Coordenador Administrativo	DAS 2	790,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA			
Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	

1	Diretor de Ensino	DAS 6	1.600,00
1	Chefe da Divisão de Cultura	DAS 5	1.200,00
1	Chefe da Divisão de Esportes	DAS 5	1.200,00
2	Coordenador Administrativo	DAS 2	790,00
1	Assessor Técnico	DAS 1	670,00

SECRETARIA DA SAUDE

Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Diretor de Atenção Básica à Saúde	DAS 6	1.600,00
1	Chefe da Divisão de Saúde	DAS 5	1.200,00
1	Coordenador Administrativo, Gestão de Trabalho e Educação em Saúde	DAS 2	790,00
1	Coordenador dos Serviços de Vigilância	DAS 2	790,00
2	Assessor Técnico	DAS 1	670,00

SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Diretor de Transportes, Obras e Serviços Urbanos	DAS 6	1.600,00
1	Chefe da Divisão de Urbanismo	DAS 5	1.200,00
1	Coordenador Administrativo	DAS 2	790,00
1	Assessor Técnico	DAS 1	670,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Diretor de Desenvolvimento Agrícola	DAS 6	1.600,00
1	Coordenador Administrativo	DAS 2	790,00
1	Assessor Técnico	DAS 1	670,00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Assessor Técnico	DAS 1	670,00

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO

Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Assessor Técnico	DAS 1	670,00

Lei Complementar Nº 048 de 01.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI COMPLEMENTAR Nº 048 de 01.12.2010

"ACRESCE §§ 1º e 2º AO ART. 65 DA LEI COMPLEMENTAR Nº008 DE 23.12.99, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei complementar:

Art.1º Fica acrescido os §§ 1º e 2º ao art. 65 da Lei Complementar nº 008, de 23.12.99, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.65

§ 1º A servidora gestante, adotante ou que obtiver a guarda judicial para fins de adoção, poderá, a pedido, prorrogar por 60 (sessenta) dias a duração da licença maternidade.

§ 2º A prorrogação da licença maternidade será regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrario.

Município de Chapadão do Lageado, 01 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRÁULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 078/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 078/2010

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 6º, inciso I e parágrafo único, alínea "d", da Lei nº 0458, de 18 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art 1º Por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 116 - (Transferência de Convenio), no valor de R\$ 16.350,00 (dezesesseis mil, trezentos e cinquenta reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

01 - Divisão de Serviços Urbanos

15 - Urbanismo

33 - Pavimentação Asfáltica

451 - Infra-Estrutura Urbana

116 - Transferência de Convênios - Outros

44.90.00.00.00.00 - Aplicações Direitas

1060- Pavimentação Asfáltica de Ruas e Serras R\$ 16.350,00

Art 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 01 de dezembro de 2010.



JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Resultado da Habilitação - CONVITE Nº 43/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
CONVITE Nº 43/2010 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e ou construção civil em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de passeios no Distrito de Planalto, neste município.

EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foram julgadas habilitadas as licitantes: PLUMO CONSTRUTORA LTDA - EPP, FORMATTO ENGENHARIA LTDA e EXECUTTA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a quem se sentir prejudicado, para interposição de recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas, desde já convocadas, a participar da sessão de abertura dos Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 07/12/2010, às 15h30min (quinze e trinta) horas, na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 30 de novembro de 2010
INÊS SALETE KLEIN
Presidente em exercício

Edital de Notificação Convênio Nº 4371/2010-0 - PMC/SDR/ Aeroporto

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação da 9ª e 10ª parcelas de recursos provenientes do Convênio nº 4371/2010-0 - PMC/SDR/ Aeroporto, no valor de R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais).

Concórdia SC, 25 de novembro de 2010.
VILMA INEZ STRINGHINI
Secretária Municipal de Finanças

Edital de Termos de Exclusão do Simples Nacional 01/2010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Concórdia
Secretaria Municipal de Finanças

Edital de Termos de Exclusão do Simples Nacional 01/2010
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com nova

redação dada pelas Leis Complementares nº 127, de 14 de agosto de 2007, 128 de 19 de Dezembro de 2008 e 133 de 28 de Dezembro de 2009.

Tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e alterações, e no art. 4º da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007 e alterações, declara: Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoas jurídicas a seguir identificadas, em virtude de possuir débitos com a Fazenda Pública Municipal, com exigibilidade não suspensa, conforme disposto no inciso V do art. 17 e art. 29 e 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, e na alínea "d" e "e" do inciso II do art. 3º, combinada com o inciso I, V e XI do art. 5º, ambos da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007 e art. 7º e 12º da Resolução nº 4 de 30 de maio de 2007 e alterações.

00.118.342/0001-00	07.469.326/0001-01	09.155.954/0001-48
00.751.130/0001-66	07.552.719/0001-84	09.247.269/0001-41
00.800.231/0001-80	07.554.659/0001-39	09.375.409/0001-67
01.503.888/0001-48	07.598.260-0001-50	09.449.556/0001-34
01.669.645/0001-84	07.751.289/0001-20	09.525.576/0001-47
02.182.899/0001-36	07.806.988/0001-20	09.543.429/0001-08
02.297.341/0001-04	07.891.801/0001-33	09.661.643/0001-50
02.406.623/0001-94	08.087.401/0001-32	10.197.098/0001-72
02.543.595/0001-57	08.087.401/0002-13	10.360.965/0001-49
02.556.164/0001-25	08.393.485/0001-32	10.455.001/0001-84
03.012.288/0001-02	08.434.428/0001-54	10.460.102/0001-43
03.250.270/0001-49	08.458.583/0001-00	10.496.798/0001-68
03.809.204/0001-66	08.540.552/0001-02	10.922.480/0001-00
04.236.272/0001-46	08.629.191/0001-67	10.951.755/0001-25
04.694.076/0001-15	08.680.213/0001-13	11.156.951/0001-70
04.886.682/0001-32	08.726.338/0001-37	11.349.886/0001-08
05.508.096/0001-17	08.770.019/0001-29	11.399.567/0001-07
05.544.993/0001-86	08.814.228/0001-27	78.210.960/0001-73
05.693.567/0001-04	08.815.966/0001-99	81.341.117/0001-30
05.734.976/0001-01	08.832.611/0001-08	82.803.115/0001-89
06.143.137/0001-81	08.858.066/0001-29	83.700.435/0001-76
07.109.161/0002-48	08.950.981/0001-40	85.601.250/0003-00
07.164.709/0001-71	09.041.093/0001-77	90.682.642/0002-91
07.356.885/0001-05		

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 1º de janeiro de 2011, conforme disposto no inciso IV do art. 31 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e art. 6º da resolução nº 15 e alterações.

Art. 3º Tornar-se-á sem efeito a exclusão, caso a inscrição seja regularizada e a totalidade dos débitos da pessoa jurídica seja pagos ou parcelados no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Termo de exclusão, conforme prevê os §§ 5º e 13 do art. do art. 6º da resolução nº 15/2007 e alterações.

Art. 4º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Termo, manifestação de inconformidade dirigida ao Prefeito do Município de Concórdia - SC e se submeterá ao rito processual administrativo definido na legislação do município (CTM), conforme determina o art. 39 e 40 da Lei Complementar 123/2006 e alterações e artigo 4º da Resolução nº 15, de 23 de julho de 2007 e alterações.

Art. 5º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o art. 4º, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Concórdia SC, 30 de novembro de 2010.
VILMA INEZ STRINGHINI
Secretária Municipal de Finanças

Cordilheira Alta

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº111/2010

DECRETO Nº 111/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e artigos 8º e 10 da Lei Municipal nº 892 de 07 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 8.053,36 para a seguinte dotação orçamentária:

04 - Secretaria Municipal de Educação

04.01 - Secretaria Municipal de Educação

04.01.12.361.2506.2.023-3.3.90.00 - 01.61 - 12 - Aplicações Diretas 5.543,58

04.01.12.362.2506.2.023-3.3.90.00 - 01.61 - 99 - Aplicações Diretas 2.509,78

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do repasse dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 29 de novembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 185, de 29 de Novembro de 2010.

DECRETO Nº. 185, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, PARA ATUAREM EM PROCESSOS DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 8º do Anexo I, do Decreto nº. 111/2006, resolve;

NOMEAR:

Art. 1º Fica nomeada a Srta Marinilse de Freitas, Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para atuar como PREGOEIRA nos processos de licitação na modalidade Pregão Presencial durante o exercício de 2011.

Art. 2º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem a Equipe de Apoio da Pregoeira de que trata o Anexo I do Decreto nº. 111, de 14 de julho de 2006.

TITULARES

I) Marinilse de Freitas - Auxiliar Administrativo

II) Jair Coelho - Assessor de Orçamento Planejamento e Finanças

III) Carolina de Fátima de Jesus - Auxiliar Administrativo

SUPLENTE

IV) Carlos Willian Castro dos Santos- Diretor Geral Com. Licit. e Patrimônio

V) Belonir dos Santo - Técnico em Agropecuária

Parágrafo único - Na ausência do(a) pregoeiro(a), assumirá os trabalhos deste(a) o membro imediatamente seqüencial e será convocado automaticamente o suplente da ordem para substituir este membro.

Art. 3º. Às pessoas a que se referem os artigos anteriores, não será atribuída qualquer remuneração por se tratar de serviço de relevante interesse público.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins (SC), em 29 de novembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de gabinete

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 4.565/2010

LEI Nº 4.565/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER IMÓVEL POR DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação, uma área de terras localizada no Bairro Nossa Senhora Aparecida situado na Rua Euclides Prado, esquina com a rua Francisco Carneiro de Farias, neste município, com área de 1.090,00 (mil e noventa metros quadrados) confrontando ao norte, 40,00 m com Leda Maria Moreira Andrade; ao sul, 40,38 m com Comercial Elétron Lux; ao leste 24,50 m com Oracides Weber e ao oeste 30,00 ml com a rua Euclides Prado, de propriedade de Comercial Elétron Lux Ltda., inscrita no CNPJ n. 83.111.732/0001-86, parte de uma área maior, objeto do registro imobiliário n. 29.364 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, tudo conforme mapa que segue anexo.

Art. 2º - A área destina-se a abertura da rua sem denominação conforme mapa anexo.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitibanos, 26 de outubro de 2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDIO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.566/2010

LEI Nº 4.566/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR VEÍCULO DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS LTDA o veículo VW/Parati 1.8, ano 2007, Placas MGL 3661, chassi 9BWDC05W57T105444 do Patrimônio do Município de Curitiba, em cumprimento ao disposto no Processo Sinistro 5312010253033 da Apólice 1745771.

Art. 2º - A Companhia de Seguros ressarcirá o Município, na forma prevista no respectivo contrato de seguro, com o valor equivalente à indenização do veículo danificado e que será transferido ao Município, dando plena e total quitação, livre de qualquer ônus.

Art. 3º - Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a baixa do veículo junto ao Patrimônio Municipal.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de novembro de 2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal

ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Municipal de Saúde

Lei Nº 4.567/2010

LEI Nº 4.567/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM O LAR NOVA ALVORADA

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar convênio de complementação de cooperação financeira com o LAR NOVA ALVORADA, inscrito no CNPJ sob nº 03.036.536/0001-55, estabelecido neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade assistencial, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em duas parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 5.000,00 cada, a partir do mês de novembro de 2010 com término previsto para 10 de dezembro de 2010 e que serão destinados a

complementação do convenio celebrado pela Lei n. 4.503/2010 para auxílio à manutenção da entidade, conforme consta da Ata n. 040/2010 do CMAS.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de novembro de 2010.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal
Edson Tadeu Brocardo
Secretário de Administração e Finanças

TERMO DE CONVÊNIO N. 18/2010

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E LAR NOVA ALVORADA.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. Wanderley Teodoro Agostini brasileira, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado LAR NOVA ALVORADA, inscrito no CNPJ sob nº 03.036.536/0001-55, neste ato representado por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de complementação do convenio celebrado através da Lei n. 4.503/2010 para cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Fundo Municipal de Assistência Social ao LAR NOVA ALVORADA, para atendimento dos programas de atenção às crianças e adolescentes conforme o que consta da Ata nº 0040/2010 da reunião dos membros do CMAS

CLÁUSULA SEGUNDA: O Município compromete-se a repassar à entidade assistencial, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em duas parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 5.000,00 cada, a partir do mês de novembro de 2010 com término previsto para 10 de dezembro de 2010 e que serão destinados ao auxílio à manutenção da entidade.

CLAUSULA TERCEIRA : A entidade beneficiária compromete-se a apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.567/2010 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexequível; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SETIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba

para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 10 de novembro de 2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

LAR NOVA ALVORADA

Lei Nº 4.568/2010

LEI Nº 4.568/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE ARREMATADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo municipal, autorizado a outorgar escritura Pública de arrematação a Edevaldo Felipe de Souza brasileiro, inscrito no CPF sob nº 016.966.899-10, de um lote arrematado por Hanz E. Werner, conforme consta do protocolo 3734/2010.

Art. 2º - A escritura refere-se ao lote urbano localizado no Bairro Água Santa, sito ao lado sul da Rua 7 de Setembro, distando 14,00 ml a leste da Rua Cel. Vidal Ramos, com área de 420,00 m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), com as seguintes confrontações e medidas:

Ao NORTE : 14,00 ml com Rua 7 de Setembro

Ao SUL : 14,00 ml com Cerci Antonio dos Santos

A LESTE : 30,00 ml com a Urbano Ribeiro dos Santos

Ao OESTE : 30,00 ml com Celso Luiz da Silva

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de novembro de 2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.569/2010

LEI Nº 4.569/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 128.400,00 (cento e vinte e oito mil reais):

ANULAÇÃO:

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
10.306.0009.2066	MANUTENÇÃO DO PROGR. MERENDA ESCOLAR - PRÓPRIOS	
3390000000.00.000	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 30.000,00

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.364.0013.2071	CONTRIBUIÇÃO TRANSP. ALUNOS UNIVERSITÁRIOS	
3350000000.00.000	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ F. LUCR	R\$ 13.900,00

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.367.0016.2073	CONTRIB. FINAN. A ENTIDADES ASSISTENCIAIS	
3350000000.00.000	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ F. LUCR	R\$ 17.500,00

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.0010.1010	REFORMA DO PRÉDIO AS SECR. DE EDUCAÇÃO	
4490000000.00.001	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 17.000,00

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.0010.1011	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - ENSINO FUNDAMENTAL	
4490000000.00.001	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 50.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO	R\$ 128.400,00
-------------------	----------------

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 128.400,00 (cento e vinte e oito mil e quatrocentos reais):

SUPLEMENTAÇÃO

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.365.0014.1013	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE C.E.I.S	
4490000000.00.001	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 128.400,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 128.400,00
------------------------	----------------

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 128.400,00 (cento e vinte e oito mil e quatrocentos reais).

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais):

ANULAÇÃO:

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.0010.1009	CONST. DE QUADRAS NAS ESCOLAS DO ENSINO FUND.	
4490000000.00.019	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 11.000,00

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.0010.1012	EQUIP E MATERIAL PERMANENTE - ENSINO FUND.	

4490000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 60.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 71.000,00

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais):

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1013 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE C.E.I.S
4490000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 71.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 71.000,00

Art. 6º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 5º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 4º, no valor de R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais):

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de novembro de 2010
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 3.969/2010

DECRETO Nº 3.969/2010

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba:

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 33.420,00 (trinta e três mil, quatrocentos e vinte reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1008 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENSINO FUND.
4490000000.00.0019 APLICAÇÕES DIRETAS ..R\$ 33.420,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 33.420,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do FUNDEB, no valor de R\$ 33.420,00 (Trinta e três mil quatrocentos e vinte reais).).

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 6 de outubro de 2010.

Wanderley Teodoro Agostini
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal.

Cristina Maria Agustini Moraes Ehrhardt
Secretaria da Educação, Cultura e Ação Social
Edson Tadeu Brocardo
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 3.971/2010

DECRETO Nº 3.971/2010

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 4.462/2009:

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba - no valor de R\$ 143.100,00 (cento e quarenta e três mil e cem reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.462/2009:

DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.2031 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS
3390000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 139.180,00
4490000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 3.920,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.2031 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS
3190000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 143.100,00

Art. 2º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba - no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.462/2009:

DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.08 SECRETARIA DE ESPORTE E LASER
27.812.0029.2087 MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS E RECREATIVAS
3190000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.08 SECRETARIA DE ESPORTE E LASER
27.812.0029.2087 MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS E RECREATIVAS
3390000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.000,00



Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 03 de novembro de 2010
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 3.972/2010

DECRETO Nº 3.972/2010

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba :

D E C R E T A

Art. 1º - Inclui no orçamento municipal da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.462/2009:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00	CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.1004	REFORMA DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL
44900000000.00.301	APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 448.700,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil e setecentos reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02.00	CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.1004	REFORMA DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL
44900000000.00.301	APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 448.700,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 448.700,00

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro ocorrido no exercício de 2009, no valor de R\$ 448.700,00 (Quatrocentos e quarenta e oito mil e setecentos reais), conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 3892/2010.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 3 de novembro de 2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos três dias do mês de novembro

do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal..

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 3.973/2010

DECRETO Nº 3.973/2010

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma autorizada pelo artigo 5º § 1º da Lei n. 4.462/2009

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 22.630,00 (vinte e dois mil seiscentos e trinta reais) a saber:

ANULAÇÃO

02.00	CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
99.999.9999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
9999000000.00.123	RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 22.630,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	R\$ 22.630,00

Art. 2º - Ficam Suplementadas as dotações orçamentárias da Administração Municipal, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 22.630,00 (vinte e dois mil seiscentos e trinta reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02.00	CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.2031	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS
3190000000.00.123	APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 22.630,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 22.630,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 22.630,00 (vinte e dois mil seiscentos e trinta reais).

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 03 de novembro de 2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos três dias do mês de novembro do ano dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 3.974/2010

DECRETO Nº 3.974/2010

APROVA REGULAMENTO DO CONCURSO DE VITRINES PARA O NATAL 2010.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei n. 3.951/2006

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aprovado o regulamento do concurso de vitrines para o Natal 2010 elaborado pela Secretaria de Industria e Comercio, na forma do que determina a Lei n. 3.952/2006, conforme anexo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 16 de novembro de 2010.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos dezesseis dias do mês de novembro do ano dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal.

MARCOS AURÉLIO SCAPINI

Secretário da Indústria, Comércio e Turismo

Decreto Nº 3.975/2010

DECRETO Nº 3.975/2010

APROVA REGULAMENTO DO CONCURSO DE CASAS E JARDINS MAIS CRIATIVOS PARA O NATAL 2010.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da Lei n. 3.952/2006

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aprovado o regulamento do concurso de casas e jardins mais criativos para o Natal 2010 elaborado pela Secretaria de Industria e Comércio, na forma do que determina a Lei n. 3.952/2006, conforme anexo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 16 de novembro de 2010.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos dezesseis dias do mês de novembro do ano dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal.

MARCOS AURÉLIO SCAPINI

Secretário da Indústria, Comercio e Turismo

Decreto Nº 3.976/2010

DECRETO Nº 3.976/2010

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI Nº 4.569/2010.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da Lei n. 4.569/2010:

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.569/2010, no montante de R\$ 128.400,00 (cento e vinte e oito mil reais):

ANULAÇÃO:

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.306.0009.2066	MANUTENÇÃO DO PROGR. MERENDA

ESCOLAR - PRÓPRIOS

3390000000.00.000	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 30.000,00
-------------------	--------------------	---------------

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.364.0013.2071	CONTRIBUIÇÃO TRANSP. ALUNOS UNIVERSITÁRIOS
3350000000.00.000	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ F. LUCR
R\$ 13.900,00	

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.367.0016.2073	CONTRIB. FINAN. A ENTIDADES ASSISTENCIAIS
3350000000.00.000	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ F. LUCR
R\$ 17.500,00	

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1010	REFORMA DO PRÉDIO AS SECR. DE EDUCAÇÃO
4490000000.00.001	APLICAÇÕES DIRETAS
R\$ 17.000,00	

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1011	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - ENSINO FUNDAMENTAL
4490000000.00.001	APLICAÇÕES DIRETAS
R\$ 50.000,00	

TOTAL DA ANULAÇÃO	R\$ 128.400,00
-------------------	----------------

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.569/2010, no montante de R\$ 128.400,00 (cento e vinte e oito mil e quatrocentos reais):

SUPLEMENTAÇÃO

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1013	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE C.E.I.S
4490000000.00.001	APLICAÇÕES DIRETAS
R\$ 128.400,00	

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 128.400,00
------------------------	----------------

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 128.400,00 (cento e vinte e oito mil e quatrocentos reais).

Art. 4º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.569/2010, no montante de R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais):

ANULAÇÃO:

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1009	CONST. DE QUADRAS NAS ESCOLAS DO ENSINO FUND.
4490000000.00.019	APLICAÇÕES DIRETAS
R\$ 11.000,00	

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1012	EQUIP E MATERIAL PERMANENTE - ENSINO FUND.
4490000000.00.019	APLICAÇÕES DIRETAS
R\$ 60.000,00	

TOTAL DA ANULAÇÃO	R\$ 71.000,00
-------------------	---------------

Art. 5º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.462/2009, no montante de R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais):

SUPLEMENTAÇÃO

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.365.0014.1013	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE C.E.I.S	
4490000000.00.019	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 71.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 71.000,00

Art. 6º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 5º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 4º, no valor de R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais):

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de novembro de 2010
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ermo

PREFEITURA MUNICIPAL**Portaria Nº 081, de 01 de dezembro de 2010.**

PORTARIA Nº 081, de 01 de dezembro de 2010.
Dispõe sobre a Exoneração de Servidor de Cargo Efetivo que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o que dispõe o Art. 41, inciso IV, da Lei nº 038, de 04 de novembro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, por aposentadoria o servidor AMILTON ALVACI LEONARDO, do cargo da Categoria Funcional de Motorista II, do Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Ermo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, 01 de dezembro de 2010.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL**Extrato de Contrato PMF Nº. 201/2010**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 201/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - PRESTADORA DE SERVIÇOS MANDELLI LTDA ME
DO OBJETO - prestação de serviços na ampliação de 70,83 m² e adaptação de ambientes com 40,09 m² do Centro de Educação Infantil Estrela da Manhã, na Avenida Afonso Tiscoski, Bairro Vila Franca, Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 79.977,57 (setenta e nove mil novecentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos)

VIGÊNCIA - 210 (duzentos e dez) dias corridos (prazo de execução + 90 dias)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 114/PMF/2010

DOTAÇÃO - 0501.1013.4490 (41) (44)

DATA DA ASSINATURA - 29 de novembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 202/2010.

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 202/2010.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - SAFRABON PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
OBJETO - prestação de serviços na ampliação do Depósito da Educação com área de 30,75 m², junto a Garagem Municipal na Avenida 25 de Julho, Centro, Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 24.967,49 (vinte e quatro mil novecentos e sessenta e sete reais e quarenta e nove centavos).

VIGÊNCIA - 180 (cento e oitenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias).

DOTAÇÃO - 0501.1014.4490 (67) (68)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93 e Carta Convite nº. 116/PMF/2010.

DATA DA ASSINATURA - 30 de novembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo FMA Nº 03/2010

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMA Nº 03/2010

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMA Nº 10/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - CORCRIL COM DE REFRIG. CRICIUMA LTDA.
DO OBJETO - Fica acrescido no objeto do contrato 10/PMF/2010 o valor de R\$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item do pregão 12/FMA/2010:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT	P.UNIT	P.TOTAL
04	Expositor ilha dupla ação para congelador ou resfriador GESV 190, refrigeração e exposição de produtos congelados ou resfriados (com exceção peixes e frutos do mar), temperatura congelados -16º a -20º, resfriamento estático com serpentina, degelo manual, controle de temperatura termostato. AXLXP: 960X1891X790mm	01	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA -23 de novembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 2081/2010

LEI Nº 2081, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010

“CRIA NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO O SERVIÇO REMUNERADO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS E O SERVIÇO DE ENTREGA DE MERCADORIAS ATRAVÉS DE MOTOCICLETAS E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade ao disposto no Art. 61, Inc. I c/c Art. 10, Inc. I e IX da Lei Orgânica:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado no Município de Fraiburgo o serviço remunerado de transporte individual de passageiros e o serviço de entrega de mercadorias e pequenas cargas, em veículos automotores do tipo motocicleta denominados mototáxi e motofrete.

§ 1.º - O serviço consiste na permissão de transporte de passageiros e autorização precária para transporte de pequenas cargas no Município de Fraiburgo, através de veículo motocicleta, mediante cobrança de tarifa ou preço, prestados a terceiros por empreendedor individual, empresas de pequeno porte ou micro-empresas, e ainda o transporte e entrega de mercadorias e pequenas cargas para consumidor final de produtos ou serviços, ainda que a remuneração esteja embutida no preço do produto ou na prestação do serviço.

§ 2.º - O Serviço poderá ser prestado com motocicleta, motoneta ou triciclo registrado na espécie de passageiro ou carga e, obrigatoriamente, na categoria de aluguel;

§ 3.º - É vedado o transporte de produtos que pela sua natureza possam oferecer riscos à saúde ou à segurança das pessoas e meio ambiente, salvo se tenha atendido a legislação e regulamentos.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - mototáxi: o serviço de transporte individual de passageiros em veículos automotores do tipo motocicleta;

II - motofrete: o serviço de transporte e entrega de mercadorias, em veículos automotores do tipo motocicleta;

III - Mototaxista: condutor do veículo mototáxi, previamente

habilitado de acordo e sob as normas legais e regulamentos de trânsito vigentes;

IV - Motofretista: condutor do veículo motofrete, previamente habilitado de acordo e sob as normas legais e regulamentos de trânsito vigentes;

V - Passageiro: usuário do serviço de mototáxi, que possua idade mínima de 14(quatorze) anos;

VI - Pequenas Cargas: objetos, documentos, alimentos, medicamentos e animais, que acondicionados em compartimento próprio instalado no veículo (baús) ou presos na estrutura do veículo (grellhas ou suportes), mochilas ou bolsas utilizadas pelo condutor, ou ainda em carro lateral (sidecar), possuam volume e massa compatíveis com a estrutura do veículo;

VII - Ponto: espaço público ou privado, destinado aos prestadores de transporte remunerado de pessoas e pequenas cargas estacionarem os veículos motocicletas, motonetas ou triciclos motorizados;

VIII - Poder Permitente: o Município de Fraiburgo;

IX - Permissionário(a): o detentor da permissão;

X - Permissão: a delegação, a título precário e mediante processo licitatório do serviço público de transporte de pessoas em veículo motocicleta;

Art. 3º - A exploração do serviço autônomo de mototáxi será executada por empreendedor individual, empresa de pequeno porte ou micro-empresa e mediante permissão ou concessão conferidas pelo Município, de conformidade com os interesses e as necessidades da população, e sempre precedido de processo licitatório, na modalidade de concorrência.

Parágrafo Único - O Serviço de Motofrete será autorizado por alvará específico, independentemente de processo de licitação, mediante o seguinte:

I - Os condutores dos veículos de Motofrete deverão atender aos mesmos requisitos exigidos para os condutores de veículos mototáxis;

II - O(s) veículo(s) deverá(ão) estar registrados(s) em nome do interessado/solicitante ou este possuir documento que comprove a autorização de transferência de propriedade ou posse (veículo com alienação fiduciária, leasing ou reserva de domínio) do bem e o condutor deverá estar identificado ostensivamente na forma estabelecida nesta Lei e regulamentos.

Art. 4º - A concessão/permissão será outorgada para os vencedores da licitação, em caráter de exclusividade e por prazo determinado e conforme os perímetros de atuação a serem definidos em lei regulamentar ou edital.

Art. 5º - Poderão ser adotados como critérios de julgamento da melhor proposta, conforme especificará o edital, dentre outros requisitos:

I - o objeto, metas e prazo da concessão ou permissão;

II - a capacitação técnica na execução dos serviços;

III - regularização e capacitação jurídica e fiscal;

IV - idoneidade financeira do proponente.

Art. 6º - O máximo de motocicletas que executarão os serviços de mototáxi, de acordo com certidão oficial fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), será limitado em 01 (uma) mototáxi para cada 1.000 (mil) habitantes ou fração;

§ 1º - Observado o disposto no “caput” deste artigo, o número de permissionários na exploração do serviço de mototáxi não poderá exceder a 40(Quarenta).

§ 2º - Para exploração do serviço o(s) interessado(s) somente poderá(ão) se habilitar com até 02 (dois) veículos.

Art. 7º - A execução dos serviços será realizada de conformidade com as instruções emanadas pelos órgãos municipais competentes, bem como na observância da legislação federal de trânsito,

ficando os executores sujeitos à fiscalização municipal.

Art. 8º - O permissionário e respectivo veículo destinado aos serviços de mototáxi e motofrete deverá obrigatoriamente, sem prejuízo das demais obrigações inerentes aos condutores definidas no Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503/97:

- I - estar com documentação rigorosamente completa e atualizada;
- II - ter potência mínima de motor equivalente a 100cc;
- III - estar licenciado como veículo de aluguel e identificado com placa específica;
- IV - estar cadastrado como empreendedor individual, empresa de pequeno porte ou micro-empresa para o serviço de mototáxi;
- V - possuir, no caso de veículo motofrete, equipamentos com aprovação pelo DETRAN;
- VI - transportar, no caso de mototáxi, um só passageiro de cada vez, que deverá ter à disposição um capacete protetor, balaclava descartável e colete com material refletivo de uso obrigatório;
- VII - ser dotado de alça metálica traseira à qual possa se segurar o passageiro;
- VIII - ter cano de escapamento revestido por material isolante térmico;
- IX - possuir os equipamentos de segurança exigidos pela legislação de trânsito;
- X - possuir tabela das tarifas em vigor fixadas pelo Poder Executivo;
- XI - possuir capacete para passageiro com faixa reflexiva;
- XII - possuir seguro obrigatório em valor mínimo fixado pelo Poder Executivo, quando exigido pelo Concedente;
- XIII - possuir faixa padrão amarela com a inscrição mototáxi ou motofrete conforme o caso, visivelmente aposta no tanque de combustível do veículo;
- XIV - possuir tempo de uso máximo de 10 (dez) anos para o serviço de mototáxi;
- XV - Os veículos de que trata a presente lei, deverão submeter-se a inspeção semestral pelo órgão fiscalizador, para verificação dos sistemas obrigatórios e de segurança;

Art. 9º - Sem prejuízo de outras obrigações legais, inclusive da legislação de trânsito, o motorista do serviço de mototáxi ou motofrete deverá estar habilitado há pelo menos 02(dois) anos na categoria "A", além de:

- I - ter idade mínima de 21 anos;
- II - Não ter cometido infrações gravíssimas nos últimos 12 (doze) meses, nem ter sido punido com suspensão do direito de dirigir no mesmo período, comprovado por extrato ou declaração do Órgão Executivo de Trânsito Estadual (DETRAN) expedidor do documento de habilitação;
- III - Apresentar Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da(s) Comarca(s) onde residiu nos últimos 05 (cinco) anos da data do requerimento;
- IV - Possuir curso especializado para a atividade, na forma da Resolução n.º 350/2010, do CONTRAN;
- V - Portar, no exercício da atividade, documento de identificação expedido pelo órgão de trânsito municipal, que comprove sua permissão/autorização para desempenho da atividade;
- VI - possuir prova de sanidade física e mental mediante atestado médico datado de há pelo menos trinta dias, para fins de cadastro de condutor;
- VII - estar residindo há pelo menos 03 (três) anos no Município de Fraiburgo;
- VIII - portar, além do documento de identidade o de habilitação;
- IX - manter-se trajado com calça comprida, camisa ou camiseta e jaqueta padronizada com modelo e cor estabelecidos pelo órgão de trânsito municipal;
- X - tratar os passageiros com urbanidade e respeito;
- XI - não recusar passageiros, salvo nos casos previstos em lei;
- XII - não cobrar tarifa diferente da fixada pelo Município;
- XIII - orientar o passageiro a usar balaclava descartável sob o capacete;

XIV - não transportar passageiros alcoolizados;

§ 1º. O documento de identificação a que se refere o item V deverá ser renovado anualmente.

§ 2º. Para renovação do documento referido no parágrafo anterior, será exigido obrigatoriamente a condição do item "II", retro, sem prejuízo dos demais, se assim entender o Poder Permitente.

§ 3º. É expressamente vedada a transferência da permissão, salvo:

- I - por sucessão do(a) permissionário(a);
- II - Por incapacidade ou invalidez permanente do(a) permissionário(a);
- III - por doença infecto-contagiosa, não curável do(a) permissionário(a).

Art. 10 - As motocicletas utilizadas nos serviços de mototáxi ou motofrete terão livre circulação no Município e seus pontos de atendimento e suas localizações serão regulamentadas por ato do Poder Executivo Municipal ou órgão executivo de trânsito municipal.

§ 1º - Fica proibido o estacionamento de mototáxi ou motofrete nos pontos oficiais de táxis e nos pontos de parada de ônibus.

§ 2º - Quando em trânsito sem passageiros e desde que solicitado, poderá o moto-taxista estacionar para atendimento em qualquer local da cidade.

Art. 11 - Os permissionários dos serviços de mototáxi ou motofrete deverão respeitar as disposições desta lei, facilitar a fiscalização municipal e:

- I - manter as motocicletas em boas condições de tráfego;
- II - manter atualizados os documentos contábeis, exibindo-os sempre que forem solicitados pela fiscalização municipal;
- III - manter em cada central de atendimento, durante o período diurno pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos permissionários em atividade e, no período noturno pelo menos 25% (vinte e cinco por cento), o que se aplica somente ao serviço de mototáxi;
- IV - os permissionários deverão manter-se uniformizados com coletes de identificação padrão;
- V - não aliciar passageiros;
- VI - não apresentar documentos rasurados ou adulterados;
- VII - não transportar passageiros com volumes ou malas que coloquem em risco a segurança e o trânsito.

Art. 12 - As tarifas dos serviços de mototáxi serão fixadas e reajustadas por decreto do Chefe do Poder Executivo de forma que assegure o equilíbrio econômico-financeiro do contrato para que os serviços sejam prestados de forma adequada e eficiente, enquanto os preços para os serviços de motofrete é o da livre concorrência ou o estabelecido por órgão representativo da categoria.

Art. 13 - As infrações aos dispositivos desta lei e às normas que a regulamentarem sujeitam o permissionário do serviço de mototáxi, às seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - multa de até 500 UFM's, conforme tabela a ser definida em norma regulamentar;
- III - apreensão do veículo, quando for considerado em condições impróprias para o serviço e oferecer riscos à segurança de terceiros e dos usuários, conforme disposições desta Lei e das demais pertinentes;
- IV - suspensão temporária da execução do serviço, no caso do permissionário infrator receber mais de 04 (quatro) advertências nos últimos 12 (doze) meses;
- V - cassação da licença de permissionário ou concessionário, nos seguintes casos:
 - a) envolver-se em 02 (dois) acidentes de natureza grave, nos quais tenha dado causa, no período de doze (doze) meses;
 - b) deixar de atender aos requisitos de idoneidade moral e capacidade profissional;
 - c) atrasar mais de 60 (sessenta) dias no pagamento dos tributos relacionados ao serviço, previsto nesta lei.

Parágrafo Único - No caso de apreensão do veículo, a liberação do mesmo se dará assim que recolhidas as multas e sanadas as irregularidades que determinaram referida apreensão.

Art. 14 - A competência para a aplicação de penalidades e de fiscalização será do órgão executivo de trânsito.

Art. 15 - A presente Lei será regulamentada, no que couber, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias a contar de sua publicação, por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n.º 1.651/2002, de 09 de Agosto de 2002.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 30 de Novembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2082/2010

LEI Nº. 2082, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA NA FORMA ESPECIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito interno através da Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 8.800.000,00 (oito milhões e oitocentos mil reais), observadas as condições legais em vigor para a contratação de operações de crédito, as normas da Caixa Econômica Federal e as condições específicas.

Parágrafo único. Os recursos resultantes da operação de crédito interna autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução das ações financiadas pelo Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE.

Art. 2º. O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do Município de Fraiburgo, durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para a operação de crédito, dotação suficiente à amortização do principal, encargos e acessórios resultantes, inclusive os recursos necessários ao atendimento da contrapartida do Município, ficando autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 3º. As garantias e contragarantias a serem oferecidas para o cumprimento do disposto nesta Lei serão constituídas, durante o prazo de vigência do respectivo contrato, de parcelas necessárias e suficientes das cotas de repartição constitucional das Receitas Tributárias de que o Município de Fraiburgo é titular, na forma dos artigos 158 e 159, completadas por recursos próprios, nos termos do art. 167, inciso IV, todos da Constituição da República Federativa do Brasil, ou outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 30 de Novembro de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2083/2010

LEI Nº. 2083, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº. 4.320/64, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, DO EXERCÍCIO DE 2010, APROVADO PELA LEI Nº. 2033, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e considerando o disposto na Lei Municipal 2033 de 02 de dezembro de 2009;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para o exercício de 2010, no valor de R\$ 177.540,03 (Cento e setenta e sete mil, quinhentos e quarenta reais e três centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (54)

R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (56)

R\$ 81.210,85

12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (86)

R\$ 44.329,18

12.366.0012.2.026 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0305 (101)

R\$ 2.000,00

Total R\$ 177.540,03

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei, correrá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

12.361.0006.1.012 - Construção, Ampliação e Reformas de Centros Educacionais

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (45)

R\$ 81.210,85

12.361.0006.2.013 - Alimentação Escolar do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (67)

R\$ 50.000,00

12.364.0009.2.020 - Transporte Escolar do Ensino Superior

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (80)

R\$ 20.000,00

12.365.0010.2.022 - Alimentação Escolar da Educação Infantil

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (94)

R\$ 24.329,18

12.366.0012.2.027 - Alimentação Escolar de Jovens e Adultos
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0305 (104)
R\$ 2.000,00

Total R\$ 177.540,03

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 30 de Novembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0348/2010

DECRETO Nº 0348, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o artigo 14 da Lei Nº 2033, de 02 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento - SANEFRAI para o exercício de 2010 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), nas seguintes dotações:

14.00 - Autarquia Municipal
14.01 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI
17.512.0032.2.068 - Manutenção do Saneamento Básico
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Rec 0.1.0900 (10)
R\$ 70.000,00

17.512.0032.2.069 - Coleta e Destino final de Resíduos Sólidos e Líquidos
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Rec 0.1.0900 (13)
R\$ 30.000,00

Total R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do excesso de arrecadação apurado até esta data, bem como provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4160026 - Serviço de Fornecimento de Água R\$ 100.000,00

Total R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto 347/2010.

Gabinete do Prefeito.
Fraiburgo, 01 de Dezembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0349/2010

DECRETO Nº 0349, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2083, de 30 de Novembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2010 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 177.540,03 (Cento e setenta e sete mil, quinhentos e quarenta reais e três centavos), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
07.01 - Educação Geral
12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (54)
R\$ 50.000,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (56)
R\$ 81.210,85

12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (86)
R\$ 44.329,18

12.366.0012.2.026 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0305 (101)
R\$ 2.000,00

Total R\$ 177.540,03

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
07.01 - Educação Geral
12.361.0006.1.012 - Construção, Ampliação e reformas de Centros Educacionais
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (45)
R\$ 81.210,85

12.361.0006.2.013 - Alimentação Escolar do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (67)
R\$ 50.000,00

12.364.0009.2.020 - Transporte Escolar do Ensino Superior
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (80)
R\$ 20.000,00

12.365.0010.2.022 - Alimentação Escolar da Educação Infantil
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (94)
R\$ 24.329,18

12.366.0012.2.027 - Alimentação Escolar de Jovens e Adultos
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0305 (104)
R\$ 2.000,00

Total R\$ 177.540,03

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Fraiburgo, 01 de Dezembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Pregão Presencial Nº 0140/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0140/2010 - PMF

Objeto: aquisição de sapatas de ajuste de nível para apoio da base do palco itinerante destinado ao uso das Secretarias do município. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 15/12/2010. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 24 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Nº 0143/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0143/2010 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0070/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de gás liquefeito de petróleo em cargas de 13kg e 45kg, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME). Validade da Ata de Registro de Preços: Janeiro a dezembro de 2011. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:15 horas do dia 17/12/2010. Abertura: Às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 30 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Nº 0144/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0144/2010 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0071/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de gêneros alimentícios para alimentação dos alunos que freqüentam os Centros Municipais de Educação durante o período de janeiro a abril de 2011 Validade da Ata de Registro de Preços: Janeiro a abril de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 20/12/2010. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 30 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Nº 0145/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0145/2010 - PMF

Objeto: contratação de empresa do ramo para o fornecimento de artigos pirotécnicos para a realização de show das festividades de final de ano do Município. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 15/12/2010. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 01 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0159/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10PMF159

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: SERAPHINI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. Objeto: Aquisição de equipamentos para uso na Central de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar, que será construída na Avenida João Marques Vieira, "Praça do Colono", no Centro da cidade de Fraiburgo. Valor total do Contrato: R\$ 12.100,00 (doze mil e cem reais). Data: 30.11.2010. Vigência: 30.11.2010 a 31.03.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0182/2010. Pregão Presencial nº: 0129 - PMF. Recursos: 1.200 (Recursos Ordinários - Secretaria de Agropecuária de Meio Ambiente) e 9.231 (Recursos Federais - Convênio SICONV nº 718895/2009 - Contrato de Repasse nº 0306625-23/2009-Ministério do Desenvol. Agrário /Caixa - "Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais").

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução Nº 08/2010

RESOLUÇÃO Nº 08/2010

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS COM ORGANIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA, DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUFFON, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o Art. 34, IV, do Regimento Interno, tendo sido aprovada pelo Plenário desta Casa Legislativa, em Sessão Ordinária realizada em 29 de novembro de 2010, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a realização de despesas com organização e implementação de decoração natalina, na área interna e externa do prédio da Câmara Municipal, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 2º As despesas seguirão os trâmites legais e dispensa de licitação pública, por conta da seguinte dotação orçamentária:
3.3.90.30.15.00.0000 - Material para Festividades e Homenagens
3.3.90.39.99.00.0000 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 30 de novembro de 2010

JOSÉ BUFFON

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS

Administrador do Legislativo

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 183/2010

DECRETO N.º 183, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 7.200,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	7.200,00
10301252.073 - Func. e Manutenção do Setor Saúde	7.200,00
3.3.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas	3.000,00
4.4.90.0.2.14.000062 - Aplicações Diretas	2.600,00
4.4.90.0.2.14.000063 - Aplicações Diretas	1.600,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 02/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 184/2010

DECRETO N.º 184, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 1.774,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 1.774,00 (um mil e setecentos e setenta e quatro reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.774,00
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde	1.774,00
3.3.90.0.6.14.000061 - Aplicações Diretas	1.774,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 1.774,00 (um mil e setecentos e setenta e quatro reais) correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.774,00
10301252.073 - Func. E Manut. Do Setor Saúde	1.774,00
4.4.90.0.6.14.000061 - Aplicações Diretas	1.774,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 02/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Portaria N.º 801/2010

PORTARIA N.º 801, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato JOÃO LUIZ GREGORIO, CPF n.º 823.262.159-15, aprovado e classificado como 0004 colocado, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar tarefas de auxiliares de escritório e secretárias, envolvendo registros e controles, preenchimentos de fichas, conferência, lançamentos, cálculos, e levantamentos em diversas áreas, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Novembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Aviso de Licitação TP 005/2010 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2010 PMG

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, objetivando a contratação de empresa especializada para construção de unidade municipal de educação - escola municipal do Macacú, área total de 698,50 m², com o fornecimento de materiais, mão de obra e projetos complementares, conforme especificações constantes do projeto básico.

Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "DOCUMENTAÇÃO" e nº. 2 - "PROPOSTA" serão recebidos pela Comissão Permanente de licitações, no Setor de Compras e Licitações, na Secretaria de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 14h30min do dia 17/12/2010. A sessão se dará a partir das 14h30min do dia 17/12/2010, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, no horário das 13h:00min às 18h30min, e no endereço eletrônico www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 01 de dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal



Garuva
PREFEITURA MUNICIPAL**Lei Nº 1499/2010**

LEI Nº 1499, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

05.001.027.812.1031.2019 Manut.do Setor de Esportes

3390 01.00.00R\$ 8.000,00

07.001.012.361.1028.2028 Manut. do Setor de Educação

3390 01.01.00R\$ 150.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º., serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

05.004.023.695.1035.2023 Manut.do Setor de Turismo

3390 01.00.00R\$ 8.000,00

07.001.012.365.1030.1010 Constr, Ampl. e Reforma de Creches

Mun 4490 01.01.00R\$ 150.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Lei Nº 1500/2010

LEI Nº 1500, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 488.500,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil e quinhentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

02.001.004.122.1001.2002 Man. e Invest. do Gabinete 3 3 9 0

01.00.00R\$ 30.000,00

02.001.004.122.1003.2005 Contribuição a entidades e Associações 3350 01.00.00R\$ 3.000,00

04.001.004.122.1003.2007 Man. do Departamento de Administração 3190 01.00.00R\$ 130.000,00

04.001.004.122.1003.2007 Man. do Departamento de Administração 3390 01.00.00R\$ 85.500,00

04.001.008.243.1008.2014 Man. do Conselho Tutelar 3 1 9 0

01.00.00R\$ 2.000,00

04.003.004.122.1004.2008 Man. do Depart. de Recursos Humanos 3190 01.00.00R\$ 28.000,00

04.004.004.123.1007.2011 Man. dos Dep. de Contab. e Finanças 3190 01.00.00R\$ 5.000,00

08.001.010.301.1011.2033 Man. do Setor de Saúde 3 1 9 0

01.02.00R\$ 5.000,00

10.003.015.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serv. Públicos 3190 01.00.00R\$ 35.000,00

10.003.006.181.1033.2063 Man. de Convênios com a Seg. Pública 3390 01.24.19R\$ 10.000,00

10.003.006.181.1033.2063 Man. de Convênios com a Seg. Pública 4490 01.24.19R\$ 5.000,00

11.001.020.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais 3190 01.00.00R\$ 95.000,00

12.001.018.451.1042.2081 Man. do Setor de Meio-Ambiente 3190 01.00.00R\$ 55.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º., serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.002.004.131.1001.2003 Man. e Invest. do Dep. de Comunicação 3190 01.00.00R\$ 4.000,00

02.002.004.131.1001.2003 Man. e Invest. do Dep. de Comunicação 3390 01.00.00R\$ 15.000,00

02.002.004.131.1001.2003 Man. e Invest. do Dep. de Comunicação 4490 01.00.00R\$ 4.000,00

02.003.004.122.1001.2004 Man. e Invest. do Dep. de Contr. Geral 3190 01.00.00R\$ 8.000,00

02.003.004.122.1001.2004 Man. e Invest. do Dep. de Contr. Geral 3390 01.00.00R\$ 9.500,00

02.003.004.122.1001.2004 Man. e Invest. do Dep. de Contr. Geral 4490 01.00.00R\$ 3.000,00

03.001.002.062.1001.2006 Man. e Invest. da Procuradoria Geral 3190 01.00.00R\$ 55.000,00

04.001.004.121.1010.1003 Reestr. do Cadastro Imobiliário 3390 01.00.00R\$ 81.000,00

04.001.004.121.1010.1003 Reestr. do Cadastro Imobiliário
4490 01.00.00R\$ 3.000,00

04.001.004.121.1010.1004 Efetiv. dos Planos Mun. Plano Diretor
3390 01.00.00R\$ 51.000,00

04.001.004.121.1010.1004 Efetiv. dos Planos Mun. Plano Diretor
4490 01.00.00R\$ 1.000,00

04.001.004.121.1010.2016 Man. do Setor de Planejamento
3190 01.00.00R\$ 1.000,00

04.001.004.121.1010.2016 Man. do Setor de Planejamento
3390 01.00.00R\$ 2.600,00

04.001.004.121.1010.2016 Man. do Setor de Planejamento
4490 01.00.00R\$ 4.000,00

04.001.004.121.1010.2017 Man. do Conselho da Cidade
4490 01.00.00R\$ 3.000,00

04.001.004.121.1010.2017 Man. do Conselho da Cidade
3390 01.00.00R\$ 3.000,00

04.001.004.122.1003.2007 Man. do Departamento de Administração
4490 01.00.00R\$ 30.000,00

04.001.004.122.1005.2009 Man. do Setor de Patrimônio
3190 01.00.00R\$ 2.000,00

04.001.004.122.1005.2009 Man. do Setor de Patrimônio
3390 01.00.00R\$ 1.000,00

04.001.004.122.1005.2009 Man. do Setor de Patrimônio
4490 01.00.00R\$ 1.000,00

04.001.004.129.1009.1001 Reestr.cad.econ.refor da planta de val.
3390 01.00.00R\$ 6.000,00

04.001.004.129.1009.1001 Reestr.cad.econ.refor da planta de val.
4490 01.00.00R\$ 2.000,00

04.001.004.129.1009.1002 Projeto de conscientização tributária
3390 01.00.00R\$ 6.000,00

04.001.008.243.1008.2014 Man. do Conselho Tutelar 3 3 9 0
01.00.00R\$ 10.000,00

04.001.008.243.1008.2014 Man. do Conselho Tutelar 4 4 9 0
01.00.00R\$ 2.500,00

04.002.004.122.1006.2010 Man. do Depart. de Licitações e Compras
3190 01.00.00R\$ 6.000,00

04.004.004.123.1007.2011 Man. dos Dep. de Contab. e Finanças
3390 01.00.00R\$ 3.000,00

04.004.004.123.1007.2011 Man. dos Dep. de Contab. e Finanças
4490 01.00.00R\$ 3.900,00

04.005.028.843.1007.2012 Amortização do principal e enc da dív. púb
4690 01.00.00R\$ 30.000,00

06.001.022.661.1034.2025 Man. do Setor de Des. Econômico
3190 01.00.00R\$ 2.000,00

09.001.008.244.1023.2089 Man. do Depart. de Desenv. Social e Hab
3190 01.00.00R\$ 85.000,00

12.001.015.451.1042.1026 Implantação e ampl. da rede de água
3190 03.00.00R\$ 50.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional
Suplementar na importância de R\$ 223.700,00 (duzentos e vinte e três mil e setecentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.301.1012.2041 Man. do Programa Saude da Familia
3190 01.02.00R\$ 176.000,00

14.001.010.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 Horas
3190 01.02.00R\$ 25.000,00

14.001.010.304.1018.2047 Man. do Setor de Vigilancia Sanitaria
3190 01.66.00R\$ 7.000,00

14.001.010.301.1011.2083 Man. do Fundo Municipal de Saúde
3390 01.02.00R\$ 15.700,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º., serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.302.1022.1012 Constr. e reforma de Unidades de

Saúde 4490 01.02.00R\$ 2.000,00

14.001.010.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família
3390 01.02.00R\$ 11.700,00

14.001.010.301.1011.2083 Man. do Fundo Municipal de Saúde
3190 01.64.00R\$ 102.000,00

14.001.010.301.1011.2083 Man. do Fundo Municipal de Saúde
3190 01.64.02R\$ 88.000,00

14.001.010.301.1011.2090 Assist. integral à saúde da mulher
3390 01.02.00R\$ 2.000,00

15.001.008.244.1023.2051 Man. do Progr.de Prom. e Prev.Des.Social
3190 01.00.00R\$ 14.000,00

15.001.008.244.1023.2051 Man. do Progr.de Prom. e Prev.Des.Social
3190 01.51.00R\$ 4.000,00

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional
Suplementar na importância de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.015.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serv. Públicos
3190 01.00.00R\$ 65.000,00

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional
Suplementar na importância de R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família
3190 01.02.00R\$ 79.000,00

Art. 7º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 5º e 6º, serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação previsto na fonte Recursos Ordinários.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 98/2010

DECRETO Nº 98, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010
"ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1499, de 26 de novembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância no valor de R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

05.001.027.812.1031.2019 Manut.do Setor de Esportes
3390 01.00.00R\$ 8.000,00

07.001.012.361.1028.2028 Manut. do Setor de Educação
3390 01.01.00R\$ 150.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º., serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

05.004.023.695.1035.2023 Manut.do Setor de Turismo
3390 01.00.00R\$ 8.000,00

07.001.012.365.1030.1010 Constr, Ampl. e Reforma de Creches Mun
4490 01.01.00R\$ 150.000,00



Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 99/2010

DECRETO Nº 99, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010

"ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1500, de 26 de novembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 488.500,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil e quinhentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

02.001.004.122.1001.2002 Man. e Invest. do Gabinete 3 3 9 0
01.00.00R\$ 30.000,00
02.001.004.122.1003.2005 Contribuição a entidades e Associações 3350 01.00.00R\$ 3.000,00
04.001.004.122.1003.2007 Man. do Departamento de Administração 3190 01.00.00R\$ 130.000,00
04.001.004.122.1003.2007 Man. do Departamento de Administração 3390 01.00.00R\$ 85.500,00
04.001.008.243.1008.2014 Man. do Conselho Tutelar 3 1 9 0
01.00.00R\$ 2.000,00
04.003.004.122.1004.2008 Man. do Depart. de Recursos Humanos 3190 01.00.00R\$ 28.000,00
04.004.004.123.1007.2011 Man. dos Dep. de Contab. e Finanças 3190 01.00.00R\$ 5.000,00
08.001.010.301.1011.2033 Man. do Setor de Saúde 3 1 9 0
01.02.00R\$ 5.000,00
10.003.015.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serv. Públicos 3190 01.00.00R\$ 35.000,00
10.003.006.181.1033.2063 Man. de Convênios com a Seg. Pública 3390 01.24.19R\$ 10.000,00
10.003.006.181.1033.2063 Man. de Convênios com a Seg. Pública 4490 01.24.19R\$ 5.000,00
11.001.020.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais 3190 01.00.00R\$ 95.000,00
12.001.018.451.1042.2081 Man. do Setor de Meio-Ambiente 3190 01.00.00R\$ 55.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.002.004.131.1001.2003 Man. e Invest. do Dep. de Comunicação 3190 01.00.00R\$ 4.000,00
02.002.004.131.1001.2003 Man. e Invest. do Dep. de Comunicação 3390 01.00.00R\$ 15.000,00
02.002.004.131.1001.2003 Man. e Invest. do Dep. de Comunicação 4490 01.00.00R\$ 4.000,00
02.003.004.122.1001.2004 Man. e Invest. do Dep. de Contr. Geral 3190 01.00.00R\$ 8.000,00
02.003.004.122.1001.2004 Man. e Invest. do Dep. de Contr. Geral 3390 01.00.00R\$ 9.500,00
02.003.004.122.1001.2004 Man. e Invest. do Dep. de Contr. Geral 4490 01.00.00R\$ 3.000,00
03.001.002.062.1001.2006 Man. e Invest. da Procuradoria Geral 3190 01.00.00R\$ 55.000,00
04.001.004.121.1010.1003 Reestr. do Cadastro Imobiliário 3390 01.00.00R\$ 81.000,00
04.001.004.121.1010.1003 Reestr. do Cadastro Imobiliário 4490 01.00.00R\$ 3.000,00

04.001.004.121.1010.1004 Efetiv. dos Planos Mun. Plano Diretor 3390 01.00.00R\$ 51.000,00
04.001.004.121.1010.1004 Efetiv. dos Planos Mun. Plano Diretor 4490 01.00.00R\$ 1.000,00
04.001.004.121.1010.2016 Man. do Setor de Planejamento 3190 01.00.00R\$ 1.000,00
04.001.004.121.1010.2016 Man. do Setor de Planejamento 3390 01.00.00R\$ 2.600,00
04.001.004.121.1010.2016 Man. do Setor de Planejamento 4490 01.00.00R\$ 4.000,00
04.001.004.121.1010.2017 Man. do Conselho da Cidade 4490 01.00.00R\$ 3.000,00
04.001.004.121.1010.2017 Man. do Conselho da Cidade 3390 01.00.00R\$ 3.000,00
04.001.004.122.1003.2007 Man. do Departamento de Administração 4490 01.00.00R\$ 30.000,00
04.001.004.122.1005.2009 Man. do Setor de Patrimônio 3190 01.00.00R\$ 2.000,00
04.001.004.122.1005.2009 Man. do Setor de Patrimônio 3390 01.00.00R\$ 1.000,00
04.001.004.122.1005.2009 Man. do Setor de Patrimônio 4490 01.00.00R\$ 1.000,00
04.001.004.129.1009.1001 Reestr.cad.econ.refor da planta de val. 3390 01.00.00R\$ 6.000,00
04.001.004.129.1009.1001 Reestr.cad.econ.refor da planta de val. 4490 01.00.00R\$ 2.000,00
04.001.004.129.1009.1002 Projeto de conscientização tributária 3390 01.00.00R\$ 6.000,00
04.001.008.243.1008.2014 Man. do Conselho Tutelar 3 3 9 0
01.00.00R\$ 10.000,00
04.001.008.243.1008.2014 Man. do Conselho Tutelar 4 4 9 0
01.00.00R\$ 2.500,00
04.002.004.122.1006.2010 Man. do Depart. de Licitações e Compras 3190 01.00.00R\$ 6.000,00
04.004.004.123.1007.2011 Man. dos Dep. de Contab. e Finanças 3390 01.00.00R\$ 3.000,00
04.004.004.123.1007.2011 Man. dos Dep. de Contab. e Finanças 4490 01.00.00R\$ 3.900,00
04.005.028.843.1007.2012 Amortização do principal e enc da div. púb 4690 01.00.00R\$ 30.000,00
06.001.022.661.1034.2025 Man. do Setor de Des. Econômico 3190 01.00.00R\$ 2.000,00
09.001.008.244.1023.2089 Man. do Depart. de Desenv. Social e Hab 3190 01.00.00R\$ 85.000,00
12.001.015.451.1042.1026 Implantação e ampl. da rede de água 3190 03.00.00R\$ 50.000,00

Art. 3º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 223.700,00 (duzentos e vinte e três mil e setecentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.301.1012.2041 Man. do Programa Saude da Familia 3190 01.02.00R\$ 176.000,00
14.001.010.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 Horas 3190 01.02.00R\$ 25.000,00
14.001.010.304.1018.2047 Man. do Setor de Vigilância Sanitária 3190 01.66.00R\$ 7.000,00
14.001.010.301.1011.2083 Man. do Fundo Municipal de Saúde 3390 01.02.00R\$ 15.700,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.302.1022.1012 Constr. e reforma de Unidades de Saúde 4490 01.02.00R\$ 2.000,00
14.001.010.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família 3390 01.02.00R\$ 11.700,00

14.001.010.301.1011.2083 Man. do Fundo Municipal de Saúde
3190 01.64.00R\$ 102.000,00
14.001.010.301.1011.2083 Man. do Fundo Municipal de Saúde
3190 01.64.02R\$ 88.000,00
14.001.010.301.1011.2090 Assist. integral à saúde da mulher
3390 01.02.00R\$ 2.000,00
15.001.008.244.1023.2051 Man. do Progr.de Prom. e Prev.Des.Social
3190 01.00.00R\$ 14.000,00
15.001.008.244.1023.2051 Man. do Progr.de Prom. e Prev.Des.Social
3190 01.51.00R\$ 4.000,00

Art. 5o - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.015.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serv. Públicos
3190 01.00.00R\$ 65.000,00

Art. 6o - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família
3190 01.02.00R\$ 79.000,00

Art. 7º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 5º e 6º, serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação previsto na fonte Recursos Ordinários.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 2.272, de 30 de Novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 2.272, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE BEATRIZ CANCELLIER DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação de BEATRIZ CANCELLIER DA SILVA, nomeada para exercer, em regime de emprego público, o cargo de Assistente Social - CRAS/Sentinela, pela Portaria nº 2.270, de 22 de novembro de 2010, em virtude de sua desistência expressamente manifestada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de novembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 992/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 992/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CMK8552	55116029C	CLEDIO ESSER	5347/0	178
IED8463	55118892C	LEONIR DAS CHAGAS	5185/1	167
LZQ6193	55077458C	CLAUDIONOR ANTONIO DEMMER	5835/0	195
MAK9132	55075798C	RUAN CARLOS TONHOLI	5550/0	181 * XVIII
MBU0377	55076469C	EDEMILSON DA SILVA	6025/0	206 * IV
MDH9523	55077237C	ELIZETE MARIA DA CAS DE AQUIM	5851/1	197
MEO6875	55076676C	CARLOS EDUARDO MULLER	5819/6	193
MEY0573	55077201C	PAULO ROBERTO GODOY	5541/1	181 * XVII
MFB4959	55117981C	CARLOS ALBERTO RONCAGLIO	7030/2	244 * I
MFR2127	55077110C	LUCIMALHAS E CONFECÇÕES LTDA ME	7366/2	252 * VI
MGB1106	55113329C	GIOVANA DE LOURDES DIAS MENEZES	5720/0	186 * I
MGK7046	55076990C	ZIPYLIK CONFECÇÕES LTDA	5541/6	181 * XVII
MGS5219	55077386C	JULIANA HAMMES	6122/0	214 * I
MHN1149	55077540C	MARCOS AURELIO SCHEIDT ME	5746/3	187 * I
MIE0347	55118383C	RODRIGO DE PAULA ROSARIO	7048/2	244 * II
MIS2409	55076887C	LUCIANE KRAUSS THEISS	7366/2	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE NOVEMBRO DE 2010

PEDRO DA SILVA

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 590/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 590/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LXA8078	8590016883	LUCIMAR PISKE	7455/0	218 * I
LZI7441	8590018101	JULIANO BISSOTO	7455/0	218 * I
MAM4653	8590017522	ANTONINO DOS SANTOS	7463/0	218 * II
MCB0088	8590018805	LAVEX LAVANDERIA INDUSTRIAL LTDA	7455/0	218 * I
MCE9265	8590019318	ADILSON PEREIRA	7455/0	218 * I
MDC6356	8590019259	JOICE RUTHES SABEL	7455/0	218 * I
MDI3324	8590016674	TERESA DOS SANTOS	7463/0	218 * II
MEM5808	8590017016	TATIANE DA CUNHA GROSS	7455/0	218 * I
MFA1436	8590019689	DIONE MARIA FLEISCHMANN RUSCZAK	7455/0	218 * I
MHG9384	8590018052	JOAO HOMEM	7455/0	218 * I
MHR2855	8590018082	IVONEI MARIANO	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE NOVEMBRO DE 2010

PEDRO DA SILVA

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 592/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 3

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 592/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAS0890	8590016637	EDSON CARLOS BORGES	7455/0	218 * I
ADD4071	8590019828	GEZANIO SOUZA DE BARROS	7463/0	218 * II
ADE9366	8590018015	JOSE LUCIO DE ANDRADE	7455/0	218 * I
AGC0194	8590017536	TARCISO VENTURI	7455/0	218 * I
AIX0055	8590019585	RICARDO DAGNONI	7455/0	218 * I
AQD1872	8590019594	LORI ARNDT	7455/0	218 * I
BIS5887	8590016224	SIRLENE DE FRANCA	7455/0	218 * I
BIS5887	8590016320	SIRLENE DE FRANCA	7463/0	218 * II
DFY5935	8590018361	AUTOMOVEIS AVENIDA LTDA	7455/0	218 * I
ERI0073	8590019415	ELIAS NUNES ROSA	7455/0	218 * I
HAM1975	8590019811	OSNILDO FANTONI	7463/0	218 * II
IMC9559	8590018143	BELENES TINTURADO E LAVADO LTDA	7455/0	218 * I
KIS9808	8590017535	SILDA FOSTER	7463/0	218 * II
KPX0181	8590017196	MOACIR GONCALVES	7463/0	218 * II
LTS0592	8590016952	ELDER CAMPANHOLO	7455/0	218 * I
LWT0821	8590019205	LUIS CARLOS CARDOSO	7455/0	218 * I
LWY6627	8590017458	ADENILCE GALUPO	7455/0	218 * I
LXF6347	8590017895	KAUE STEIERLEIN SOARES	7455/0	218 * I
LXH7505	8590018027	OSVALDINA SOUZA PEREIRA	7455/0	218 * I
LYD9967	8590017992	TARCISIO NELSON HOSTIN	7455/0	218 * I
LYN7306	8590019197	GERVASI COMERCIO E TRANSPORTES LTDA	7463/0	218 * II
LYP8130	8590019381	ZAIRA DA ROSA ANTUNES	7463/0	218 * II
LYS2025	8590017088	JOSE CICERO DOS SANTOS	7463/0	218 * II
LZB0131	8590019788	JOSE DOMINGOS DE OLIVEIRA	7463/0	218 * II
LZH5987	8590019110	LAURO MARCOS KREICH	7455/0	218 * I
LZO1532	8590017303	EMPREITEIRA DE MAO OBRA ITALY MAR LTDA	7455/0	218 * I

MAN8640	8590018664	CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA LUZ	7455/0	218 * I
MAP0805	8590016935	SILVIO LOPES	7455/0	218 * I
MAR8529	8590019077	JAIR RECH	7463/0	218 * II
MAX1139	8590016155	MAURILO TRAINOTTI	7455/0	218 * I
MBC6333	8590017012	OSNIR KELLER	7463/0	218 * II
MBJ2417	8590018129	LEONARDO RICARDO	7455/0	218 * I
MBJ8097	8590015384	IARA MARIA DEMISKI FAE	7455/0	218 * I
MBS0823	8590016898	NAPOLEAO MEIRA	7455/0	218 * I
MCA6703	8590017735	CLAUDEMIR RODRIGUES	7463/0	218 * II
MCF3028	8590016967	ALOISIO LEITE FELICIO	7463/0	218 * II
MCF4755	8590017371	BERNARDETE DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MCL8316	8590016872	ANTONINHO BARRETO	7455/0	218 * I
MCQ4086	8590016488	IRIS PADILHA	7455/0	218 * I
MCS9841	8590019729	ORLADES ANSELMO DE LIMA	7455/0	218 * I
MDD0638	8590019714	ELIANE SALBEGO HOFART	7455/0	218 * I
MDJ0630	8590019876	ADRIANA GUETHS METZNER	7455/0	218 * I
MDL0707	8590020183	MAURICIO ANTONIO JUNKES	7455/0	218 * I
MDL6056	8590019859	TRANSPORTES EVOLUCAO LTDA	7455/0	218 * I
MDM1577	8590013253	MOACIR PIANTOLA	7455/0	218 * I
MDR4015	8590018094	VALBER ANTONIO DE SOUZA	7455/0	218 * I
MEG7727	8590019522	FABIANO LUIZ DA ROSA	7455/0	218 * I
MEH7572	8590019721	SERGIO JOSE DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MEJ2517	8590017345	REVELINO DA SILVA	7463/0	218 * II
MEZ2832	8590014664	VALDIR DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MEZ9352	8590013185	JANETE LUCHTENBERG	7455/0	218 * I
MEZ9352	8590013196	JANETE LUCHTENBERG	7455/0	218 * I
MFB5037	8590019433	JOCEMIR INACIO TOMASI	7455/0	218 * I
MFC3069	8590017269	JOSE OSNI DE OLIVEIRA	7463/0	218 * II
MFC5594	8590017524	IRINEU ANTONIO DEON	7455/0	218 * I
MFC5722	8590019759	ADILSON ZUNINO	7455/0	218 * I
MFJ2984	8590015501	EDNEI BALTAZAR GARDINI	7455/0	218 * I
MFS9672	8590016854	ROSANGELA BELO	7471/0	218 * III
MFV2979	8590017987	RUTH JACOBSEN DE ANDRADE	7455/0	218 * I
MFV5776	8590016423	JOICE BEATRIZ MAGOCA	7455/0	218 * I
MFY5712	8590018075	ROBERTO CLASEN	7455/0	218 * I
MGC1553	8590020369	JOSE OSMAR FERREIRA TAQUES	7463/0	218 * II
MGC2692	8590019484	FABRICIO CARDOSO	7455/0	218 * I

MGH1443	8590016675	ROGERIO NILTON DA SILVA	7455/0	218 * I
MGS4275	8590016922	ANTONIO RIBEIRO DO PRADO	7455/0	218 * I
MGY7736	8590018398	JEFERSON FRENA	7455/0	218 * I
MHA0493	8590016598	SERGIO LUIS SCHRAMM	7455/0	218 * I
MHB2615	8590020038	ATACADAO BEER-SHOP LTDA ME	7455/0	218 * I
MHC2287	8590020166	THEREZINHA VIEIRA DA SILVA	7455/0	218 * I
MHH9715	8590015903	IVO PONCHIELLI	7463/0	218 * II
MHM7424	8590017278	DEISE SCHEIDT DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MHR7814	8590017637	FELICIO BONA	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE NOVEMBRO DE 2010

PEDRO DA SILVA

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 589/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 590 589/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ANG1982	8590020268	MARIA SANTINA BRAATZ	7455/0	218 * I
BAM5353	8590020269	PEDRO POLLHEIM	7455/0	218 * I
CPE6389	8590020841	DARCISIO SCHAPPO	7455/0	218 * I
LAK2053	8590020465	MARCELO SCHLINDWEIN SCHERER	7455/0	218 * I
LYS4726	8590020317	PEDRO CIDRAL	7455/0	218 * I
LYX5962	8590020590	REGINALDO RONY DOMINGUES	7463/0	218 * II
MBH3823	8590020399	MARIO JOAO RONCALIO	7463/0	218 * II
MBT0218	8590020525	GEROMIL DE LIMA SILVEIRA JUNIOR	7455/0	218 * I
MBT8913	8590020570	EDSON RODRIGUES DA SILVA	7455/0	218 * I
MGA6659	8590020227	SEVERINO LAZZAROTTO	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE NOVEMBRO DE 2010

PEDRO DA SILVA

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 591/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 590 591/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABA0018	8590021132	ALVIM JOSE SABEL	7455/0	218 * I
ABO1128	8590020874	NARCISO VARGAS	7455/0	218 * I
ABT7113	8590021232	ANTONIO PRUCHE	7455/0	218 * I
AEW8219	8590021151	WILSON KLUG	7455/0	218 * I
AHS5197	8590021414	ADONES DAUER	7455/0	218 * I
AHU8057	8590020388	MARENI DO NASCIMENTO	7455/0	218 * I
AHU8057	8590021275	MARENI DO NASCIMENTO	7455/0	218 * I
AIO5373	8590020417	JOSE BORGMANN SOBRINHO	7455/0	218 * I
AJK7603	8590021189	SABRINA DA SILVA	7463/0	218 * II
AKX7065	8590021310	CARLOS EDUARDO PONCHIROLLI	7455/0	218 * I
ALH0491	8590020685	VANDERLEI ALVES DOS SANTOS	7455/0	218 * I
ALM1426	8590020407	FERNANDA CRISTINA MACHADO	7455/0	218 * I
ALM9909	8590020436	VALDECI DIAS	7455/0	218 * I
AMN3714	8590018606	EDENILSON DE AZEVEDO	7455/0	218 * I
ANT8706	8590019376	MARIA ANGELA MULLER LOPES	7455/0	218 * I
AVI6700	8590018853	JUCIMAR PREILIPPER	7471/0	218 * III
BOP7131	8590021422	JAIR JOSE DARUGNA	7455/0	218 * I
BOT7261	8590021413	RODINEI DE MELLO	7471/0	218 * III
BUK0761	8590020368	GILBERTO THEISS	7455/0	218 * I
CGG7840	8590019095	ALEXSSANDRA DE JESUS	7455/0	218 * I
CKQ4553	8590021403	RUBEM SILVA DOS SANTOS	7463/0	218 * II
CLP5665	8590021185	FAUSTINO KARPINSKI	7455/0	218 * I
DGV4714	8590021331	AIRES MARTINS	7463/0	218 * II
DIB0121	8590020562	ROSA MAFRA NUNES	7455/0	218 * I
GMA0432	8590021418	DIEGO DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
GYR2919	8590020470	LUCIANA HOWE	7455/0	218 * I

HVO4313	8590020794	EDSON LIMA DOS SANTOS	7463/0	218 * II
IIF5544	8590021371	ACARI JOSE PEIXER	7455/0	218 * I
ILJ9594	8590019099	RENATE WISNIENESKI	7455/0	218 * I
IMN6153	8590020472	SUSANA DA SILVA	7455/0	218 * I
JNX0762	8590020756	ALTAMIRO DE MACEDO HELEODORO	7455/0	218 * I
JYP1317	8590020663	FABIANO KONELL	7455/0	218 * I
KFJ7987	8590019520	OZEIAS MAIER	7455/0	218 * I
LWV9161	8590020574	SIRLENE PAVANATI MARCELINO	7455/0	218 * I
LXB3104	8590021190	GIOVANI LOPES	7455/0	218 * I
LXD7199	8590020204	VITOR CLEVERSON ULLIRSCH GOETTEN	7463/0	218 * II
LXE0085	8590020595	ELFRIDA SUELI GRIPA	7455/0	218 * I
LXE6801	8590021060	GILMAR MOISES SCHROEDER	7455/0	218 * I
LXL2681	8590021590	ARNO GOEDERT	7455/0	218 * I
LXM3184	8590020860	DANIEL CLASEN MACHADO	7455/0	218 * I
LXV3906	8590021138	NADIR MACIEL MATIAS	7455/0	218 * I
LXW3567	8590019586	DARCI RODRIGUES DE SOUZA	7455/0	218 * I
LXX2933	8590020985	ANTONIO LIBERATO	7455/0	218 * I
LXZ6286	8590021271	ARMANDO CRUZ	7463/0	218 * II
LXZ6286	8590021350	ARMANDO CRUZ	7463/0	218 * II
LYR1512	8590019476	MOSER IND E COM DE DIVISORIAS E FORROS LTDA EPP	7455/0	218 * I
LYS1604	8590020684	CATARINA BUTTNER	7455/0	218 * I
LYS1604	8590021729	CATARINA BUTTNER	7455/0	218 * I
LYT8612	8590021397	OLIMPIO MARQUES	7455/0	218 * I
LYW2877	8590020668	CLAUDIO FERREIRA	7463/0	218 * II
LYX0999	8590020790	MARCOS DE SOUZA MARCON	7455/0	218 * I
LZA9802	8590020043	FABIANO DENZER	7455/0	218 * I
LZA9802	8590021086	FABIANO DENZER	7455/0	218 * I
LZF3011	8590021339	NAIARA LUANA COSTA TIDRE	7455/0	218 * I
LZH8022	8590021500	LANFEL INDUSTRIA TEXTIL LTDA EPP	7455/0	218 * I
LZI9221	8590020912	VALMIR SOARES	7455/0	218 * I
LZM7163	8590020732	ALCIDES DENZER	7455/0	218 * I
LZO5313	8590021029	ANDERSON KLOTH	7455/0	218 * I
LZO5610	8590020824	GREISIELLE MARIA KUKUL	7455/0	218 * I
LZR4128	8590021391	OSCAR FISCHER	7455/0	218 * I
LZS1460	8590019841	KLEBER CAPELOSSI DA SILVA	7455/0	218 * I
LZS8967	8590019980	VALCI DA SILVA	7463/0	218 * II
LZV1359	8590020767	ANA PAULA DOS SANTOS ROSA	7455/0	218 * I

LZV2528	8590020669	CLOVIS ZOLETTI DA SILVA	7455/0	218 * I
MAA8572	8590021050	ERVIM WIPPEL	7455/0	218 * I
MAC3650	8590021070	CLAUDENIR KUEHL	7455/0	218 * I
MAL2283	8590020025	EUZILENE GRIGORIO DA SILVA	7455/0	218 * I
MAM0575	8590020244	ELPIDIO ANTONIO MORETTO	7455/0	218 * I
MAP6395	8590019829	ALCIDES TOMKELSKI	7455/0	218 * I
MAQ3077	8590021213	ITAMAR GAUDENCIO	7455/0	218 * I
MAR5525	8590021666	J.V.P.SERVICOS E TRANSPORTES LTDA ME	7455/0	218 * I
MAU5715	8590021221	VALNOR DIAS	7455/0	218 * I
MAW6787	8590019785	CLAUDEMIR MANNRICH	7455/0	218 * I
MAY2906	8590021175	IVANIO DA SILVA	7455/0	218 * I
MBO8431	8590020693	ELIANE DAS GRACAS VIEIRA	7455/0	218 * I
MBT3301	8590021041	MARISA RAMOS	7455/0	218 * I
MBU2812	8590020488	MARLENE ROSUMEK	7455/0	218 * I
MBX3743	8590021051	MAURICIO ROSA	7455/0	218 * I
MBZ9851	8590021004	LUCIO XAVIER SOARES	7463/0	218 * II
MCE9745	8590020696	MARINA LEAL FREITAS WILLIAMS	7455/0	218 * I
MCH6716	8590021307	CECILIA KRIEGER	7455/0	218 * I
MCI9428	8590020606	ROBSON LEMES DA SILVA	7455/0	218 * I
MCN4076	8590019437	FERNANDA ARCELI DA SILVA	7455/0	218 * I
MCN4491	8590020422	JOSE KOHLER	7463/0	218 * II
MCT2999	8590019440	ARISTIDES DALLABONA	7455/0	218 * I
MCV8672	8590021233	IRINEU DE SOUZA	7455/0	218 * I
MCW3990	8590020774	LEANDRO FILIPIN	7455/0	218 * I
MCX3215	8590021055	AGNALDO SILVA	7455/0	218 * I
MDD3488	8590021075	AMALIA SEIBT	7455/0	218 * I
MDM7167	8590020618	UYARA PRESTES HANDAN	7455/0	218 * I
MDP6787	8590021087	CINTIA SERGER	7455/0	218 * I
MDQ4183	8590019840	MAURICIO MACHADO MENDES	7455/0	218 * I
MDR9583	8590019311	LWK INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA EPP	7455/0	218 * I
MEA0506	8590021101	KOHLER E KOHLER LTDA ME	7455/0	218 * I
MEA8326	8590021367	SOLANI APARECIDA MAYER	7463/0	218 * II
MED7428	8590020447	MARIA DE LOURDES VARGAS	7455/0	218 * I
MEE0240	8590020976	NATALINO DE JESUS SILVA	7463/0	218 * II
MEG2992	8590021281	FABIANO MARTINS	7455/0	218 * I
MEJ2203	8590019765	CLEITON HAAG	7463/0	218 * II
MEL2389	8590020759	ROBERTO DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I

MEQ6005	8590021469	GILBRAN SIMOES DA SILVA	7455/0	218 * I
MET1738	8590021020	SANDRO RODRIGO GERONDI	7455/0	218 * I
MEX5998	8590021142	FABIO MARCELO MACHADO DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MEX7718	8590019706	ZULMIRA LEONI FLORES BOAVENTURA	7455/0	218 * I
MEY7474	8590021466	JOSE CARLOS SOARES FILHO	7455/0	218 * I
MEZ1476	8590020291	MARCELO AUGUSTO JUNGES	7455/0	218 * I
MFJ9178	8590021558	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BLUMENAU	7455/0	218 * I
MFO1587	8590020233	ALUIR DA SILVA RIBEIRO	7463/0	218 * II
MFP2658	8590018857	BRASILIA SOLANGE TELLO CAJAMARCA	7463/0	218 * II
MFW8627	8590020480	ANTONIO BORGES	7455/0	218 * I
MGB6165	8590021608	MAURO CESAR BERLIM	7455/0	218 * I
MGE6521	8590021224	CONFECCOES BORBA LTDA ME	7463/0	218 * II
MGF6343	8590021268	MAURICIO INACIO JUVENCIO	7455/0	218 * I
MGG5781	8590020349	VANDERLI CARLOS NOGUEIRA	7463/0	218 * II
MGG8424	8590020925	PAULO EDUARDO DE OLIVEIRA COSTA	7455/0	218 * I
MGH2767	8590020830	LUIZ CARLOS MAURIZIO	7455/0	218 * I
MGJ1424	8590020434	ISOLDI BUSARELLO	7455/0	218 * I
MGK7277	8590021386	JOSE VILMAR REINERT	7455/0	218 * I
MGL5123	8590020297	FRANCISCO GUMS	7463/0	218 * II
MGL5626	8590021082	ELISA ARTNER LEANDRO	7455/0	218 * I
MGP3513	8590021329	ELIANA DE SOUZA	7463/0	218 * II
MGP6390	8590019865	GRACIELA LIRA COMANDOLLI	7455/0	218 * I
MGQ0102	8590021164	GELCI ROSTIROLLA	7455/0	218 * I
MGR2872	8590020180	ADVANCE IMPORT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTAÇÃO	7455/0	218 * I
MGU1977	8590020611	JEFERSON LUIS DA ROSA	7455/0	218 * I
MGU8550	8590020390	JOAO DE SOUZA ANTUNES JUNIOR	7463/0	218 * II
MGV0286	8590021036	FERNANDOTUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME	7463/0	218 * II
MGW2530	8590021265	TRANSPORTE ROD DE CARGAS ZAPPELLINI LTDA	7463/0	218 * II
MGW2695	8590021034	MARCILIO FERREIRA DA COSTA	7455/0	218 * I
MGY2585	8590021576	CLAUDINO NEVES	7455/0	218 * I
MGZ0804	8590020250	LUIZ HENRIQUE SOARES	7455/0	218 * I
MGZ2605	8590020990	NINA ROSA FATUR LESSA ME	7455/0	218 * I
MHA4199	8590020381	LUCIANO ALEXANDRE	7455/0	218 * I
MHC5516	8590018452	ANGELICA SCHAYANE DOS ANJOS	7455/0	218 * I
MHC6433	8590020477	PAULO SERGIO TAMAZIA	7455/0	218 * I
MHE5977	8590019822	J.KAL MONTAGEM DE FEIRAS E EVENTOS LTDA ME	7455/0	218 * I
MHF2169	8590020461	ARMANDO KNOBLAUCH	7471/0	218 * III

MHG3667	8590021136	JKM TRANSPORTES LOGISTICA E ARMAZENAGEM LTDA	7455/0	218 * I
MHH1970	8590020339	EDUARDO JOSE FRANCA	7455/0	218 * I
MHH9696	8590020812	MARA REGINA MAGALHAES	7455/0	218 * I
MHK2929	8590021477	CRISTIANE LOECHELT KOGLER	7455/0	218 * I
MHK9935	8590020903	JOAO LUIZ VIEIRA	7455/0	218 * I
MHM2333	8590020750	WR REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	7455/0	218 * I
MHM4230	8590019754	DORLI SCHOELLER	7455/0	218 * I
MHM8090	8590020980	EDSON STAACK	7471/0	218 * III
MHN1422	8590021025	ADAO ANGELO	7463/0	218 * II
MHN8882	8590020530	ONDINO MACHADO	7455/0	218 * I
MHQ8192	8590020729	PATIWORK COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA EPP	7463/0	218 * II
MHT2527	8590020259	VANILDO RAMOS BORGES	7463/0	218 * II
MHT3310	8590019766	CARLOS JOSE BAUMGAERTNER JUNIOR	7455/0	218 * I
MHY5183	8590021107	BARBARA SORAIA FERNANDES RONSONI	7455/0	218 * I
MIE3725	8590020702	ADILSON ASSIS DE SIMAS	7455/0	218 * I
MIL8900	8590019481	JAQUELINE PATRICIA WERNER	7455/0	218 * I
MMA7766	8590020225	JOAO MARCOS BARON	7455/0	218 * I
MML8808	8590021328	CHAVE DE OURO NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA	7455/0	218 * I
MMM0048	8590021258	HORACIO NELSON WENDEL	7463/0	218 * II
MOP6199	8590019273	FATIMA APARECIDA DA SILVA VALDEZ	7455/0	218 * I
MUJ2628	8590020372	MARTA MARIA DA SILVA DE JESUS	7455/0	218 * I
NEQ6190	8590021017	DIEGO FERNANDO DE MATTOS	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE NOVEMBRO DE 2010

PEDRO DA SILVA

DIRETOR GERAL DA DITRAN

SAMAE**Portaria Nº 105/2010 - SAMAE**

PORTARIA Nº 105 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010
EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE SUPERVISOR DA CAPTAÇÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR FABRÍCIO DE OLIVEIRA

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, a partir do dia 30 de novembro de 2010, o servidor FABRÍCIO DE OLIVEIRA, portador do CPF nº. 060.129.729/62 e da CI nº. 4.327.452 do cargo de Supervisor da Captação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 26, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 30 de novembro de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor-Presidente

Aviso Pregão Presencial Nº 48/2010 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº. 48/2010

OBJETO: Aquisição de conexões e hidrômetros, visando a manutenção, ampliação e reparos necessários ao funcionamento dos sistemas e redes de água existentes no Município.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 15/12/2010.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 15/12/2010 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 1º de dezembro de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Herval do Oeste**PREFEITURA MUNICIPAL****Tomada de Preços Nº 0011/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0128/2010
TOMADA DE PREÇOS Nº 0011/2010
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE HERVAL D'OESTE
TIPO: Menor preço global

OBJETO

Construção de Unidade Básica de Saúde, localizado na Rua 1º de Janeiro - Bairro São Jorge no Município de Herval d'Oeste (SC)

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 13:30 horas do dia 17/12/2010.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, Lei 8.666, 93.

AREA CONSTRUÇÃO: 222,22 m² VALOR MÁXIMO GLOBAL R\$ 239.257,60

O Edital na íntegra, acompanhado dos projetos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 30 de novembro de 2010.

NELSON GUINDANI ADAIR JOSÉ CERON
Prefeito Municipal Gestor do Fundo

Imbituba**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto PMI Nº 173.2010**

DECRETO PMI 173, de 30 de novembro de 2010.

Dispõe sobre a delegação de competência e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Art. 93, VII c/c 94, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e demais normas pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, a edição dos seguintes atos:

I - Analisar as Operações Concertadas e Projetos Especiais (art. 53, I, "b", LC n.º 2.623, de 19-03-2005 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba);

II - Prestar todas as informações pertinentes ao Modelo Espacial e Plano Regulador; bem como analisar, aprovar ou rejeitar projetos de edificações, parcelamento do solo e condomínio de edificações (art. 53, I, LC n.º 2.623/2005, de 19-03-2005 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba);

III - Emitir certidões (art. 33 da LOM);

IV - Conceder, renovar ou revogar:

a) Aprovação de projetos (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);

b) Licença para Construção (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);

c) Licença para a instalação (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);

d) Alvará de Uso (Capítulo XIX da Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);

e) Alvará de Licença (Lei nº 846 de 02-01-1986 - Código de Posturas);

f) Licença Prévia - LP (art. 36, I, Lei nº 2.204, de 29-11-2001 - Política Municipal do Meio Ambiente);

g) Licença de Instalação - LI (art. 36, II, Lei nº 2.204, de 29-11-2001 - Política Municipal do Meio Ambiente);

h) Licença de Operação - LO (art. 36, III, Lei nº 2.204, de 29-11-2001 - Política Municipal do Meio Ambiente);

i) Autorização de obras ou serviços (art. 29 LC nº 2.383, de 16-07-2003 (Política Municipal de Saneamento)

Parágrafo único. Os atos serão datados e assinados, com identificação do número e data deste ato por carimbo ou outro meio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto PMI nº 016, de 04 de fevereiro de 2009.

Imbituba, 30 de novembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 174.2010

DECRETO PMI 174, de 30 de novembro de 2010.

Dispõe sobre a delegação de competência e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Art. 93, VII c/c 94, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e demais normas pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência ao Diretor de Controle Tributário, a edição dos seguintes atos:

I - Conceder, renovar ou revogar:

a) Alvará de Localização e Funcionamento de Estabelecimento (art. 15, XX e XXI, da LOM e Título IV da Lei nº 846 de 02-01-1986 - Código de Posturas e art. 29 da Lei nº 1.549, de 09-08-1996).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de novembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Errata Portaria DGP/SEAGP Nº 385/2010

ERRATA PORTARIA DGP/SEAGP Nº 385

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e com base na legislação em vigor;

RETIFICA o erro existente na Portaria DGP/SEAGP nº 385, de 23 de novembro de 2010, para que:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARIA GERALDA GONÇALVES DA SILVA, Auxiliar de Serviços, inscrita no CPF sob o n.º 888.401.669-04, admitida em 24 de junho de 1998, contrato nº 331, referente aos quinquênios dos períodos devidos, com fruição conforme o quadro a seguir:

Períodos aquisitivos	Períodos de Fruição
2004 a 2009	01.11.2010 a 29.01.2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

LEIA-SE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARIA GERALDA GONÇALVES DA SILVA, Auxiliar de Serviços, inscrita no CPF sob o n.º 888.401.669-04, admitida em 24 de junho de 1998, contrato nº 331, referente aos quinquênios dos períodos devidos, com fruição conforme o quadro a seguir:

Períodos aquisitivos	Períodos de Fruição
2004 a 2009	01.12.2010 a 28.02.2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 30 de novembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 389/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 389, de 30 de novembro de 2010.

Dispõe sobre a demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2007, com carga horária de 40 horas semanais, admitida em 17/09/2008 para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Selma de Carvalho	Servente Merendeira	003.475.369-99	30/11/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de novembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 30 de novembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

CÂMARA DE VEREADORES**Portaria CMI nº 051/2010**

PORTARIA CMI nº 051/2010

“Concede Férias à servidora Maria Júlia Martins do Nascimento, ocupante do cargo de Técnico Contábil”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:

Conceder, a Sra. Maria Júlia Martins do Nascimento, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2009 a 31/03/2010, a ser gozada no período de 01/12/2010 a 20/12/2010, sendo convertido 1/3 em abono pecuniário.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 29 de novembro de 2010.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 29/11/2010.

ANDRÉA MACHADO DE SOUZA

Secretária Administrativa

Iomerê**PREFEITURA MUNICIPAL****Edital de Chamamento Nº 0001/2010**

Prefeitura Municipal de Iomerê

Edital de Chamamento nº 0001/2010

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público que estará procedendo o chamamento de fabricantes e/ou fornecedores para cadastramento de marcas para aquisições futuras de material de higiene e limpeza. Os interessados em obter o Atestado de Aprovação de amostras deverão apresentar as amostras de 01 de dezembro a 16 de dezembro de 2010. Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 30 de novembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Edital de Chamamento Nº 0002/2010

Prefeitura Municipal de Iomerê

Edital de Chamamento nº 0002/2010

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público que estará procedendo o chamamento de fabricantes e/ou fornecedores para cadastramento de marcas para aquisições futuras de material de expediente. Os interessados em obter o Atestado de Aprovação de amostras deverão apresentar as amostras de 01 de dezembro a 16 de dezembro de 2010. Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 30 de novembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Itapoá**PREFEITURA MUNICIPAL****Laudo de Julgamento de Recurso Administrativo - Pregão Nº 43/2010**

LAUDO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo nº 113/2010 relativo ao Pregão Presencial nº 43/2010, objetivando Aquisição de tubos de PVC para uso na ampliação da rede de abastecimento de água, em extensão total de 2.370,00 metros, na localidade da Rua Felipe Schmidt e Avenida das Margaridas, conforme Anexo V do Edital.

Às 11h:00m, do dia 30 de novembro do ano de 2010, no Prédio da Prefeitura Municipal de Itapoá, sito a Rua 1.590, nº 430 - Balneário Itapoá (SC), a Pregoeira Oficial do Município, instituída pelo Decreto nº 1108/2010 de 06 de abril de 2010, Senhora FERNANDA CRISTINA ROSA, procedeu o julgamento do Recurso, via protocolo sob o número 2010/11-003942, impetrado pela empresa HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA, no qual a mesma apresenta Recurso quanto ao edital Pregão Presencial nº 43/2010 requerendo retificação. Com relação ao referido Recurso impetrado por essa empresa, temos a esclarecer o que se segue:

1. É descabida a alegação da interessada quando invoca o art. 3º, parágrafo 1º, inciso I da Lei nº 8.666/93 I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. Invocando para isto o prazo estipulado em edital de entrega do objeto de 03 (três) dias úteis a partir da ordem da entrega se atendo com as considerações que as empresas estarão competindo em caráter de desigualdade.

2. Pois bem, o edital não limita em nenhum momento áreas de abrangências ou espaço territorial, nem muito menos faz consideração à sede ou domicílios de licitantes, haja vista o pregão em epigrafe se encontrar aberto a qualquer interessado desde 22/11/2010 com ampla divulgação como manda a Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93. A administração pública não faz exigência alguma quanto aos possíveis interessados, podendo participar qualquer empresa, fabricante, fornecedores, comércios, qualquer ente que atenda o edital e que se encontre de forma regular nas esferas Municipal, Estadual e Federal, deixando inclusive de solicitar atestados que comprovem a entrega deste objeto para outros órgãos públicos ou privados com o intuito já de ampliar a competitividade, portanto também descabida a alegação de que há elementos que frustrem e restrinjam a competição.

3. Quanto às alegações de que as possíveis interessadas em participar da licitação em condições para fazê-lo estarão competindo em desigualdade também não há razões a adotar, pois a Administração pública com intuito de realizar a licitação realizou pesquisas de preços ou melhor dizendo orçamentos que estimam a aquisição do objeto em diferentes 05 (cinco) empresas sendo estas do Estado do Paraná e Santa Catarina, e vale esclarecer que já manifestaram interesse de participar do pregão em epigrafe através de protocolo Empresas do Estado da BAHIA (BA), PARANA (PR), SANTA CATARINA (SC); e também não há restrição alguma

para que ambas participem, pois o critério é o menor preço, não a distância a percorrer. Salientando que para aquelas que se encontrarem em uma distância maior a percorrer deverá esta, reduzir os seus preços significativamente para alcançar a obtenção de êxito, e prever anteriormente todos os seus custos, gastos, e encargos, para poder atender o contrato.

4. Alega a recorrente ainda que as empresas que tenham o produto a pronta entrega e estejam próximas Itapoá talvez consigam atender o prazo de entrega estabelecido, mas aquele que mesmo possua a pronta entrega e dependam de transporte terrestre não poderão participar pela condição abusiva e editalícia. E ainda segue com os dizeres que nos encontramos num país continental e que a licitação pública deve permitir que todas as empresas do território nacional possam acudir a licitação, sem restrição; e argumenta que uma empresa sediada no Amazonas demanda de no mínimo 20 dias somente de transporte da mercadoria até a cidade de Itapoá, o que é considerado prazo mínimo para a entrega do material; e o que o objeto exige caminhões de 6 metros de comprimento o que inviabiliza o transporte aéreo ou expresso, o que permitiria as demais empresas participar da licitação, tornando a cláusula de entrega do objeto abusiva.

5. Quanto às alegações supra registre-se que é dever da Administração Pública, considerar sempre o interesse público e o princípio da economicidade, e a decisão sobre o objeto a ser adquirido e o prazo de entrega do objeto que servirão ao Município insere-se no âmbito exclusivo de discricionariedade da Administração. Isso quer dizer que o Município, com base no interesse público a ser satisfeito, entendendo ser mais conveniente e possível de fazê-lo, pode estipular o prazo de entrega em 03 (três) dias, e tem a total liberdade para fazê-lo.

A descrição do objeto do futuro contrato deve ser realizada com toda a precaução, valendo-se a Administração de estudos técnicos sólidos, para definir, de maneira precisa, o que realmente contempla o interesse público. Ora, é necessário que a Administração saiba o que quer e, para tanto, não há outro caminho agora o de procurar conhecer as possibilidades ofertadas no mercado, consultando especialistas a respeito do objeto que se pretenda contratar. E foi este o caminho tomado pela administração pública ao realizar orçamentos dando conta do que se pretendia poderia ser realizado. E uns dos motivos justificadores que se manterá o prazo de entrega, "é garantia do interesse público", pois estamos no mês de dezembro, mês da alta temporada, aonde a cidade recebe turistas do Brasil inteiro e até mesmo de fora do país, que aquecem a economia da cidade, e o turismo local; e uma cidade que hoje comporta aproximadamente 14.300 habitantes passa a quase 300.000 se utilizando de uma estrutura física que atende 14.300 habitantes.

Vale dizer que sendo o nosso Município pequeno e com poucos recursos, e responsável hoje pela administração do fornecimento de água, que por sua vez detentor e herdeiro de sistema de abastecimento de água precário deixando pela antiga concessionária CASAN, resolveu realizar em caráter emergencial uma obra de infra-estrutura tipo adutora nos pontos aonde se localizam a maior população da cidade para ajudar a atender os pontos mais críticos, que são as extremidades do Município, reforçando a rede aonde não se tem água no período de quase 9 (nove) dias entre dezembro/10 e janeiro/11 passará a ter, mesmo que em pouca escala. E para atender esta necessidade é relato do Diretor do Depto de Águas que esta obra deverá estar concluída até dia 20/12/2010 antes do Natal, e prazo de execução para esta obra varia entre 07 (sete) e 15 (quinze) dias a depender do tempo de chuva ou sol.

6. Sobre o tema convém reproduzir as lições de Dr. JOEL DE MENEZES NIEBUHR (Licitação Pública e Contrato Administrativo): A descrição do objeto talvez seja a fase mais delicada da licitação pública. Acontece que, por um lado, a Administração não pode restringir em demasia o objeto, sob pena de frustrar a competitividade. Por outro lado, ela não pode defini-lo de maneira excessivamente ampla, haja vista que, nesse caso, além de falecerem critérios objetivos para o julgamento das propostas, a própria

consecução do interesse público é posta num segundo plano, em virtude de a Administração ter admitido propostas díspares, por força do que, é transparente, não soube ou não envidou os esforços necessários para delimitar, como devido, qual a utilidade que melhor o contempla. E isso porque, se a Administração descreveu o objeto de modo amplo demais, acaba por aceitar soluções díspares inclusive as que não satisfazem o interesse público. Assim sendo, supõe-se que ela não sabe definir bem o que queria e quais as especificidades que pretendia. Por corolário, conclui-se que descurou do interesse público, que demanda ser otimizado. []

A atividade de definição do objeto da licitação pública é eminentemente discricionária. Compete ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante contrato para desenvolver satisfatoriamente as atividades administrativas. [] grifo nosso.

Pois bem, importa que a definição do objeto da licitação e todas as suas especificidades são atividades entregues à discricionariedade dos agentes administrativos, que devem sentir o quadro social, político e econômico, bem como priorizar as demandas a serem atendidas pela Administração Pública. []

7. Portanto averiguando os pormenores do pedido da empresa interessada conclui-se que sua solicitação não cabível ao interesse público, pois atendendo-a não se cumprirá a finalidade que se espera do produto que é a de atender a população que necessita de um bem maior, que a "água para todos".

Ainda é muito freqüente que a Administração seja prejudicada em razão do comportamento de licitantes que agem em relação a ela com flagrante de má-fé, buscando ampliar os seus benefícios privados em detrimento do interesse público.

8. Ainda argúi a recorrente que no edital em tela do item nº 4.4.1 é vedada a participação de empresas suspensas de licitar com a administração pública, e que o edital não deixa claro se a suspensão trata somente do Município de Itapoá ou frente a qualquer órgão da administração pública. E o que item da descrição não incluem as empresas declaradas inidôneas e que isto fere o art.97 da Lei nº 8666/93.

9. Ora vejamos, sobre o aspecto do inciso XI e XII do artigo 6º da Lei nº 8.666/93 que vem conceituar a Administração Pública e a Administração, expressando o seguinte:

"Administração Pública - a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;"

"Administração - órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente;"

É de clareza solar que a expressão Administração Pública refere-se ao conjunto de todos os órgãos e entidades que integram o aparato administrativo do Estado. Já o vocábulo Administração diz respeito somente ao órgão ou entidade pelo qual a Administração Pública opera, isto é, aquele que realiza a licitação, que firma o contrato.

Ora, como se percebe com extrema facilidade, o inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 prescreve expressamente que a penalidade de suspensão temporária incide sobre a Administração, isto é, somente sobre o órgão ou entidade contratante. Noutro lado, o inciso IV do mesmo artigo prescreve que a declaração de inidoneidade incide sobre a Administração Pública, isto é sobre todo o aparato administrativo do Estado.

Portanto quem é declarado inidôneo não pode participar de licitação nem ser contratado por qualquer órgão ou entidade integrante do aparato administrativo estatal, isto é por qualquer órgão ou entidade que exerça função administrativa. Em sentido bem diferente, quem é suspenso temporariamente somente não pode participar de licitação e contratar com aquele órgão ou entidade que aplicou a penalidade.

Em suma, a sanção de suspensão temporária, prevista no inciso

III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, cinge-se à Administração, portanto incide apenas sobre o órgão ou entidade responsável pela aplicação dela. Sem embargo, a sanção de declaração de inidoneidade, versada no IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, estende-se por toda a Administração Pública, isto é, por todo o aparato administrativo estatal. Pois bem, em vista disso, questiona-se se ela produz efeitos apenas sobre o aparato administrativo do ente estatal que aplicou a penalidade, ou se ela produz efeitos efetivamente por toda a Administração Pública Nacional, aí compreendendo o aparato administrativo de todos os entes federativos. CARLOS ARI SUNDFELD enfrentou essa questão, tendo lançado as seguintes ponderações:

“A tendência inicial do intérprete, raciocinando por padrões meramente lógicos, é a de, constatando ser a inidoneidade um dado subjetivo, que acompanha a empresa onde ela for, sustentar o caráter genérico das sanções de que se cuida. Deveras: em termos racionais, é impossível ser inidôneo para fins federais e não sê-lo para efeitos municipais.

Mas há de considerar um fator jurídico de relevância a afastar o mero enunciado lógico. Silente a lei quanto à abrangência das sanções, deve-se interpretá-la restritiva, não ampliativamente, donde a necessidade de aceitar, como correta, a interpretação segundo o qual o impedimento de licitar só existe em relação à esfera administrativa que tenha imposto a sanção. Adotar posição oposta significaria obrigar alguém a deixar de fazer algo sem lei específica que o determine, em confronto com o princípio da legalidade, o que, especialmente em matéria sancionatória, deve ser entendido como da estrita legalidade.”

Porém a doutrina e a jurisprudência não são pacíficas sobre o tema. Registre-se, por oportuno, precedente da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça. Leia-se a ementa do acórdão:

“ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA - DISTINÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - INEXISTÊNCIA - IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA - LEGALIDADE - LEI 8.666/93, ART. 87, INC. III.

É irrelevante a distinção entre os termos Administração Pública e Administração, por isso que ambas as figuras (suspensão temporária de participar em licitação (inc. III) e declaração de inidoneidade (inc. IV) acarretam ao licitante a não-participação em licitações e contratações futuras. - A Administração Pública é uma, sendo descentralizadas as suas funções, para melhor atender ao bem comum. - A limitação dos efeitos da “suspensão de participação de licitação” não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública.” Recurso especial não conhecido.”

10. Portanto quanto estas razões apresentadas pela recorrente ainda que mesmo não haja passividade de entendimento pela doutrina e jurisprudência, ACATO as razões apresentadas para que se proceda uma errata ao edital retificando as cláusulas mencionadas.

11. Se insurge também a recorrente quanto ao prazo de pagamento estipulado no edital que alega ser superior a 30 (trinta) dias cláusula esta que fere o parágrafo XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/93, já que o fornecedor ao entregar no dia 16 do mês receberá o valor devido somente após 30 (trinta) dias. E que não prevê reajuste de preços por atraso do pagamento como obriga o mesmo parágrafo e artigo da Lei nº 8.666/93.

12. Portanto, smj, não resta dúvida que equivocado é o entendimento da recorrente, vejamos o que depende o parágrafo XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/93:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura

dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

XIV - condições de pagamento, prevendo:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

13. Primeiramente passamos a relatar que no Direito Civil, “adimplemento”, também chamado de pagamento, compreende uma das formas de extinção de uma determinada obrigação através do seu cumprimento pelo devedor. O caso mais comum de forma de adimplemento é a entrega de dinheiro ao credor, e estão previstos nos Artigos 304 a 333, do Código Civil (Parte Especial, Livro I, Título III, Capítulo I).

Assim sendo o edital em tela trata da matéria da seguinte forma: EDITAL

11. DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

11.3. Homologada a licitação e assinado o Contrato Administrativo, a Adjudicatária fará entrega do produto conforme solicitado por pessoa credenciada, juntamente com nota fiscal correspondente ao serviço, que será paga entre os dias 22 e 25 de cada mês, desde que entregue até o dia 15(quinze).

MINUTA CONTRATUAL

CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - Para fins de controle de consumo e orçamentário, a CONTRATADA encaminhará a CONTRATANTE, a Fatura/Nota Fiscal, sendo que o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil posterior à data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal e entrega dos objetos. (grifo nosso).

Ora então vejamos que não há descumprimento da administração em nenhum momento, pois o no item nº 11 do edital tratou a Administração da matéria de forma relativa possuindo validade somente em caráter orientativo de procedimentos internos contábeis, porém a que se analisar que todos os procedimentos quanto ao pagamento esta totalmente atrelado a “entrega do objeto e a expedição a fatura nota fiscal”, haja vista que tudo depende da adjudicação, homologação, assinatura do contrato, e ordem de entrega, que de primeiro momento não podemos definir precisamente em que dia do mês este ocorrerá.

Então vejamos que o lastro entre a possível data de entrega e pagamento atende o rigor da Lei, pois se ocorrer a entrega no dia 15 do mês, o pagamento será efetuado entre os dias 22 e 25, ou seja, 07 (sete) ou 10 (dez) dias após a entrega, e como é cláusula condicionante a entrega do objeto em 03 (três) dias a contar ordem de entrega dificilmente passará do dia 15 (quinze) até porque o contrato esta condicionado aos créditos orçamentários, ou seja, com termino em 31/12/2010.

Agora na cláusula quarta contratual trata-se exclusivamente de forma precisa que o pagamento será até o 10º (décimo) dia útil posterior à data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal e entrega dos objetos. Portanto não há o que se falar em descumprimento da alínea “a”, parágrafo XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/93, pois o pagamento não será nunca superior a 30 (trinta) dias.

E quanto a alegação da recorrente em o edital não prevê “reajuste de preços” por atraso do pagamento como obriga o mesmo parágrafo e artigo da Lei nº 8.666/93. Primeiramente vale esclarecer a recorrente sobre o que é, sua previsão legal, e aplicabilidade do reajuste de preços, então vejamos:

O reajuste de preços está previsto primeiramente no art.4, XI, da Lei nº 8.666/93 (BRASIL,2010ª) que tem a seguinte redação:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[]

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta,

ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

Salutar transcrever as considerações acerca do reajuste realizado por Marçal Justen Filho (2009, p.761):

Já o reajuste de preço é uma solução desenvolvida na experiência estrangeira, mas que recebeu aplicação muito intensa na prática contratual brasileira. Convivendo em regime de permanente inflação, verificou-se a impossibilidade e a inconveniência da prática de preços nominais fixos.

Com o passar do tempo, generalizou-se a prática de indexação em todos os campos. A prever, desde logo, a variação dos preços contratuais segundo a variação de índices (predeterminados ou não). Essa prática é identificada como "reajuste" de preços. Trata-se de alteração dos preços para compensar (exclusivamente) os efeitos das variações inflacionárias. (grifo nosso).

Cabe-se observar também a disciplina contida na Lei nº 10.192, de 14/02/01, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real, e dá outras providências.

Desta feita, admite-se o reajuste por índice de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.

Portanto da análise do dispositivo e da doutrina descrita, o reajuste de preços seria possível caso entre a data de apresentação da proposta ou da elaboração do orçamento a que a proposta se referir e a data final da ata de registro de preços ultrapassasse 1 (um) ano.

Por essa razão, qualquer reajustamento de valores com periodicidade inferior e a doze meses viola o princípio da legalidade, que a Administração Pública se submete.

Outrossim, a citada legislação dispõe que o reajustamento de preços será devido após o transcurso interregno de um ano, a contar da data-limite para a apresentação das propostas ou do orçamento a que esta se referir (art. 3º da Lei nº 10.192/01).

Assim, somente se preenchido os requisitos autorizadores é que se admite a concessão do reajuste de preços.

E para finalizar a explanação é incabível reajustes de preços em caso de atraso de pagamentos pela administração pública, se embasando pelo parágrafo XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/93.

Porém do parágrafo XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/93, vejamos a alínea "d":

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos; Por oportuno é válido registrar de antemão que o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - TCE/SC, já se pronunciou a respeito, então vejamos o entendimento no prejudgado nº 446/1997:

0446

1. É admissível a previsão de pagamento de juros, desde que os índices fixados estejam de acordo com taxas oficiais, e a sua aplicação seja pro rata die conforme artigo 40, XIV, "d", da Lei nº 8.666/93.

2. Não é recomendável a previsão de pagamento de multa, por contrariar o interesse público, uma vez que não há previsão legal expressa e por caracterizar o oferecimento de um ganho real para o contratado.

Pelas razões elencadas acima acolho o pedido da recorrente para que se proceda a retificação do edital em tela passando a incluir cláusula por atraso do pagamento por parte da Administração Pública.

Face ao exposto, DEFIRO PARCIALMENTE o recurso impetrado pela empresa HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA. Itapoá, 30 de novembro de 2010.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial do Município

Ata de Sessão Publica - Pregão Nº 44/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 44/2010

PROCESSO 117/2010

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dez, às 09h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, reuniram-se a Pregoeira Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA conforme Decreto nº 1108/2010, e a Equipe de apoio, composta por Isabela R. Dutra Pohl, conforme Decreto nº 1146/2010, e a membro "ad hoc" Carlito Joaquim Custódio Júnior, para os procedimentos inerentes a Sessão de Pregão em epigrafe, conforme Edital e seus respectivos anexos. A Pregoeira deu início a sessão esclarecendo aos presentes o que segue:

Primeiramente realizou-se o credenciamento do representante da presente, a saber:

1 - Empresa:	KG MOTOS LTDA
CNPJ:	79.512.208/0001-40
Representante:	Andrea Rodrigues dos Santos
CI. RG:	5.135.187 SSP/SC
Horário:	08h:28m
Protocolo:	203

Iniciado a fase de credenciamento e analisados os documentos foi achado conforme, em seguida foi aberto o envelope de proposta da empresa credenciada que foi aceita pela Pregoeira, tendo a licitante cotado o valor inicial unitário de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por cada motocicleta, conforme termo de referencia.

Dando seguimento ao certame passou-se a fase de lance, com o seguinte lance a saber:

Item	Especificação	Marca	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
1	ANO: 2010/2010 - 2010/2011 ou 2011/2011 MOTOR: 4 Tempos, monocilíndrico, refrigeração a ar CILINDRADA: 124cc a 150 cc POTÊNCIA MÁXIMA: Superior a 11 cv até 8300 rpm TORQUE MÁXIMO: Superior a 1,05 Kgf.m até 7200 rpm TRANSMISSÃO: 5 velocidades PARTIDA: Pedal TIPO DE CHASSI: Dia-mond SUSPENSÃO DIANTEIRA: Telescópica SUSPENSÃO TRASEIRA: Braço oscilante, 2 amortecedores ALTURA TOTAL: 1050mm a 1150mm LARGURA TOTAL: 730mm a 750mm COMPRIMENTO TOTAL: 1960mm a 1980mm COR: Azul	Honda CG 125 - FAN KS	5.850,00	11.700,00

Finda a fase de lances a representante da empresa se comprometeu a entregar junto com as motocicletas um capacete para cada moto, em forma de brinde para a Prefeitura.

Em seguida foi aberto o envelope de HABILITAÇÃO da empresa vencedora da fase de lances, que visto por todos os presentes

foi achado conforme.

Nada mais havendo, digno de nota, encerra-se a presente que vai assinada por todos os presentes, encerramento às 10h24m.

Itapoá, 30 de novembro de 2010.

FERNANDA CRISTINA ROSA PREGOEIRA OFICIAL	CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR MEMBRO "ad hoc"
ISABELA R.DUTRA POHL MEMBRO	

Convite Nº 36/2010 - Reforma do piso da EMEF Ayrton Senna

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 09/12/2010 às 09:30 horas, em sua sede administrativa, sita à Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, n.º 430, Licitação na modalidade Convite nº 36/2010 - Processo nº 123/2010, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais de construção para a reforma do piso da EMEF Ayrton Senna, conforme projeto básico e memorial descritivo, parte integrante deste edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 20,00 (vinte reais). O horário disponível para retirada é das 07:30h às 12:00h e 13:30h às 17:00h.

Itapoá, 30 de novembro de 2010.

ERVINO SPERANDIO
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

ERRATA do Edital de Licitação PÚBLICA Nº 43/2010

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 43/2010.

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 03 de dezembro de 2010. HORÁRIO: 09h:30m.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Pregão.

OBJETO: Aquisição de tubos de PVC para uso na ampliação da rede de abastecimento de água, em extensão total de 2.370,00 metros, na localidade da Rua Felipe Schmidt e Avenida das Margaridas, conforme Anexo V do Edital.

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se fará realizar na data e horário, faz as seguintes considerações ao edital:

1.) Altera o item nº "4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO":
4.4.1. Suspensa ou impedida de licitar com Administração Pública; Passa a excluir a palavra pública, vigorando da seguinte forma:
4.4.1. Suspensa ou impedida de licitar com a Administração;
E passa a incluir o item nº 4.4.7 - Licitante declarado inidôneo para licitar com a Administração Pública;

2.) Inclui na minuta do contrato administrativo a CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES, as seguintes cláusulas:

7.7. Compete a CONTRANTE efetuar o pagamento devido a CONTRATADA de forma regular e pontual, mas se incorrer em atrasos fica estipulada a multa de 1,0% (um por cento) se exceder o prazo fixado, calculado sobre a fatura.

7.7.1. A correção monetária será pelo INPC (IBGE), ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo em caso de extinção.

Conforme o Art. 21  4º da Lei nº 8.666/93, onde consta à DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES se manterá o exposto, pois esta alteração não fere os princípios deste artigo e parágrafo.

Itapoá, 01 de dezembro de 2010.

FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Termo de Prorrogação do Edital de Licitação PÚBLICA - Convite Nº 34/2010

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS - DATA: 02 de novembro de 2010 - Horário de entrega de envelopes até: 08h:30m e abertura de sessão pública às 09h:30m.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Convite nº 34/2010 - Proc nº 120/2010

AVISO DE PRORROGAÇÃO

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, vem alterar o edital de licitação com a finalidade de PRORROGAR a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES E PROPOSTAS para o dia 03/12/2010 e horário de entrega de envelopes até: 14h:30m e abertura de sessão pública às 15h:00m.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 01 de dezembro de 2010.

MÁRIO ELÓI TAVARES
Município de Itapoá
Vice Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 4.043 de 29 de Novembro de 2010.

LEI Nº 4.043 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010.

"AUTORIZA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA - CDL, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), pagável até o dia 24 de dezembro de 2010, destinados ao pagamento de despesas com a realização do Natal Encantado 2010, conforme Plano de Aplicação, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único - O valor dos recursos financeiros, de que trata o "caput" deste artigo fica vinculado à apresentação de respectiva prestação de contas ao Poder Executivo com cópia ao Poder

Legislativo no prazo de sessenta dias a contar da liberação.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta da Dotação Orçamentária do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 29 de novembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Lei Nº 4.044 de 29 de Novembro de 2010.

LEI Nº 4.044 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010.

"AUTORIZA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
L E I :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros em parcela única, às entidades a seguir identificadas, provenientes da campanha de restituição do imposto de Renda "Tributo à Cidadania" depositados na conta do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, destinado ao pagamento de despesas da entidade, em conformidade com projeto aprovado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Entidade	Valor
APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA / CNPJ 82.780.396/00001-00	R\$ 3.353,12
Joaçaba Atlético Clube / CNPJ 01.790.924/0001-00	R\$ 5.000,00

Art. 2º A prestação de contas deverá acontecer no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 29 de novembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Lei Nº 4.045 de 29 de Novembro de 2010.

LEI Nº 4.045 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010.

"AUTORIZA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros as entidades a seguir identificadas, em parcelas mensais e sucessivas, de valores específicos, sem reajuste, pagáveis durante o período de janeiro a dezembro de 2011, destinados ao desenvolvimento e manutenção de atividades realizadas.

Entidade	Valor mensal
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joaçaba	R\$ 4.000,00
Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Joaçaba	R\$ 1.500,00

Parágrafo único - O valor dos recursos financeiros, de que trata o "caput" deste artigo, fica vinculado a apresentação da respectiva prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias contados de cada liberação da parcela.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 29 de novembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Lei Nº 4.046 de 29 de Novembro de 2010.

LEI Nº 4.046 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010.

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI Nº 2.612/99 QUE DISPÕE SOBRE DOAÇÃO DE IMÓVEL À CÂMARA JUNIOR DE JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
L E I :

Art.1º Fica alterado o art. 2º da Lei nº 2.612/99, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2.º Os donatários não poderão, sob pena de reversão, desviar a finalidade, vender ou transferir o direito de doação.

Parágrafo único - Excetua-se das vedações descritas no caput a cessão ou transferência a entidades de cunho social ou beneficente, declaradas de utilidade pública.

Art. 2º Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 29 de novembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Lei Nº 4.047 de 29 de Novembro de 2010.

LEI Nº 4.047 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.991/2010 QUE AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM ROTA DA AMIZADE CONVENTION & VISITORS BUREAU."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º Fica alterado o art. 2º da Lei nº 3.991/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2.º Para fins do Convênio de que trata o art. 1º, o Município repassará ao Rota da Amizade Convention & Visitors Bureau, para a realização do objeto do presente convênio, o valor total de R\$ 25.800,00 (Vinte e cinco mil e duzentos reais), em 02 parcelas anuais de R\$ 12.900,00 (Doze mil e novecentos reais), no mês de janeiro dos anos de 2011 e 2012.

Art. 2º Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 01 de janeiro de 2011.

Joaçaba(SC), em 29 de novembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Extrato de Homologação PL 28 - PP 16

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2010/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:
1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 28/2010/FMS, nos seguintes termos:
- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 16/2010/FMS
Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo novo, tipo sedan, ano 2010, modelo 2011, destinado ao atendimento dos programas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Joaçaba, SC.
- Empresa Vencedora:
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA.
- Valor Total: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)
- Vigência: entrega imediata.
2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 29 de novembro de 2010.
RAFAEL LASKE
Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2010/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:
1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 28/2010/FMS, nos seguintes termos:
- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 16/2010/FMS
Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo novo, tipo sedan, ano 2010, modelo 2011, destinado ao atendimento dos programas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Joaçaba, SC.
- Empresa Vencedora:
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA.
- Valor Total: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)
- Vigência: entrega imediata.
2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 29 de novembro de 2010.
RAFAEL LASKE
Prefeito

SIMAE**Publicação Homologação Pregão 041/ 2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 41/2010 - PR

Processo Administrativo: 47/2010
 Processo de Licitação: 47/2010
 Data do Processo: 04/11/2010

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora, Elisabet Maria Zanela Sartori, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 47/2010
 b) Licitação Nr.: 41/2010-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 30/11/2010
 e) Data da Adjudicação: 30/11/2010 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E SUPRIMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E MATERIAIS DO ALMOXARIFADO DO SIMAE.

	(em Reais R\$)		
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007222 - REALMAC MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITÓRIO	7	0,0000	3.226,44
	7		3.226,44

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.4.4.90.00.00.00.00.00 (1), 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Joaçaba, 30 de Novembro de 2010.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Publicação Inexigibilidade de Licitação 004/2010**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA - SANTA CATARINA

TERMO DE JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE

Nº Processo Licitatório: 0057/2010, Protocolo nº 2980/2010, Processo de Inexigibilidade nº0004/2010.

Objeto: Aquisição de Conjunto Motor Bomba reserva para Elevatória de Esgoto de Luzerna - EEL-005 de propriedade do SIMAE.

Total de itens licitados: 01

Fundamento Legal: Art.25, Caput, Lei 8666/93.

Justificativa: Aquisição de conjunto motor bomba de fabricação exclusiva de uma única empresa.

Declaração de Inexigibilidade: 02/12/2010

Empresa Contratada: ABS Indústria de Bombas Centrífugas Ltda

Valor: R\$19.456,50

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

DIRETORA PRESIDENTE DO SIMAE

José Boiteux**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei 855/2010**

LEI Nº 855/2010 DE 30 de novembro de 2010.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉLIO DA SILVA, Prefeito Municipal, faz saber a todos os habitantes do município de José Boiteux Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de José Boiteux/SC, para o exercício de 2011, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2011 e 2012, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta lei, e que contera ainda:

I - Anexo 1.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita.

II - Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa.

III - Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fiscais e Físicas por Ação.

IV - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previs-tos para 2011.

V - Relação de produtos.

VI - Receitas e Despesas por Fonte de Recursos.

VII - Relatório de Despesas por Órgão Conforme Vínculo de Re-cursos.

VIII - Demonstrativo das Despesas por Função, Subfunção e Pro-gramas Conforme Orçamento da Ação.

IX - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programa.

X - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

XI - Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo Categorias Eco-nômicas. (Anexo 1 da Lei 4.320/64).

XII - Receita por Categoria Econômica. (Anexo 2 da Lei 4.320/64).

XIII - Natureza da Despesa por Categoria Econômica. (Anexo 2 da Lei 4.320/64).

XIV - Funções e Subfunções de Governo. (Anexo 5 da Lei 4.320/64).

XV - Programa de Trabalho do Governo. (Anexo 6 da Lei 4.320/64).

XVI - Programa de Trabalho do Governo - Consolidado. (Anexo 7 da Lei 4.320/64).

XVII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Pro-gramas Conforme o Vínculo. (Anexo 8 da Lei 4.320/64).

XVIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções. (Anexo 9 da Lei 4.320/64).

XIX - Demonstrativo da Evolução da Receita (Art 22, III da Lei 4.320/64).(Orçamento)

XX - Demonstrativo da Evolução da Despesa (Art 22, III da Lei 4.320/64). (Orçamento)

XXI - Receita Corrente Líquida. (Art. 12, § 3 da LRF).

XXII - Meta Fiscal - Montante da Dívida. (Orçamento)

XXIII - Meta Fiscal - Resultado Nominal. (Orçamento)

XXIV - Meta Fiscal - Resultado Primário.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2011

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2011 são aquelas definidas nos incisos X (Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais e III - Anexo IV - Demonstrativo da Compatibilização das Metas das Despesas), de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Inciso X do art. 2º desta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamen-tal visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o obje-tivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou ope-ração especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o ob-jetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a ma-nutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de gover-no, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação insti-tucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes

como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 340/2006 e 245/2007.

§ 2º - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º A modalidade de aplicação identificada pelo código 91 - despesas intra-orçamentárias, será programada a fim de atender operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. (Portaria Interministerial Nº 688/05).

§ 4º A modalidade de aplicação identificada pelo código 71 - transferência à consórcios públicos, será programada a fim de atender as despesas com saúde realizadas através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMAVI. (Portaria Interministerial Nº 688/05).

§ 5º As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações a nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 - Receitas correntes intra-orçamentárias;

II - 8000.00.00 - Receitas de capital intra-orçamentárias.

§ 6º A Natureza de receita intra-orçamentária deve ser constituída substituindo-se o 1º nível das categorias econômicas 1 e 2 pelos dígitos 7 e 8 para a receita intra-orçamentária corrente e de capital respectivamente. (Portaria STN 338/06)

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2011 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2011 evidenciará as Receitas e Despesas das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 212/2001, 325/2001, 519/2001, 303/2005, 688/2005, 868/2005, 340/2006 e anexos de números 338/2006, 406/2006, 504/2006 e 245/2007 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei 4.320/64).

V - Programa de Trabalho do Governo (Anexo 6 da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho do Governo - Consolidado (Anexo 7 da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Art. 22, inciso III da Lei 4.320/64.

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme Art. 22, inciso III da Lei 4.320/64.

XI - Demonstrativos dos Projetos e Atividades.

XII - Relação da Proposta da Receita.

XIII - Relação da Proposta da Despesa.

XIV - Relação das Receitas e Despesas por Fonte de Recursos.

XV - Relação da Previsão da Receita e Despesa.

XVI - Sumário Geral da Receita por Fonte e Despesa por Funções.

XVII - Discriminação das Receitas.

XVIII - Discriminação das Despesas.

XIX - Planejamento das Despesas.

XX - Despesas por Órgão Conforme Vínculo de Recursos.

XXI - Transferências Financeiras.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa da Receita (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa da Despesa (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

III - Quadro Demonstrativo da Despesa por Órgãos, Unidades e Categoria Econômicas (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

IV - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2010 a 2011; (Art. 20 e 48 da LRF)

V - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT)

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde; (Art. 77 dos ADCT)

VII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/08/2010; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF).

VIII - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada, em 2009 e 2010; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

Art. 9º A Reserva de Contingência será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "0.1.0000" - Ordinários do orçamento fiscal, não superiores 0,10% (zero vírgula dez por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2011 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, exceto as transferências de outras esferas de governo, cuja arrecadação será efetuada diretamente nos Fundos e vinculadas às Despesas relacionadas a seus objetivos.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balanços apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2011 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13 - Se a receita estimada para 2011, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF)

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com o excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2010.

§ 1º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a

programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 18 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2011 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 19 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 20 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2011, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 21 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Art. 22 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art. 62 da LRF)

Parágrafo Único - A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2011 a preços correntes.

Art. 24 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de

Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2011, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2011 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 26 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigos 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, Km de estradas, metros cúbicos de macadame, horas máquina, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 27 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - Inciso III - ANEXO IV do Art. 2º desta Lei, e contemplados na Lei Orçamentária para 2011, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 28 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29 - A Lei Orçamentária de 2011 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 30 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 31 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 29 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

VI- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 32 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2011 ou em créditos adicionais.

Art. 33 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 34 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

V - últimos servidores nomeados e em período de estágio probatório.

Art. 35 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de José Boiteux, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34" - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 39 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2010.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2011, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 40 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 41 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2011.

Art. 43 - Fica adequada a do Plano Plurianual 2010-2013 de acordo com as especificações contidas nos anexos da presente Lei.

Art. 44 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

José Boiteux, 30 de novembro de 2010.

JOSÉLIO DA SILVA

Prefeito Municipal

Decreto 109/2010

DECRETO nº 109/2010 de 24 de NOVEMBRO de 2010.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA".

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, com fulcro nos princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;
- O disposto no art. 11º da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, que autoriza nos termos do art. 7º da Lei Federal 4.320/64, abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada;
- Que o inciso I da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- Que o excesso de arrecadação verificado na fonte 0.1.6410 – Atenção Básica – Programa Saúde da Família – PSF e 0.1.6411 – Atenção Básica – Saúde Bucal PSF, verificados até o primeiro semestre de 2010.
- Que as dotações 5 e 17 do Fundo Municipal de Saúde encontram-se

insuficientes para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2010.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no importe de 47.000,00 (quarenta e sete mil reais):

Órgão	: 12	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	: 01	Fundo Municipal de Saúde
Função	: 10	Saúde
Programa	: 1050	Saúde para Todos
Subfunção	: 301	Atenção Básica
Recurso	: 0.1.6410	Atenção Básica – Programa Saúde da Família – PSF
Elemento Despesa	:	3.1.90.00.00.00 (5)
Projeto Atividade	: 2.033	Programa Saúde da Família
Valor	: R\$	30.000,00

Órgão	: 12	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	: 01	Fundo Municipal de Saúde
Função	: 10	Saúde
Programa	: 1050	Saúde para Todos
Subfunção	: 301	Atenção Básica
Recurso	: 0.1.6411	Atenção Básica – Saúde Bucal – PSF
Elemento Despesa	:	3.1.90.00.00.00 (17)
Projeto Atividade	: 2.040	Saúde Bucal
Valor	: R\$	17.000,00

Art. 2º - Para a suplementação do artigo anterior utilizar-se-á parcialmente o excesso de arrecadação verificado no primeiro semestre de 2010, no valor de 47.000,00 (quarenta e sete mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 24 de Novembro de 2010.

JOSELIO DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Decreto 110/2010

DECRETO nº 110/2010 de 24 de NOVEMBRO de 2010.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA".

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, com fulcro nos princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;
- O disposto no art. 11º da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, que autoriza nos termos do art. 7º da Lei Federal 4.320/64, abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada;
- Que o inciso I da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- Que o excesso de arrecadação verificado na fonte 0.1.0200 – Receitas Impostos e Transferências Impostos - Saúde, verificados até o primeiro semestre de 2010.
- Que a dotação 3 do Fundo Municipal de Saúde, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2010.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no importe de 50.000,00 (cinquenta mil reais):

Órgão	: 12	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	: 01	Fundo Municipal de Saúde
Função	: 10	Saúde
Programa	: 1050	Saúde para Todos
Subfunção	: 301	Atenção Básica
		Receitas Impostos e Transferências
Recurso	: 0.1.0200	Impostos - Saúde
Elemento Despesa	:	3.1.90.00.00.00 (3)
		Manutenção do Fundo Municipal de
Projeto Atividade	: 2.032	Saúde
Valor	: R\$	50.000,00

Art. 2º - Para a suplementação do artigo anterior utilizar-se-á parcialmente o excesso de arrecadação verificado no primeiro semestre de 2010, no valor de 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 24 de Novembro de 2010.

JOSELIO DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Decreto 111/2010

DECRETO nº 111/2010 de 25 de NOVEMBRO de 2010.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA".

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, com fulcro nos princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;

- O disposto no art. 11º da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, que autoriza nos termos do art. 7º da Lei Federal 4.320/64, abrir créditos adicionais suplementares, ate o limite de 50% da Receita estimada;

- Que o inciso I da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

- Que o excesso de arrecadação verificado na fonte 0.1.0000 – Recursos Ordinários, verificados até o primeiro semestre de 2010.

- Que a dotação 46 da Secretaria da Agricultura, as dotações 21 e 22 da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e a dotação 28 da Secretaria da Família e Ação Social encontram-se insuficientes para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2010.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no importe de 67.000,00 (sessenta e sete mil reais):

Órgão	: 07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade	: 01	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Função	: 26	Transporte
Programa	: 1070	Estradas Vicinais
Subfunção	: 782	Transporte Rodoviário
Recurso	: 0.1.0000	Recursos Ordinários
Elemento Despesa	:	3.1.90.00.00.00 (22)
		Manutenção Geral da Secretaria de
Projeto Atividade	: 2.051	Obras e Serviços Urbanos
Valor	: R\$	32.000,00

Órgão	: 07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade	: 01	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Função	: 26	Transporte

Programa	: 1070	Estradas Vicinais
Subfunção	: 782	Transporte Rodoviário
Recurso	: 0.1.0000	Recursos Ordinários
Elemento Despesa	:	3.3.90.00.00.00 (21)
		Manutenção Geral da Secretaria de
Projeto Atividade	: 2.051	Obras e Serviços Urbanos
Valor	: R\$	5.000,00

Órgão	: 09	Secretaria da Família e Ação Social
Unidade	: 01	Secretaria da Família e Ação Social
Função	: 8	Assistência Social
Programa	: 1090	Assistência Social
Subfunção	: 244	Assistência Comunitária
Recurso	: 0.1.0000	Recursos Ordinários
Elemento Despesa	:	3.1.90.00.00.00 (28)
		Manutenção da Secretaria de Ação
Projeto Atividade	: 2.048	Social
Valor	: R\$	15.000,00

Órgão	: 04	Secretaria da Agricultura
Unidade	: 01	Secretaria da Agricultura
Função	: 20	Agricultura
Programa	: 1040	Assistência ao Pequeno Produtor Rural
Subfunção	: 606	Extensão Rural
Recurso	: 0.1.0000	Recursos Ordinários
Elemento Despesa	:	3.1.90.00.00.00 (28)
Projeto Atividade	: 2.055	Assistência ao Pequeno Produtor Rural
Valor	: R\$	15.000,00

Art. 2º - Para a suplementação do artigo anterior utilizar-se-á parcialmente o excesso de arrecadação verificado no primeiro semestre de 2010, no valor de 67.000,00 (sessenta e sete mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 25 de Novembro de 2010.

JOSELIO DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Decreto 112/2010

DECRETO Nº 112/2010

Homologa Resultado Final do Processo Seletivo para Admissão de Professores em caráter temporário para o exercício de 2011, após interposição de Recursos.

Josélio da Silva, Prefeito Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Orgânica do Município de José Boiteux.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado a Classificação final do Processo Seletivo para Admissão de Professores em caráter temporário para o exercício de 2011, após interposição de recurso, constando relação em anexo.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 29 de novembro de 2010.

JOSÉLIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PROFESSORES HABILITADOS

Anos Iniciais: PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato		Pontuação
1	029	Marize Rosani Bayesdorfer Schwartz	173
2	039	Helena Maria Bagattoli de Oliveira	167
3	032	Veridiana Barbosa Athayde	95
4	011	Gilmara Nuss Patel	90
5	062	Valdenice Terezinha da Silva	89
6	026	Janeide Winter	84
7	048	Simone Ramos	79
8	006	Ivani dos Santos	75
9	013	Cheila Heusser Dietrich	73
10	072	Francieli Griboski	71
11	007	Claudia Filagrana Frare	67
12	063	Noeli de Gracia Loffhagen	66
13	025	Irinéa Kopp Vetter	65
14	045	Aline da Silva	60
15	049	Adriana Schlup	57
16	012	Rita Darolt Fusinato	52

Educação Infantil: PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato		Pontuação
1	029	Marize Rosani Bayesdorfer Schwartz	173
2	039	Helena Maria Bagattoli de Oliveira	167
3	032	Veridiana Barbosa Athayde	95
5	062	Valdenice Terezinha da Silva	86
6	026	Janeide Winter	84
7	048	Simone Ramos	79
8	013	Cheila Heusser Dietrich	73
9	072	Francieli Griboski	71
12	063	Noeli de Gracia Loffhagen	66
13	025	Irinéa Kopp Vetter	65
14	045	Aline da Silva	60
15	049	Adriana Schlupz	57

Anos Iniciais e Finais: EDUCAÇÃO FÍSICA

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato		Pontuação
1	040	Mônica Cristine Fusinato	96
2	035	Rodrigo Bussi	95
3	046	Riva Maicon Rosemann	80
4	069	Natália Dannhel	72
5	024	Rodrigo Alan Mafra	71
6	054	Julimar Cipriani	70
7	071	Diego Talles Pavanello	68
8	053	Daniela Krug	64
9	057	Jaqueline Scherer	59

Anos Finais: HISTÓRIA

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato		Pontuação
1	008	Claudia Vanielle Fusinato	81
2	005	Jair Silvio dos Santos	67
3	055	Naiara Voltolini	65
4	010	Josemar Bona	50

Anos Finais: GEOGRAFIA

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato		Pontuação
1	051	Silvia Jacinto	88
2	037	Silvia Schwartz Fusinato	78

Anos Finais: MATEMÁTICA

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato		Pontuação
1	004	Fernando Sabel	72
2	042	Daiana Tottene	69
3	027	Josimar Maba	54

Anos Finais: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato		Pontuação
1	030	Silvia Daniela Polidoro	82
2	002	José Ricardo Meneghelli	60
3	043	Tatiane Avancini	56

Anos Finais: PORTUGUÊS

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato		Pontuação
1	021	Jucélia Gislon	107
2	001	Simone Debarba	75
3	065	Grazielle Siegle	56

Anos Iniciais/Finais: INGLÊS

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato		Pontuação
1	020	Jucélia Gislon	102
2	065	Grazielle Siegle	56

Anos Iniciais/Finais: ARTES

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato		Pontuação
1	034	Ana Cláudia Dalri	72

PROFESSORES NÃO HABILITADOS :

Anos Iniciais: PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato		Pontuação
1	030	Silvia Daniela Polidoro	61
2	023	Juliana Degracia	44
3	014	Sirlei Pens Tottene	43
4	031	Lalan Priprá	42
5	068	Márcia Loffhagen	39
6	059	Sandra Oliveira Rosa	31
7	009	Josemar Bona	30
8	028	Alice Kopp	29
9	058	Vivian Gracieli Kietzer	28
10	060	Tâmara Conte	26
11	041	Claudete Zwang	25
12	067	Kelly Correa da Silveira	23
13	050	Vanessa Bertelli	18
14	064	Gláucia Michelle Wilhelm	8
15	015	Jaine Casas	6
16	038	Pâmela Horstmann	5

Educação Infantil: PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato	Pontuação
1	023 Juliana Degracia	44
2	014 Sirlei Pens Tottene	43
3	031 Lalan Priprá	42
4	068 Márcia Loffhagen	39
5	059 Sandra Oliveira Rosa	31
6	028 Alice Kopp	29
7	058 Vivian Gracieli Kietzer	28
8	018 Lucinéia Coatá Ciri	27
9	060 Tâmara Conte	26
10	041 Claudete Zwang	25
11	067 Kelly Correa da Silveira	23
12	050 Vanessa Bertelli	18
13	064 Gláucia Michelle Wilhelm	8
14	015 Jaine Casas	6
15	038 Pâmela Horstmann	5

Anos Iniciais/Finais: EDUCAÇÃO FÍSICA

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato	Pontuação
1	070 Priscila dos Santos Patrocínio	41
2	019 Carolini Lunelli	35
3	056 Ivan Petersen	34
4	061 Keity Carla Beckhauser	33
	Eduardo Rivelino Roberto	
5	047 Morló	31
6	066 Djonatan Voltolini	30

Anos Iniciais/Finais: ARTES

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato	Pontuação
1	044 Patrícia Fusinato	66
2	016 Marli Fronza Zluhan	61

Anos Finais: MATEMÁTICA

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato	Pontuação
1	033 Ademar da Cunha	8

Anos Finais: PORTUGUÊS

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato	Pontuação
1	052 Camila Thaíse de San't Anna	25

Anos Finais: HISTÓRIA

Ordem de Classificação	Número de Inscrição e Nome do Candidato	Pontuação
1	073 Tiago Griboski	67

Portaria 423/2010

PORTARIA Nº 423/2010

Josélio da Silva, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica e art. 2º, § 1º do Decreto 107/2010, RESOLVE PAGAR DIFERENÇA SALARIAL ao servidor Geison Deringer, na quantia de R\$ 120,32 (cento e vinte reais e trinta e dois centavos) referente a transformação em pecúnia de 4 dias (32 horas) do Banco de Horas, conforme solicitado pelo servidor.

José Boiteux, 25 de novembro de 2010.

JOSÉLIO DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 424/2010

PORTARIA Nº 424/2010

Joselio da Silva, Prefeito em Exercício do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, § 1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) da servidora Patrícia Cristovan da Silva, a partir de 26.11.2010, admitida pela Portaria nº 332/2010 de 15.07.2010, no cargo temporário de Professor Nível I NH, com carga horária de 40 horas semanais.

José Boiteux, 26 de novembro de 2010.

JOSÉLIO DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 425/2010

PORTARIA Nº 425/2010.

Josélio da Silva, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor Gilberto Felipone, nos termos do artigo 104 da Lei nº 170, de 28.02.92, no período de 01.12.2010 a 28.02.2011, como especificado no atestado médico.

José Boiteux, 30 de novembro de 2010.

JOSÉLIO DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 426/2010

PORTARIA Nº 426/2010

Josélio da Silva, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Jacir Peixer, relativas ao período aquisitivo de 02.04.2008 a 01.04.2009 que serão usufruídas no período de 01.12.2010 a 30.12.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2010.

JOSÉLIO DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 427/2010

PORTARIA Nº 427/2010

Josélio da Silva, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Claudio de Andrade, relativas ao período aquisitivo

de 10.09.2009 a 09.09.2010 que serão usufruídas no período de 01.12.2010 a 30.12.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 428/2010
PORTARIA Nº 428/2010

Josélio da Silva, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Vanderlei Bertelli, relativas ao período aquisitivo de 04.03.2009 a 03.03.2010 que serão usufruídas no período de 01.12.2010 a 30.12.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 429/2010
PORTARIA Nº 429/2010

Josélio da Silva, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Siegfried Dreger, relativas ao período aquisitivo de 01.04.2009 a 31.03.2010 que serão usufruídas no período de 01.12.2010 a 30.12.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 430/2010
PORTARIA Nº 430/2010

Josélio da Silva, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, João Nitsche, relativas ao período aquisitivo de 02.05.2009 a 01.05.2010 que serão usufruídas no período de 01.12.2010 a 30.12.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 431/2010
PORTARIA Nº 431/2010

Josélio da Silva, Prefeito do Município de José Boiteux, usando

da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Ivo clendo, relativas ao período aquisitivo de 04.02.2009 a 03.02.2010 que serão usufruídas no período de 01.12.2010 a 30.12.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 432/2010
PORTARIA Nº 432/2010

Josélio da Silva, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Elio Andrade, relativas ao período aquisitivo de 03.08.2009 a 02.08.2010 que serão usufruídas no período de 01.12.2010 a 30.12.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 433/2010
PORTARIA Nº 433/2010

Josélio da Silva, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Geison Deringer, relativas ao período aquisitivo de 02.02.2009 a 01.02.2010 que serão usufruídas no período de 01.12.2010 a 30.12.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 434/2010
PORTARIA Nº 434/2010

Josélio da Silva, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES a servidora, Serlene de Freitas Preis, relativas ao período aquisitivo de 01.10.2008 a 30.09.2009 que serão usufruídas no período de 01.12.2010 a 30.12.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Lauro Muller

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 241/2010

P O R T A R I A Nº 241/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora RAQUEL NUNES MARIOT, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 242/2010

P O R T A R I A Nº 242/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora RAQUEL SALVADOR CRISTIANO, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 243/2010

P O R T A R I A Nº 243/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no

uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora REGINA DA SILVA ANTUNES JOÃO, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 244/2010

P O R T A R I A Nº 244/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora REJANE VASIELE-VSKI MIRANDA, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 245/2010

P O R T A R I A Nº 245/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora RITA DE CÁSSIA CITADIN LOCATELLI, elevando de MAG - LP - 1A para MAG - LP - 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 246/2010

P O R T A R I A Nº 246/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora RITA DE CÁSSIA MENDES CÚRCIO, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 247/2010

P O R T A R I A Nº 247/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ROSANE DA SILVA ANTUNES MANARIN, elevando de MAG - ST - 2C para MAG - ST - 2D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 248/2010

P O R T A R I A Nº 248/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ROSEMARY LOURENÇO MADEIRA, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 249/2010

P O R T A R I A Nº 249/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ROSIMARI FONTANELLA DOMINGOS, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 250/2010

P O R T A R I A Nº 250/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova

Habilitação, da funcionária pública Professora ROSIMERI CARBONI COAN, elevando de MAG - LP - 4A para MAG - LP - 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 251/2010

P O R T A R I A Nº 251/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ROSINETE NUNES, elevando de MAG - LP - 1A para MAG - LP - 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 252/2010

P O R T A R I A Nº 252/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora SILVÂNIA APARECIDA TASCA BETT, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 253/2010

P O R T A R I A Nº 253/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora SÍLVIA JOÃO MACCARI, elevando de MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 254/2010

P O R T A R I A Nº 254/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora SILVIA VARGAS NUNES, elevando de MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 255/2010

P O R T A R I A Nº 255/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no

uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora SIMONI RODRIGUES DE CARVALHO, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 256/2010

P O R T A R I A Nº 256/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora TEREZINHA APARECIDA WARMLING, elevando de MAG - LP - 1A para MAG - LP - 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 257/2010

P O R T A R I A Nº 257/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora TOMÁSIA EMÍLIA BRISTOT MARTIGNAGO, elevando de MAG - ST - 3C para MAG - ST - 3D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 258/2010

P O R T A R I A Nº 258/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora VALNEIDE DA SILVA ANTUNES TAVARES, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 259/2010

P O R T A R I A Nº 259/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora VANDERLÉIA ALVES, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 260/2010

P O R T A R I A Nº 260/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ZULAMAR DO NASCIMENTO LIMAS CUCOLOOTTO, elevando de MAG - LP - 4A para MAG - LP - 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 261/2010

P O R T A R I A Nº 261/2010

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR a pedido, CLEUSA DA SILVA, Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15/10/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRACAO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 262/2010

P O R T A R I A Nº 262/2010

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, e Lei Municipal nº 1.126/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função de Gerente do Serviço de Enfermagem, à

funcionária pública do Quadro de Pessoal do Hospital Municipal Henrique Lage, GABRIELA MARTINHAGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 14/10/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 263/2010

P O R T A R I A Nº 263/2010

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, PEDRO DELFINO ANTUNES, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Obras, Código/ Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 19 de Outubro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria nº 264/2010

P O R T A R I A Nº 264/2010.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora pública CARMOZÉLIA DE AGUIAR, Professora I - MAG ST 3C, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal de Educação Infantil Tia Marli, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, do período de 19/10/2010 à 18/12/2010, em substituição à funcionária Carla de Fátima Bez Batti que encontra-se em auxílio doença.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 19 de Outubro de 2010.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.
MORGANA FERNANDES
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Edital de notificação por autuação pelo cometimento de infração de trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA INTEGRADO DE MULTAS DE TRÂNSITO
DETRAN – DEINFRA – DPRF – PMLM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 465/2010; 466/2010; 477/2010; 478/2010; 479/2010; 480/2010; 481/2010; 482/2010; 483/2010; 484/2010; 485/2010; 486/2010; 487/2010; 488/2010; 489/2010; 490/2010; 491/2010; 492/2010.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI n.9503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S) DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO (ES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 40 (QUARENTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO nº 17/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA, O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ AS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Nº placa	Auto de infração	Proprietário/condutor	Cód. Infração	Enquadramento
LYA 1170	55277409C	GILDO COUTO	5010/0	162*I
LYC 7717	54562240C	JOAO ARLINDO VIEIRA	5010/0	162*I
LYC 7717	54562241C	JOAO ARLINDO VIEIRA	6912/0	232
LYM 6372	55277671C	RAFAEL CARLOS PANDINI	5010/0	162*I
LYM 6372	55277672C	RAFAEL CARLOS PANDINI	6599/2	230*V
LYO 4408	54562247C	JADIR CARDOSO	6920/0	233
LZD 3361	55277463C	LAURA DE MEDEIROS CANDIDO	5169/1	165
LZD 3361	55277464C	LAURA DE MEDEIROS CANDIDO	6912/0	232
MAS 3482	55277670C	JAIR JOSE BONADEU	5045/0	162*V
MAU 5997	55277459C	RODNEI LOCATELLI	6700/1	230*XVI
MDV 9501	55277669C	ROSIANE BOEING	6920/0	233
MGC 7808	55277505C	VANDERLEI ANTONIO CANDIDO	6920/0	233
MBD 2719	55277507C	JAIR DA SILVA	6920/0	233
BZC 9112	55277562C	ANTOMAR VELHO DA LUZ	5541/4	181*XVII
JYL 9613	55277566C	ALESSANDRO FLORIANO	6599/2	230*V
MCO 6580	55277569C	ITAMAR FERNANDES	5010/0	162*I
MCO 6580	55277570C	ITAMAR FERNANDES	6599/2	230*V
ABB 2717	55277593C	REGINALDO FORTUNATO	5010/0	162*I
ABB 2717	55277594C	REGINALDO FORTUNATO	6599/2	230*V
IEY 1263	55277722C	JOSE DUTRA MEDEIROS	6920/0	233
LZL 1503	54561650C	ISEU DANDOLINI	6920/0	233
MCE 0958	54562248C	ADAIR SCHMULLER	6599/2	230*V
MGZ 6132	55277611C	LEANDRO HOFMANN	6912/0	232
AKU 7427	55277514C	VILSON DE SOUZA	6920/0	233
IAV 0230	55277612C	REGINALDO TEIXEIRA	6599/2	230*V
LJG 2878	55277701C	JULIO CREMA DA SILVA	6599/2	230*V

Nº placa	Auto de infração	Proprietário/condutor	Cód. Infração	Enquadramento
LWR 8235	55277516C	CESAR SPECK	6920/0	233
LWW 5565	55277355C	MARILETE TAVARES DA LUZ	6599/2	230*V
LXE 3632	55277615C	ALBERTINA FACHIN DA SILVA	5169/1	165
LXM 2772	55277591C	JOAO ANTONIO DE SOUZA	5185/2	167
LYL 6809	55277326C	WAGNER PATRICIO	6912/0	232
LYN 0774	55277356C	ADAO LUIZ DE SOUZA	6912/0	232
LYU 8758	55277709C	FERNANDO PANDINI	6920/0	233
MAC 6819	55277667C	JESRAEL PEREIRA FERNANDES	5185/1	167
MBI 8990	55277716C	EDILSON JOSE DE SOUZA	6920/0	233
MCH 3017	55277508C	EDINO VICENTE	6920/0	233
MCN 7911	55277610C	ELIZANDRA FELICIDADE DE OLIVEIRA MENDES	5010/0	162*I
MCW5255	55277702C	SAMUEL MOLON	5614/4	182*V
MDH 5371	55277705C	JOSE PAULO DE BITTENCOURT	6912/0	232
MDV 1709	55277354C	JOICE CAITANO DE SOUZA	6912/0	232
MDY 8197	55277320C	FABIANO LEAL MARTINS	5010/0	162*I
MEP 3752	55277622C	ANTONIO HEINZEN	5568/0	181*XIX
MFG 9420	54561348C	MARIA HELENA JOAO	5010/0	162*I
MFG 9420	54561349C	MARIA HELENA JOAO	7056/2	244*III c/c §1º
MFM 1602	55277592C	SERGIO ROBERTO DA SILVEIRA	5010/0	162*I
MFN 5291	55277595C	FABIANO ROSA DOS SANTOS	5010/0	162*I
MFN 5291	55277596C	FABIANO ROSA DOS SANTOS	6912/0	232
MFV 4570	55277608C	LUCIANA TELLES FREITAS	6920/0	233
MGW2631	55277614C	PAULO ROBERTO LIMA	5010/0	162*I
NEV 7088	55277708C	LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA	6920/0	233
LXA 1056	55277577C	ANTONIO NATAL MENDES	6599/2	230*V
MAW1056	54562228C	RAMIRES CARVALHO	6599/2	230*V
MBF 8697	54562246C	MARIA ZENITA GONZAGA DA SILVA	6920/0	233
MBJ 1808	54562236C	TERESINHA CARBONI FONTANELLA	5274/1	175
LXJ 3442	55277329C	ANDRE CESCONETTO MARTINS	6610/2	230*VII
MAX 2977	55277331C	MAICON ARMANDO	7030/1	244*I
LXB 1039	55277515C	SIDNEI CARARA	6920/0	233
MCX 4526	55277715C	DOUGLAS VICENTE	6920/0	233
MDG 8939	55277519C	DANIEL SCHILICKMANN PAZ	6920/0	233
MDZ 2000	55277513C	DIEGO TORETI BELUCO	6920/0	233
BQI 9180	54573986B	NATALIA DELICIA MARTINS DE BEM	6920/0	233
DJF 6031	55277720C	AURIMAR MOTTA	6920/0	233
LXU 7537	55277633C	HEVANIO CARLOS BORGES	6920/0	233
LZB 3038	54574878B	ADILSON DA SILVA MELO	6920/0	233
MAD 8726	55277469C	FRANCISCO DA SILVA	6599/2	230*V
MHK9739	55277473C	DARLAN VENACIO PAZ	5010/0	162*I
JPR 0310	55277471C	LAURO MACCARI E CIA LTDA ME	6599/2	230*V
LXG 7230	55277724C	EDER DONATO VELHO	6920/0	233
LXI 6278	55277525C	ELCIO LUIZ GIORDANI	6920/0	233
LXO 2308	55277628C	NARARENO ALVES FERNANDES	6599/2	230*V
LXO 2308	55277629C	NAZARENO ALVES FERNANDES	5010/0	162*I

Nº placa	Auto de infração	Proprietário/conductor	Cód. Infração	Enquadramento
LXO 2308	55277630C	NAZARENO ALVES FERNANDES	6556/4	230*I
MBP 8680	55277474C	MARIVONE GABRIEL BERNARDO	6653/2	230*XI
MDG 2752	55277631C	CLAUDIO LEANDRO	5010/0	162*I
MJC 9530	55277466C	ELON NUNES CANDIDO	6920/0	233
MCW5255	55277702C	SAMUEL MOLON	5614/4	182*V
BTF 1029	55277425C	DEVAIR LUIZ PANDINI	5185/1	167
CNY 7269	55277410C	CLAUDECI JOAQUIM	5010/0	162*I
LWZ 4868	55277639C	ROBSON CACHOEIRA MARCELINO	6610/2	230*VII
LXC 3629	55277426C	ELISIANE ALBERTON	5550/0	181*XVIII
LXH 4719	55277533C	RAFAEL VIEIRA CIDADE	6920/0	233
LYO 6717	55277363C	ADRIANO BORGES	6920/0	233
LYS 1462	55277340C	MARILDA DE COSTA CASA-GRANDE	5010/0	162*I
LYV 6770	55277600C	GILMAR DEL PRATO	5185/1	167
LYV 6770	55277627C	GILMAR DEL PRATO	6637/2	230*IX
LYW0565	55277468C	VALETIN DELA GIUSTINA ME	5010/0	162*I
LZT 7220	55277531C	ELIZETE GAZOLA	6920/0	233
MAS 4283	54561364C	MARCIO VIEIRA	6920/0	233
MBF 5830	55277676C	GIZELE CIPRIANO	6599/2	230*V
MBO 9385	55277415C	KARINE BITENCOURT DIAS	5541/4	181*XVII
MBP 1187	55277338C	GILSON DA SILVA	6920/0	233
MBV 5123	55277475C	EDUARDO MENDES	5010/0	162*I
MCR 3462	55277530C	GILIARDI JOSE TELLES VICENTE	6920/0	233
MCV 4052	55277362C	JACINTO CATTANEO	5010/0	162*I
MCV 9642	55277757C	JACI RIBEIRO DA SILVA	6920/0	233
MDF 8098	55277754C	EVERSON JOSE DA SILVA	7030/1	244*I
MDF 8098	55277755C	EVERSON JOSE DA SILVA	5835/0	195
MDO 8709	55277529C	MARGARETEPANDINI MATEI	6920/0	233
MEN 8910	55277677C	VANDELICI APARECIDA DOS SANTOS	6599/2	230*V
MET 2203	55277337C	VILMAR PEREIRA FERNANDES	5207/0	169
MEU 6873	55277419C	INEZ MANOEL RICARDO	5010/0	162*I
MGO 6069	55277528C	RAULINO SCHILICKMANN	6920/0	233
MGV 8779	55277423C	ROSENO TEIXEIRA	6912/0	232
MHK 9739	55277335C	DARLAN VENANCIO PAZ	5010/0	162*I
MHK 9739	55277420C	DARLAN VENANCIO PAZ	5010/0	162*I
MHM 6219	55277336C	MARIA APARECIDA MARTINHO	5010/0	162*I
NEJ 0629	54562032C	MARCIO CESCONETO STUDMICKA	5568/0	181*XIX
NEJ 0629	54562033C	MARCIO CESCONETO STUDMICKA	6912/0	232
NEJ 0629	55277638C	MARCIO CESCONETO STUDMICKA	6912/0	232
COI 2430	55277714C	ODAIR JOSE MOLGARO	6920/0	233
MAM 1943	55277674C	JOSE CARLOS RAMOS	5010/0	162*I
MAR 1378	55277713C	TIAGO MIRANDA	6610/2	230*VII
MGC9830	55277506C	MARCOS LUIZ GOMES	6920/0	233
MAC 6645	55277756C	MARCIO VIEIRA	6920/0	233
LXQ 6775	55277640C	SONIA FREITAS DE OLIVEIRA	6548/2	229
LYS 1462	55277341C	MARILDA DE COSTA CASA-GRANDE	6599/2	230*V
LWT 6309	55277333C	MARIA ROSANGELA DE SOUZA	5274/1	175
LZD 5301	55277675C	IRINEU HERCILIO BATISTA	7340/0	252*IV

Nº placa	Auto de infração	Proprietário/conductor	Cód. Infração	Enquadramento
MHH 9913	55277330C	SAMUEL ANTONIO CANDIDO	7030/2	244*I
CGG 8800	55277759C	ANTONIO GILBERTO RIZZI	6920/0	233
DFX 1917	55277725C	JOSE MARTINS	6920/0	233
LAZ 2213	54562040C	ALEX LEONARDO CITADIN	5045/0	162*V
LAZ 2213	54562041C	ALEX LEANDRO CITADIN	6599/2	230*V
LXD4332	55277758C	MARCOS HONORIO	6920/0	233
MAJ 7349	55277763C	ZENIR DE OLIVEIRA CORREA	6920/0	233
MAJ 7349	55277765C	ZENIR DE OLIVEIRA CORREA	6920/0	233
MAR 1378	55277431C	TIAGO MIRANDA	5185/1	167
MCB 6174	55277761C	CINTIA VIEIRA	6920/0	233
MEF 8440	55277760C	ROSILANE CANDIDO	6920/0	233
MFK 7604	54562036C	RAMOM JORGE GIORDANI	6556/1	230*I
MFK 7604	54562037C	RAMOM JORGE GIORDANI	5207/0	169
MFK 7604	54562038C	RAMOM JORGE GIORDANI	5215/1	170
MFK 7604	54562039C	RAMOM JORGE GIORDANI	6378/0	220*XII
MBN 9801	55277719C	MOACYR BORGES	6920/0	233
MDH 9072	55277428C	AGENOR TAMAGNO	5185/1	167
MDL 0822	55277339C	VALDINEI DE OLIVEIRA	6920/0	233
MGC 1604	55277467C	FLAVIO NESI	6920/0	233
MMI 0660	55277721C	GILCEMAR DA SILVA BORGES	6920/0	233
ARL 9100	55277771C	LAERCIO GASPAS LEAL	6920/0	233
BWR 9197	55277537C	ALAIR DANIEL GONCALVES DE SOUZA	6920/0	233
CSC 7223	55277542C	ADILTON JOSE DA LUZ	6920/0	233
LAZ 2213	55277448C	ALEX LEANDRO CITADIN	6920/0	233
LJD 4783	55277680C	OTACILIO CORREIA MACIEL	5010/0	162*I
LJD 4783	55277681C	OTACILIO CORREIA MACIEL	5169/1	165
LJD 4783	55277682C	OTACILIO CORREIA MACIEL	6599/2	230*V
MAG 0763	55277769C	VANDERLEI PEREIRA JOAQUIM	6920/0	233
MBS 2207	55277478C	RICHARD CANEVER MAXIMIANO	6599/2	230*V
MBU 8656	55277773C	LUIZ CESAR BIANQUINE	6920/0	233
MDG 9189	55277365C	TERESINHA CARBONI FONTANELLA	6050/2	208
MDG 9189	55277366C	TERESINHA CARBONI FONTANELLA	5274/1	175
MEF 9883	55277540C	EURIS CARBONI DE ARAUJO	6920/0	233
MGO 2440	55277442C	IVONETE WEBER	6599/2	230*V
MHQ 0312	55277727C	FABIANO LEANDRO	6920/0	233
MCW1869	55277751C	JOAO LUIZ CANDIDO	7030/1	244*I
MCZ 2647	55277636C	LAERCIO GASPAS LEAL	5568/0	181*XIX
MIP 1910	55277421C	LUCISE DE OLIVEIRA FORNAZZA	5185/1	167
DXD 9798	55277774C	RUDIMAR ALBINO PEREIRA	6920/0	233
LWS 0966	55277678C	DANILO DA SILVA MARCILIO	6599/2	230*V
LXC 8660	55277447C	JOAO BATISTA ESTEVAM	5541/1	181*XVII
LYB 4104	55277645C	LUCIANO SANTOS DA SILVA	6912/0	232
LYB 4104	55277646C	LUCIANO SANTOS DA SILVA	5193/0	168
MGA 5660	55277450C	SEVERINO ISAIAS ALVES	6653/2	230*XI
AEK 8774	54573884B	SUELI CUSTODIO MAXIMIANO	6610/0	230*VII
DAM 1003	54574590B	ENIVALDO GAZOLLA	6912/0	232
DDR 2678	54574758B	JOSE RICARDO DE SOUZA	6920/0	233
LXB 1468	54574629B	MOACIR PROINELLI	5010/0	162*I

Nº placa	Auto de infração	Proprietário/conductor	Cód. Infração	Enquadramento
LXB 3530	54574708B	BENTO PAZ JUNIOR	6920/0	233
LZV 3638	54574596B	JOSE DOS SANTOS NUNES DE SOUZA	5010/0	162*I
LZV 3638	54574597B	JOSE DOS SANTOS NUNES DE SOUZA	6599/0	230*V
MEM 9746	54573907B	OELINTON HENRIQUE DOS SANTOS	5525/0	181*XV
MFV 3298	55277342C	LUIZA TERESINHA DA SILVA MARTINS	6858/0	231*VII
BMD 0326	55277782C	DONATO LEOPOLDO	6920/0	233
INJ 2350	55277779C	ANSELMO RIBEIRO	6920/0	233
LXD 3020	55277367C	VALDEMIR LEOPOLDO	5010/0	162*I
MAU 7281	55277538C	MARCIO VIEIRA	6920/0	233
MBC 4865	55277781C	ROSEMAR MACHADO	6920/0	233
MCC 3888	55277543C	MARCIO VIEIRA	6920/0	233
MCN 6634	55277733C	MADEREIRA E CONSTRUÇÃO SCHILICKMANN	6920/0	233
MCW2483	55277778C	WALDEMAR MIRANDA	6920/0	233
MDM 4603	55277742C	DORALICE TANCREDO DE AGUIAR	5460/0	181*IX
MBM 4875	55277804C	GERUSA CARDOSO DA ROSA	5010/0	162*I
MBM 4875	55277805C	GERUSA CARDOSO DA ROSA	7048/1	244*II
MBV 2377	55277813C	CLAUDIOMAR ELIAS DE SOUZA	6610/2	230*VII
MDA 3335	55277480C	IVONETI VIRTUOSO DOS PASSOS	6912/0	232
LXA 9825	54574679B	JOSE RICARDO MENDES	6912/0	232
MDC 9491	54574234B	ODAIR ANJO	7030/0	244*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI nº 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZO ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LAURO MÜLLER/SC, 23 DE novembro de 2010.
IVALDO GREGÓRIO INÁCIO
DELEGADO DE POLÍCIA

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 945

LEI Nº 945 de 30 de novembro de 2010.

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.”

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1º- O ORÇAMENTO GERAL do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), para o exercício de 2011 “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DAS UNIDADES GESTORAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA CENTRALIZADA, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DESCENTRALIZADA E DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA”, conforme discriminam os anexos integrantes desta Lei.

I - DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA CENTRALIZADA

1. UNIDADE GESTORA CENTRAL: PREFEITURA

Art.2º- O Orçamento da Unidade Gestora Central PREFEITURA, para o exercício de 2011, estima a RECEITA em R\$11.040.475,00 (onze milhões, quarenta mil, quatrocentos e setenta e cinco reais) e fixa a DESPESA em R\$ 9.324.800,00 (nove milhões, trezentos e vinte e quatro mil e oitocentos reais), conforme demonstram os anexos constantes desta Lei.

Art.3º- A RECEITA será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, conforme está discriminada nos anexos, partes integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	10.960.475,00
1.1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$	1.163.821,00
1.1.2.	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$	242.000,00
1.1.3.	RECEITA PATRIMONIAL	R\$	180.720,00
1.1.4.	RECEITA DE SERVIÇOS	R\$	63.600,00
1.1.5.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	9.133.212,00
1.1.6.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	177.122,00
1.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	80.000,00
1.2.1.	ALIENAÇÃO DE BENS	R\$	80.000,00
	TOTAL	R\$	11.040.475,00

Art.4º- A DESPESA será realizada com as discriminações apresentadas nos anexos que integram a presente Lei, assim distribuída:

1.	DESPESA POR ÓRGÃOS		
1.1	PODER LEGISLATIVO		
1.1.1	CÂMARA DE VEREADORES		
1.2	PODER EXECUTIVO	R\$	583.000,00
1.2.1.	GABINETE DO PREFEITO	R\$	227.000,00
1.2.2.	GABINETE DO VICE-PREFEITO	R\$	72.100,00
1.2.3.	ASSESSORIA JURÍDICA	R\$	109.000,00
1.2.4.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	R\$	69.100,00
1.2.5.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	R\$	1.085.800,00
1.2.6.	SECRETARIA DA SAÚDE EM BEM ESTAR SOCIAL	R\$	136.000,00
1.2.7.	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	R\$	3.860.400,00
1.2.8.	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	R\$	612.600,00
1.2.9.	ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	R\$	142.100,00
1.2.10.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS	R\$	2.417.000,00
1.2.11.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	10.700,00
	SOMA	R\$	9.324.800,00
1.2.12.	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO FMAS	R\$	160.140,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

1.2.13.	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO FMS	R\$	1.460.185,00
1.2.14.	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO FMDCA	R\$	95.350,00
	SOMA	R\$	1.715.675,00
	TOTAL	R\$	11.040.475,00

2. DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

2.1.	LEGISLATIVA	R\$	583.000,00
2.2.	ADMINISTRAÇÃO	R\$	1.249.160,50
2.3.	SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	88.339,50
2.4.	SAÚDE	R\$	250.000,00
2.6.	TRABALHO	R\$	22.500,00
2.7.	EDUCAÇÃO	R\$	3.107.100,00
2.8.	CULTURA	R\$	214.000,00
2.9.	URBANISMO	R\$	1.460.820,00
2.10.	HABITAÇÃO	R\$	136.000,00
2.11.	SANEAMENTO	R\$	41.880,00
2.12.	GESTÃO AMBIENTAL	R\$	8.400,00
2.13.	AGRICULTURA	R\$	604.200,00
2.14.	INDÚSTRIA	R\$	74.10000,00
2.15.	COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	68.000,00
2.16.	TRANSPORTE	R\$	914.300,00
2.17.	DESPORTO E LAZER	R\$	289.300,00
2.18.	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	203.000,00
2.19.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	10.700,00
	SOMA	R\$	9.324.800,00
2.19.	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	1.715.675,00
	TOTAL	R\$	11.040.475,00

3. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

3.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	7.809.651,20
3.1.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	3.927.720,80
3.1.2.	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	89.000,00
3.1.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	3.792.930,40
3.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.504.448,80
3.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	1.488.448,80
3.2.2.	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	16.000,00
3.3.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	10.700,00
	SOMA	R\$	9.324.800,00
3.4.	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	1.715.675,00
	TOTAL	R\$	11.040.475,00

II - DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DESCENTRALIZADA

1. UNIDADE GESTORA:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

Art.5º- O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, para o exercício 2011, estima a Receita em R\$ 22.560,00 (vinte e dois mil, quinhentos e sessenta reais), mais as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$160.140,00 (cento e sessenta mil,cento e quarenta reais), e fixa a Despesa em R\$ 182.700,00 (cento e oitenta e dois mil e setecentos reais).

Art.6º- A Receita será realizada mediante a arrecadação da receita patrimonial e das transferências correntes, mais as transferências financeiras do tesouro municipal, discriminada nos quadros anexos, partes integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	22.560,00
------	--------------------	-----	-----------

1.1.1.	RECEITA PATRIMONIAL	R\$	1.360,00
1.1.2.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	21.200,00
1.2.	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	160.140,00
	TOTAL	R\$	182.700,00

Art.7º- A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e grupos de natureza, assim distribuída:

2. DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

2.1.	ASSISTÊNCIA	R\$	181.700,00
2.3.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	1.000,00
	TOTAL	R\$	182.700,00

3. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

3.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	161.920,00
3.1.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	52.000,00
3.1.2.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	109.920,00
3.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	19.780,00
3.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	19.780,00
3.3.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	1.000,00
	TOTAL	R\$	182.700,00

2. UNIDADE GESTORA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Art.8º- O Orçamento do Fundo Municipal Saúde - FMS, para o exercício 2011, estima a Receita em R\$ 605.165,00 (seiscentos e cinco mil, cento e sessenta e cinco reais), mais as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 1.460.185,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta mil, cento e oitenta e cinco reais), e fixa a Despesa em R\$ 2.065.350,00 (dois milhões, sessenta e cinco mil, trezentos e cinquenta reais).

Art.9º- A Receita será realizada mediante a arrecadação da receita tributária, receita patrimonial, transferências correntes e outras receitas correntes, mais as transferências financeiras do tesouro municipal, discriminada nos quadros anexos, partes integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	605.165,00
1.1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$	15.990,00
1.1.2.	RECEITA PATRIMONIAL	R\$	25.200,00
1.1.3.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	563.580,00
1.1.4.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	395,00
1.2.	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	1.460.185,00
	TOTAL	R\$	2.065.350,00

Art.10- A Despesa do Fundo Municipal de Saúde - FMS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e grupos de natureza, assim distribuída:

2. DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

2.1.	SAÚDE	R\$	2.060.100,00
2.2.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	5.250,00
	TOTAL	R\$	2.065.350,00

3. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

3.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	2.012.420,00
3.1.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	1.239.580,00
3.1.2.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	772.840,00
3.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	47.680,00
3.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	47.680,00
3.3.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	5.250,00
	TOTAL	R\$	2.065.350,00

3 - UNIDADE GESTORA

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA

Art.11- O Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, para o exercício de 2011, estima a Receita em R\$ 31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais), mais as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 95.350,00 (noventa e cinco mil trezentos e cinquenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 127.150,00 (cento e vinte mil, cento e cinquenta reais).

Art.12- A Receita será realizada mediante a arrecadação da receita patrimonial e das transferências correntes, mais as transferências financeiras do tesouro municipal, discriminada nos quadros anexos, partes integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	31.800,00
1.1.1.	RECEITA PATRIMONIAL	R\$	300,00
1.1.2.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	31.500,00
1.2.	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	95.450,00
	TOTAL	R\$	127.150,00

Art.13- A Despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e grupos de natureza, assim distribuída:

2. DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

2.1.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	126.200,00
2.2.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	950,00
	TOTAL	R\$	127.150,00

3. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

3.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	121.200,00
3.1.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	27.000,00
3.1.2.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	94.200,00
3.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	5.000,00
3.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	5.000,00
3.3.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	950,00
	TOTAL	R\$	127.150,00

III - DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (Autarquia Intermunicipal)

1 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA - SIMAE

Art.14- O Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE para o exercício 2011, estima a Receita em R\$ 9.607.647,00 (nove milhões, seiscentos e sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais) e fixa a Despesa em R\$ 9.607.647,00 (nove milhões, seiscentos e sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais).

Art.15- A Receita será realizada mediante a arrecadação da receita patrimonial, receita de serviços, outras receitas correntes e de alienação de bens, discriminada nos quadros anexos, partes integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	9.460.229,00
1.1.1.	RECEITA PATRIMONIAL	R\$	190.250,00
1.1.2.	RECEITA DE SERVIÇOS	R\$	9.001.329,00
1.1.3.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	268.650,00
	RECEITAS CORRENTES INFRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$	147.418,00
	TOTAL	R\$	9.607.647,00

Art.16- A Despesa do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e grupos de natureza, assim distribuída:

2. DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

2.1.	SANEAMENTO	R\$	9.597.647,00
2.2.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	10.000,00
	TOTAL	R\$	9.607.647,00

3. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

3.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	6.959.159,48
3.1.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	3.739.946,69
3.1.2.	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	161.538,00
3.1.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	3.057.674,79
3.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	2.638.487,52
3.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	2.638.487,52
3.3.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	10.000,00
	TOTAL	R\$	9.607.647,00

Art.17- Os recursos da RESERVA DE CONTINGÊNCIA alocados nos Orçamentos das Unidades Gestoras abaixo relacionadas, serão utilizados por atos do Poder Executivo, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

	PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS		
1.1.	E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS	R\$	10.700,00
	TOTAL	R\$	10.700,00

2. UNIDADE GESTORA; FUNDO UNIDADE MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIASOCIAL - FMAS

	PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS	R\$	1.000,00
2.1.		R\$	1.000,00
	TOTAL	R\$	1.000,00

3. UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

	PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS	R\$	5.250,00
3.1.		R\$	5.250,00
	TOTAL	R\$	5.250,00

4. UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA

4.1.	PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS	R\$	950,00
	TOTAL	R\$	950,00

5. UNIDADE GESTORA: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA (Autarquia Intermunicipal)

5.1.	PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS	R\$	10.000,00
	TOTAL	R\$	10.000,00
	TOTAL GERAL	R\$	27.900,00

Art.18- A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por decretos do Poder Executivo. (art. 167, VI da CF)

Art.19- No decorrer da execução orçamentária de 2011, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, por decretos, nos termos do art. 89, da Lei Orgânica do Município e art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, até o limite de 40% (quarenta por cento) do total do orçamento da despesa orçamentária fixada para cada uma das Unidades Gestoras, utilizando os recursos, desde que não comprometidos:

I - do excesso ou o provável excesso de arrecadação de cada uma das fontes de recursos, observada a tendência do exercício; e
II - do superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada uma das fontes de recursos.

Parágrafo Único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares e especiais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

Art.20- Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos suplementares de Projetos, Atividades ou Operações Especiais.

Art.21- Durante o exercício de 2011 o Poder Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas prioritizados nesta Lei.

Art.22- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2011.

Art.23- Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2011.

Luzerna(SC), 30 de novembro de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei 946

LEI Nº 946 de 30 de novembro de 2010.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DAR BAIXA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E ALIENAR MEDIANTE DOAÇÃO OS BENS MÓVEIS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa

do Patrimônio Público Municipal dos bens móveis, inservíveis ao serviço público municipal, conforme relação anexa, parte integrante desta Lei e alienar mediante DOAÇÃO ao SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI/SC, pessoa jurídica de direito privado, instituição educacional de formação profissional, sem finalidades lucrativas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.774.688/0001-55, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, 2765, 2º andar, Bairro Itacorubi, Município de Florianópolis(SC), através do CENTRO DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA - CETE de Luzerna(SC), sito a Rua Frei João, 400, Centro, Luzerna(SC).

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 30 de novembro de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

SEMINÁRIO – BAIXAR DO PATRIMÔNIO

Número	Descrição	Valor
462	MONITOR 15 POL. MARCA PHILIPS	R\$ 550,00
803	NOBREAK SMS	R\$ 478,85
873	MONITOR MARCA VIERCI	R\$ 450,00
877	IMPRESSORA CANON BJC 4.300	R\$ 850,00
894	MICROCOMPUTADOR AMD DURON	R\$ 1.650,00
920	MICROCOMPUTADOR PENTIUM III	R\$ 2.100,00
921	MONITOR MARCA PROVIEW 15 POL	R\$ 585,25
922	IMPRESSORA HP 692C	R\$ 308,59
926	MICROCOMPUTADOR AMD DURON	R\$ 1.650,00
944	MONITOR SAMSUNG 15 POL	R\$ 478,00
951	MICROCOMPUTADOR AMD DURON	R\$ 1.650,00
952	MONITOR MARCA PROVIEW 15 POL	R\$ 585,00
963	MONITOR MARCA PROVIEW 15 POL	R\$ 585,25
965	IMPRESSORA EPSON LX 300	R\$ 879,00
968	MICROCOMPUTADOR AMD DURON	R\$ 1.750,00
975	MICROCOMPUTADOR AMD DURON	R\$ 1.650,00
1079	NOBREAK NHS	R\$ 250,00
1083	IMPRESSORA APOLLO	R\$ 297,95
1108	ARQUIVO EM AÇO 04 GAVETAS	R\$ 240,00
1125	ARQUIVO EM AÇO C/ 4 GAVETAS	R\$ 240,00
1131	MONITOR COLORIDO 15 POL. MARCA LG	R\$ 585,25
1168	MICROCOMPUTADOR PENTIUM	R\$ 1.900,00
1208	MICROCOMPUTADOR AMD ATHLON 2400	R\$ 2.400,00
1213	MONITOR MARCA PROVIEW	R\$ 478,85
1218	MICROCOMPUTADOR CELERON	R\$ 1.800,00
1220	MICROCOMPUTADOR CELERON	R\$ 1.800,00
1237	IMPRESSORA HP DESKJET 656C	R\$ 372,44
2250	BEBEDOURO MARCA MASTER FRIO	R\$ 210,00
2465	MONITOR FIVE STAR	R\$ 478,85
2470	MINISISTEM C/ CD MARCA CCE	R\$ 404,36
3017	MONITOR MARCA BRAVIEW	R\$ 300,00
3044	MICROCOMPUTADOR PENTIUM 4	R\$ 2.800,00
3048	MONITOR BRAVIEW	R\$ 300,00
3050	MICROCOMPUTADOR PENTIUM III	R\$ 2.600,00
3056	MICROCOMPUTADOR PENTIUM III	R\$ 2.800,00
3057	NOBREAK NHS	R\$ 270,00
3086	NOBREAK NHS PREMIUM PDV 120VA	R\$ 533,00
3094	MONITOR DE VÍDEO CENTRUM 14"	R\$ 350,00
3599	NOBREAK ENERMAX 600	R\$ 215,00
3831	MONITOR DE VIDEO LCD 17 AOC	R\$ 520,00
4015	MONITOR AOC 14"	R\$ 380,00
4220	MONITOR MARCA PROVIEW	R\$ 390,00



Extrato da Portaria 120**EXTRATO DE PORTARIA**

Portaria nº 120/10 de 30/11/10 - "Atribui adicional a servidor que especifica" (DEJAIR TEDESCO, Auxiliar de Serviços Gerais, o adicional pela conclusão regular de Ensino Médio de 5% (cinco por cento)).

Extrato do contrato pml.051.10

EXTRATO DE CONTRATO - PML 2010

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.051.10

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 004/2010 de 25/11/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: HORN PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME (GRUPO ARTÍSTICO "FAMÍLIA HORN")

OBJETO: Apresentação do espetáculo "Auto de Natal da Família Horn" no dia 12 de dezembro de 2010, no Seminário São João Batista

VALOR: R\$ 8.460,00 (oito mil, quatrocentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: 25.11.10 a 31.12.10.

DOTAÇÃO:

Conta: 08.0802.13.392.0046.2038.33900000

Reduzido : 070

Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE CULTURA

Proj/Atividade : APOIO PARA DIFUSÃO CULTURAL

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 25 de novembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

KÁTIA HORN

HORN PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME

(GRUPO ARTÍSTICO "FAMÍLIA HORN")

CONTRATADA

1º Ato de Apostilamento da ARP pml.002.10

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0002/2010 de 29/01/2010

APOSTILA de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº pml.0002/2010 de 29/01/2010, proveniente do Processo Licitatório nº pml.0002/2010, Pregão nº pml.0002/2010, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC), e as empresas PRONER SUPERMERCADOS LTDA, SIGNORI & CIA LTDA EPP, FERNANDO GAB ME, MERCADO RZ LTDA, COR & ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços nº pml.0002/2010 de 29/01/2010, proveniente do, acrescendo as seguintes dotações orçamentárias:

Modalidade de Aplicação:

Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.30.04 - gás engarrafado

Elemento - 3.3.90.30.07 - gêneros de alimentação

Elemento - 3.3.90.30.19 - material de condicionamento e

embalagem

Elemento - 3.3.90.30.21 - material de copa e cozinha

Elemento - 3.3.30.90.22 - material e produção de higienização

Elemento - 3.3.90.30.36 - material elétrico e eletrônico

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

Reduzido : 142

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 30 de novembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Balancete Financeiro FMDCAL

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA - FMDCA

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 11/2010

Emissão: 30/11/2010

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	49,13	DESPESA ORCAMENTARIA	8.086,13
RECEITA CORRENTE	49,13	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.086,13
RECEITA PATRIMONIAL	49,13		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	55.673,85	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	673,85
PREVIDENCIA SOCIAL	386,34	PREVIDENCIA SOCIAL	386,34
INSS	386,34	INSS	386,34
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	61,62	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	61,62
ISS	61,62	ISS	61,62
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	225,89	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	225,89
Joel Rosa	128,43	Joel Rosa	128,43
Rodrigo Cerino da Silva	37,40	Rodrigo Cerino da Silva	37,40
Gizelle Adriana Melere	60,06	Gizelle Adriana Melere	60,06
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	55.000,00		
REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUNICIPA	55.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	8.086,13	> DESPESA PAGA	53.541,02
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	8.086,13	CREDITO LIQUIDADO	53.541,02
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	53.541,02
> SALDOS ANTERIORES	3.892,19	> SALDOS ATUAIS	5.400,30
APLICACOES FINANCEIRAS	3.892,19	APLICACOES FINANCEIRAS	5.400,30
> TOTAL	67.701,30	> TOTAL	67.701,30

Gestor do FMDCA
CANDIDO HELIO DADALT

Contadora CRC/SC20394-0/8
MARIA INÊS DALLOLMO

Massaranduba

CÂMARA DE VEREADORES

Balancete Financeiro Ref. Outubro de 2010

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA - Poder Legislativo

Balanco Financeiro

Anexo AN - 5

PERÍODO DE REFERÊNCIA: Outubro /2010

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	0,00	ORÇAMENTÁRIA	61.470,37
Receitas Orçamentárias	0,00	Despesas Correntes	61.395,37
Receitas Correntes	0,00	31 - Pessoal e Encargos Sociais	49.420,88
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	11.974,49
Receitas Patrimoniais	0,00	Despesas de Capital	75,00
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	75,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	0,00	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	100.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	100.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	70.937,54	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	68.799,09
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	9.467,17	Depósitos	7.515,27
Consignações	0,00	Consignações	0,00
Depósitos em Diversas Origens	9.467,17	Depósitos em Diversas Origens	7.515,27
Restos a Pagar	61.470,37	Restos a Pagar	61.283,82
Obrigações a Pagar	61.470,37	Obrigações a Pagar	61.283,82
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acrescimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	315.437,77	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	356.105,85
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	315.437,77	Bancos Conta Movimento	356.105,85
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	486.375,31	TOTAL	486.375,31

Fonte:

Inacio Besen
Presidente da Câmara

Almir Trevisani
Diretor ADM

Dionisio Kemczynski
Contador
CPF: 683.469.309-25
CRC: 026042/O-2/SC


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

PREFEITURA MUNICIPAL**Processo Licitatório Nº. 81/2010**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 81/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2010-PMM

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando aquisição de 30 Lâminas Côncavas, para manutenção das Motoniveladoras utilizados na manutenção das estradas vicinais do Município de Massaranduba (SC). ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:15 h do dia 15/12/2010. CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14:30h do dia 15/12/2010. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30 as 11:30 h e das 13:00 as 17:00 h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 01 de Novembro de 2010.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Meleiro**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria n.º 342/2010**

PORTARIA n.º 342/2010
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CLAÚDIO JOSE TOMAZZI, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, RESOLVE:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal VANDERLEI DOS SANTOS AMERICO, ocupante do cargo de Pedreiro, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 30 de Janeiro de 2005 a 28 de Janeiro de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 96 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal

Art. 3.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01/12/2010.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.
Meleiro, 01 de dezembro de 2010.

CLAUDIO JOSE TOMAZZI
Prefeito Municipal em Exercício
Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Morro da Fumaça**PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato de Portaria Nº 580**

Extrato de Portaria nº 580
01/10/2010 DISPÕE SOBRE A CONDUTA DOS SERVIDORES RELATIVO A EMISSÃO DE BOLETINS DE MEDIÇÃO, BOLETINS DE PAGAMENTO E PAGAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, BEM COMO ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA TROCA DE INFORMAÇÕES ENTRE SERVIDORES SOBRE O E-SFINGE OBRAS.

Extrato de Portaria Nº 581

Extrato de Portaria nº 581
01/10/2010 DESIGNA A SERVIDORA MORGANA MADALENA DO CANTO OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III COMO RESPONSÁVEL PELO SISTEMA E-SFINGE OBRAS.

Extrato de Portaria Nº 582

Extrato de Portaria nº 582
01/10/2010 ALTERAR A CARGA HORÁRIA DA PROFESSORA DENISE DE FREITAS CARDOSO, DE 20 PARA 40 HORAS SEMANAIS.

Extrato de Portaria Nº 583

Extrato de Portaria nº 583
01/10/2010 CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA CATHERINE NOGUEIRA MENDES OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA

Extrato de Portaria Nº 584

Extrato de Portaria nº 584
01/10/2010 RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE REGINA DE CASSIA RECCO OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA.

Extrato de Portaria Nº 585

Extrato de Portaria nº 585
07/10/2010 NOMEIA A SERVIDORA CINARA DE ROCHI, PARA AUTENTICAR TODOS OS DOCUMENTOS RELACIONADOS AO SAQUE DO FGTS.

Extrato de Portaria Nº 586

Extrato de Portaria nº 586
07/10/2010 NOMEIA A SERVIDORA TANIA NAZARETH CORRERIA MENGHEL, PARA AUTENTICAR TODOS OS DOCUMENTOS RELACIONADOS AO SAQUE DO FGTS.

Extrato de Portaria Nº 587

Extrato de Portaria nº 587
08/10/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 009/2009 DE 02/01/2009 QUE NOMEOU CESAR ANTONIO PAGNAN PARA O CARGO DE SECRETÁRIO DISTRITAL.

Extrato de Portaria Nº 588

Extrato de Portaria nº 588

08/10/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 004/2009 DE 02/01/2009 QUE NOMEOU ARCANGELO SARTOR VIEIRA PARA O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESOIRTE E TURISMO

Extrato de Portaria Nº 589

Extrato de Portaria nº 589

08/10/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 045/2009 DE 12/01/2009 QUE NOMEOU LIDIANE BIZ PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I

Extrato de Portaria Nº 590

Extrato de Portaria nº 590

08/10/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 584/09 DE 18/09/2009 QUE NOMEOU IVONE SANTOS DA SOLER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV

Extrato de Portaria Nº 591

Extrato de Portaria nº 591

08/10/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 644/09 DE 01/12/2009 QUE NOMEOU VANIR SALVAN MOL PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR II.

Extrato de Portaria Nº 592

Extrato de Portaria nº 592

08/10/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 046/09 DE 01/02/2010 QUE NOMEOU ROGERIO ROSA INÁCIO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.

Extrato de Portaria Nº 593

08/10/2010 NOMEIA OS SERVIDORES BRUNO CONSTANTI GERÔNIMO, CINARA DE ROCHI, DALTO EDISON ANTUNES, EVELISE ZANATTA, PATRÍCIA MENEGHEL, TANIA NAZARETH CORRÊA MENGHEL PARA COLETAR TODOS OS DOCUMENTOS RELACIONADOS AO SAQUE DO FGTS.

Extrato de Portaria Nº 594

Extrato de Portaria nº 594

08/10/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 042/09 DE 09/01/2009 QUE NOMEOU ANTONIO CESAR DA SOLER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.

Extrato de Portaria Nº 595

Extrato de Portaria nº 595

08/10/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 042/09 DE 09/01/2009 QUE NOMEOU ANTONIO CESAR DA SOLER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.

Extrato de Portaria Nº 596

Extrato de Portaria nº 596

08/10/2010 CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA GISLAINE ROUSSENQ OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA

Extrato de Portaria Nº 597

Extrato de Portaria nº 597

08/10/2010 CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA AO SERVIDOR JOAO DE MEDEIROS GONÇALVES OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS.

Extrato de Portaria Nº 598

Extrato de Portaria nº 598

08/10/2010 CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA ELIZETE CORREIA DE OLIVEIRA OCUPANTE DO CARGO DE ZELADOA.

Extrato de Portaria Nº 599

Extrato de Portaria nº 599

13/10/2010 NOMEIA VOLNEI SALVADOR PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.

Extrato de Portaria Nº 600

Extrato de Portaria nº 600

13/10/2010 RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORÁRIO DE MACIEL BENTO OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Extrato de Portaria Nº 601

Extrato de Portaria nº 601

13/10/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA 155/09 DE 01/03/2009 DE 01/03/2009 QUE NOMEOU JOSE BRAZ MARAGNO PARA O CARGO DE CHEFE DE GABINETE.

Extrato de Portaria Nº 602

Extrato de Portaria nº 602

20/10/2010 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR O DESAPARECIMENTO DE 11(ONZE) LATAS DE LEITE NEOCATE, LOTE P01071, NO POSTO DE SAÚDE CENTRAL DENOMINADO PERPÉtua ZEFERINO MARTINS, SITUADO NESTE MUNICÍPIO.

Extrato de Portaria Nº 603

Extrato de Portaria nº 603

20/10/2010 RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORÁRIO DE CRISTINA BERGMANN CORREIA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA

Extrato de Portaria Nº 604

Extrato de Portaria nº 604

20/10/2010 RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORÁRIO DE JANAINA PEREIRA IGNÁCIO LUCIANO, OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO.

Extrato de Portaria Nº 605

Extrato de Portaria nº 605

20/10/2010 CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO ROSÁLIA MOREIRA DA SILVA PARA O CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

Extrato de Portaria Nº 606

Extrato de Portaria nº 606

20/10/2010 CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO GILBERTO GIOVANETTE PARA O CARGO DE MÉDICO CLINICO GERAL

Extrato de Portaria Nº 607

Extrato de Portaria nº 607

21/10/2010 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR O DESAPARECIMENTO DE UMA CAIXA COM APOSTILAS POSITIVO, DA SALA DA COORDENAÇÃO

PEDAGÓGICA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO.

Extrato de Portaria Nº 608

Extrato de Portaria nº 608

21/10/2010 CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA MARIA STEINBACK OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

Extrato de Portaria Nº 609

Extrato de Portaria nº 609

21/10/2010 ALTERA A CARGA HORÁRIA DA PROFESSORA JANILI MARTIGNAGO CASAGRANDE, DE 30 PARA 40 HORAS SEMANAIS.

Extrato de Portaria Nº 610

Extrato de Portaria nº 610

22/10/2010 RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORÁRIO DE MUNIQUE GUOLART PEREIRA, OCUPANTE DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR

Extrato de Portaria Nº 611

Extrato de Portaria nº 611

22/10/2010 RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORÁRIO DE, MICHELE MARQUES OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS ESCOLARES.

Extrato de Portaria Nº 612

Extrato de Portaria nº 612

22/10/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA 047/2010 DE 01/02/2010 QUE NOMEOU DEJENANI SOARES O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III

Extrato de Portaria Nº 613

Extrato de Portaria nº 613

22/10/2010 RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORÁRIO DE, AILTON MANOEL BORGES OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS.

Extrato de Portaria Nº 614

Extrato de Portaria nº 614

22/10/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA 005/09 DE 02/01/2009 QUE NOMEOU ILSO ANTONIO LUCIANO PARA O CARGO DE SECRETÁRIO DE SAÚDE.

Extrato de Portaria Nº 615

Extrato de Portaria nº 615

22/10/2010 CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA ADRIANA APARECIDA LIMA OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE.

Extrato de Portaria Nº 616

Extrato de Portaria nº 616

22/10/2010 CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA AO SERVIDOR VALMIR GABRIEL OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

Extrato de Portaria Nº 617

Extrato de Portaria nº 617

22/10/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 571/2010 DE 23/09/2010 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA MARCIAL CABRAL SCHMITZ, OCUPANTE DO CARGO DE ARQUITETO.

Extrato de Portaria Nº 618

Extrato de Portaria nº 618

22/10/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 524/2010 DE 04/08/2010 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA CACIO RICARDO FERRARI DUARTE, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA SOCORRISTA

Extrato de Portaria Nº 620

Extrato de Portaria nº 620

26/10/2010 RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORÁRIO DE VALDEMAR GOMES OCUPANTE DO CARGO OPERADOR DE EQUIPAMENTOS.

Extrato de Portaria Nº 621

Extrato de Portaria nº 621

26/10/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 557/2010 DE 01/09/2010 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA ROBSON DA SILVA GABRIEL, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

Extrato de Portaria Nº 622

Extrato de Portaria nº 622

27/10/2010 RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORÁRIO DE LEONARDO CASAGRANDE PIAZZA OCUPANTE DO CARGO DE ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Extrato de Portaria Nº 623

Extrato de Portaria nº 623

27/10/2010 RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORÁRIO DE LEONARDO CASAGRANDE PIAZZA OCUPANTE DO CARGO DE ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Extrato de Portaria Nº 624

Extrato de Portaria nº 624

27/10/2010 RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORÁRIO DE RENATA GABRIEL ROCHA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA

Extrato de Portaria Nº 625

Extrato de Portaria nº 625

27/10/2010 COLOCA A DISPOSIÇÃO O SERVIDOR EDUARDO BACK OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO PARA ATUAR NA EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL - GTA E BRINCAGEM DE BOVINOS.

Extrato de Portaria Nº 626

Extrato de Portaria nº 626

27/10/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 598/2010 DE 13/10/2010 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA ELIZETE CORREIA DE OLIVEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA.

Extrato de Portaria Nº 627

Extrato de Portaria nº 627

03/11/2010 NOMEIA LEONARDO CASAGRANDE PIAZZA
PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR ESPECIAL.

Extrato de Portaria Nº 628

Extrato de Portaria nº 628

03/11/2010 NOMEIA RENATO CECHINEL PARA OCUPAR O
CARGO DE ANALISTA DE CONTROLE INTERNO DÁ OUTRAS PRO-
VIDÊNCIAS.

Extrato de Portaria Nº 629

Extrato de Portaria nº 629

04/11/2010 RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEM-
PORÁRIO DE ARIEL AURÉLIO BERTAN OCUPANTE DO CARGO DE
MOTORISTA.

Extrato de Portaria Nº 630

Extrato de Portaria nº 630

04/11/2010 ALTERA A CARGA HORÁRIA DA PROFESSORA
JOSIANE SANTOS DA SILVA CANDIDO, DE 20 PARA 40 HORAS SE-
MANAIS, EM SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA MARIA STEINBACK
QUE ENCONTRA-SE AFASTADA POR MOTIVO DE DOENÇA

Extrato de Portaria Nº 631

Extrato de Portaria nº 631

04/11/2010 RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CA-
RATER TEMPORÁRIO DE ORLANDO BETEL OCUPANTE DO CARGO
DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Extrato de Portaria Nº 632

Extrato de Portaria nº 632

04/11/2010 CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MARCIA
KREKOSKI MARCELINO O CARGO DE ZELADORA.

Extrato de Portaria Nº 633

Extrato de Portaria nº 633

04/11/2010 CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOEN-
ÇA AO SERVIDOR DANGELO SORATO OCUPANTE DO CARGO DE
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS.

Extrato de Portaria Nº 634

Extrato de Portaria nº 634

06/11/2010 CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOEN-
ÇA AO SERVIDOR BENTO JOSE DOS SANTOS OCUPANTE DO CAR-
GO DE OPERADOR DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Extrato de Portaria Nº 635

Extrato de Portaria nº 635

08/11/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 048/2010
DE 01/02/2010 QUE NOMEOU CARLOS SWEDER DE ROCCHI VE-
NERIO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTA-
MENTO II

Extrato de Portaria Nº 636

Extrato de Portaria nº 636

09/11/2010 CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOEN-
ÇA A SERVIDORA SUELEN BIZ URBANO OCUPANTE DO CARGO DE
TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

Extrato de Portaria Nº 637

Extrato de Portaria nº 637

09/11/2010 RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CA-
RATER TEMPORÁRIO DE AMANDA BERTAN LEANDRO BONETTI
OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

Extrato de Portaria Nº 638

Extrato de Portaria nº 638

09/11/2010 NOMEIA O SERVIDOR ANDERSON RODRIGUES
SALVADOR PARA SER RESPONSÁVEL PELAS NOTIFICAÇÕES DE
LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS PARA OS PARTIDOS POLI-
TICOS, OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES E AS ENTIDADES
EMPRESARIAIS COM SEDE NO MUNICIPIO DE MORRO DA FUMA-
ÇA.

Extrato de Portaria Nº 639

Extrato de Portaria nº 639

10/11/2010 RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CA-
RATER TEMPORÁRIO DE AMANDA BERTAN LEANDRO BONETTI
OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA

Extrato de Portaria Nº 640

Extrato de Portaria nº 640

10/11/2010 RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEM-
PORÁRIO DE VIVIANE INACIO DA SILVA OCUPANTE DO CARGO
DE TÉCNICO EM PATOLOGIA.

Extrato de Portaria Nº 641

Extrato de Portaria nº 641

10/11/2010 RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CA-
RATER TEMPORÁRIO DE FRANCINE NIERO JACINTHO OCUPANTE
DO CARGO DE OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS ESCO-
LARES.

Extrato de Portaria Nº 642

Extrato de Portaria nº 642

10/11/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 567/2010
DE 23/09/2010 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA MARCELO
SARTOR, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMEN-
TOS.

Extrato de Portaria Nº 643

Extrato de Portaria nº 643

16/11/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 573/2010
DE 29/09/2010 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA REGIANE
JOAO MANOEL, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITA-
RIA DE SAÚDE.

Extrato de Portaria Nº 644

Extrato de Portaria nº 644

16/11/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 272/2007
DE 19/06/2007 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA JUREMA
FRANCISCONI ALBINO, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE
SERVIÇOS GERAIS.

Extrato de Portaria Nº 645

Extrato de Portaria nº 645

16/11/2010 EXONERA A SERVIDORA JUREMA FRANCISCO-
NI ALBINO OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS
GERAIS EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS

Extrato de Portaria Nº 646

Extrato de Portaria nº 646

16/11/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 332/2008 DE 01/08/2008 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA TOMAZ MARTINS, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Extrato de Portaria Nº 647

Extrato de Portaria nº 647

16/11/2010 EXONERA O SERVIDOR TOMAZ MARTINS OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Extrato de Portaria Nº 648

Extrato de Portaria nº 648

19/11/2010 RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORÁRIO DE LUIZA CAETANO BERNARDO OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA.

Extrato de Portaria Nº 649

Extrato de Portaria nº 649

22/11/2011 CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO RENATA TIEKO FRANÇA GOTO PARA O CARGO DE MÉDICO CLINICO GERAL.

Extrato de Portaria Nº 650

Extrato de Portaria nº 650

30/11/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 194/2010 DE 08/02/2010 QUE NOMEOU DJALMA SANTOS ARAÚJO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II

Extrato de Portaria Nº 651

Extrato de Portaria nº 651

30/11/2010 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 489/2010 DE 15/07/2010 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA MARIA ZANELATO VICENTIN MARQUES OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA LEI1277/2008.

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1836/2010

DECRETO Nº 1.836/2010 de 29 de novembro de 2010.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 406/2009;

DECRETA:

Art. 1o - Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), relativo a recursos ordinários, assim consignados:

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.012 - Manut. Transporte escolar ensino fundamental

Elemento de Despesa 3.3.90-01.0001.000000 Aplicações Diretas..... R\$ 13.000,00

TOTAL SUPLEMENTADOR\$ 13.000,00

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 29 de Novembro de 2010.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se

Paial

PREFEITURA MUNICIPAL

Resultado de classificação do edital nº 01/2010, que abre inscrições e baixa normas para seleção de professores visando admissão em caráter temporário

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 01/2010, QUE ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA SELEÇÃO DE PROFESSORES VISANDO A ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

NOME	HABILITAÇÃO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
ROSELENE S.B. LOPES	ESPECIALIZAÇÃO EM PEDAGOGIA	212	1ª
DIRENE SOMAVILLA PICOLLI	ESPECIALIZAÇÃO EM PEDAGOGIA	79,0	2º
MARIA SUELI TONIOLO	ESPECIALIZAÇÃO EM PEDAGOGIA	49,0	3º
LENIR MARIA LIBINO BRAATZ	ESPECIALIZAÇÃO EM PEDAGOGIA	08	4ª
IVETE COLLING BRAATZ	CURSANDO ESPECIALIZAÇÃO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	36,0	5ª
MARCIA CAPELESSO	ENSINO MÉDIO	104,5	6ª
NELSINDA R.S.ROMMEL	ENSINO MÉDIO	75,7	7ª

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

NOME	HABILITAÇÃO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
PAULO DALLA VALLE	ESPECIALIZAÇÃO E LICENCIATURA PLENA EM ED. FÍSICA	132,7	1º
DARLEI FÁTIMA CASTILHOS SOSTER	ESPECIALIZAÇÃO E LICENCIATURA PLENA EM ED. FÍSICA	131,5	2ª
JEFFERSON LUIS BENDER	ESPECIALIZAÇÃO E LICENCIATURA PLENA EM ED. FÍSICA	96.25	3ª

PATRICIA BENDER	ESPECILAIZAÇÃO E LICEN- CIATURA PLENA EM ED. FÍSICA	91,5	4º
-----------------	---	------	----

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO EM ARTES NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

NOME	HABILITAÇÃO	PONTOS	CLASSI- FICAÇÃO
NELSINDA R.S.ROMMEL	ESPECIALIZAÇÃO LICEN- CIATURA PLENA EM ARTES	75.7	1º

Paial, 29 de Novembro de 2010.
MARISTELA CAPELESSO
Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Esportes

LIDACI L.LOPES CROMIANSKI
Prefeita Municipal em Exercício

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 064-2010

DECRETO Nº 064-2010

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 117.820,00 (cento e dezessete mil, oitocentos e vinte reais), de acordo com as especificações seguintes:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.....	R\$ 6.000,00
04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração	R\$ 6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.24 - Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
0301 - SECRETARIA DE FINANÇAS	R\$ 2.000,00
04.123.0012.2.005 - Manutenção da Secretaria de Finanças	R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	R\$ 28.000,00
12.365.0018.2.010 - Manutenção da Educação Infantil	R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
12.361.0018.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental ...	R\$ 17.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
12.361.0018.2.014 - Manutenção do Transporte Escolar.....	R\$ 9.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas	R\$ 9.000,00
0701 - FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	R\$ 3.000,00
08.243.0027.2.021 - Pagamento de Conselheiros Tutelares..	R\$ 3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00
0702 - FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 16.150,00
08.244..0028.2.022 - Atendimento as Famílias Carentes.....	R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
08.241.0028.2.023 - Integração dos Idosos	R\$ 2.150,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 2.150,00
04.244.0028.2.024 - Manutenção do Fundo de Assistência Social....	R\$ 12.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00

0801 - SEC. DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.....	R\$ 44.670,00
15.452.0031.2.027 - Manutenção da Limpeza Pública	R\$ 17.670,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 17.670,00
26.782.0031.2.029 - Manutenção da Secretaria de Obras....	R\$ 25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
17.511.0034.2.036 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água..	R\$ 2.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00

1001 - SECRETARIA DE AGRIC. INDÚSTRIA E COMÉRCIO...	R\$ 5.000,00
20.606.0048.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agricultura.....	R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

1101 - SECRETARIA DE CULT., TURISMO E MEIO AMBIENTE	R\$ 8.000,00
13.392.0051.2.049 - Manutenção da Sec. de Cult., Tur. e Meio Ambiente	R\$ 8.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00

1201 - ENCARGOS GERAIS	R\$ 5.000,00
28.843.0000.0.053 - Amortização da Dívida Interna.....	R\$ 5.000,00
4.6.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 117.820,00 (cento e dezessete mil, oitocentos e vinte reais):

0201 - GABINETE DO PREFEITO	R\$ 1.000,00
04.122.0009.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito...	R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 9.080,00
04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração	R\$ 9.080,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 80,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.24 - Aplicações Diretas.....	R\$ 1.000,00

0401 - SECRETARIA DE FINANÇAS	R\$ 5.090,00
04.123.0012.2.005 - Manutenção da Secretaria de Finanças	R\$ 5.090,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 90,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	R\$ 16.000,00
12.365.0018.2.010 - Manutenção do Ensino Infantil.....	R\$ 2.000,00
12.361.0018.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental...	R\$ 5.000,00
3.3.50.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas.....	R\$ 9.000,00
0601 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER.....	R\$ 21.000,00
27.812.0021.1.018 - Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos.....	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 20.000,00
27.812.0018.2.019 - Apoio ao Esporte Amador	R\$ 1.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

0701 - FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	R\$ 1.000,00
04.243.0027.2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Criança e Adol.	R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

0801 - SEC. DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	R\$ 52.450,00
26.782.0031.1.031 - Pavimentação de Ruas	R\$ 48.350,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 48.350,00
17.511.0034.1.035 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água	R\$ 1.900,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 1.900,00
17.511.0034.1.037 - Melhoramento do Saneamento Básico .	R\$ 200,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas.....	R\$ 200,00
17.511.0034.2.036 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água..	R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00

1001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO .	R\$ 10.000,00
22.661.0048.1.041 - Construção da Fábrica de Laticínios...	R\$ 10.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas..... R\$ 10.000,00

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 2.200,00
04.122.0000.0.052 - Contribuição a Entidades Municipalistas R\$ 2.200,00
3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.200,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 02 de dezembro de 2010.
ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária M. de Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 1462

LEI Nº 1.462, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010
AUTORIZA A CONCESSÃO DE ESTÍMULOS FISCAIS E INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA PLÁSTICOS PINHEIRO PRETO LTDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 136, de 02 de fevereiro de 2007: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, observada a oportunidade e conveniência, autorizado, na forma da Lei Complementar nº 136, de 02 de fevereiro de 2007, a conceder estímulos fiscais e incentivos econômicos à empresa PLÁSTICOS PINHEIRO PRETO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.998.372/0001-59, com sede em Pinheiro Preto, consistente:

I - Estímulos fiscais:

- a) isenção de IPTU sobre o imóvel pelo prazo de 10 (dez) anos;
- b) isenção de taxas e emolumentos municipais incidentes sobre a construção.

II - incentivos econômicos:

- a) execução, sem custo para o beneficiário, dos serviços de terraplenagem;
- b) execução, sem custo, de serviços de reabertura do acesso.

Art. 2º Os benefícios de que trata o art. 1º desta lei serão concedidos para que a empresa amplie seu parque industrial, com investimentos na ordem de R\$ R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), conforme o disposto no Processo Administrativo nº 047/2010.

Art. 3º A empresa beneficiária deverá, em razão dos incentivos econômicos e estímulos fiscais concedidos, cumprir com os seguintes encargos e obrigações:

I - concluir as instalações até fins de março de 2011;

II - gerar no mínimo 10 (dez) novos empregos diretos no primeiro ano de atividade;

III - apresentar faturamento médio de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) mensais.

§ 1º A beneficiária indenizará o Município nos seguintes casos:

I - deixar de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação e contidos no Processo Administrativo Municipal nº 047/2010;

II - prática de sonegação fiscal, fraude ou agressão ambiental;

III - entrar em processo de falência;

IV - extinção ou dissolução da sociedade;

V - transferir, abandonar ou desativar a unidade estabelecida no Município, antes de decorridos 15 (quinze) anos, contados da data da entrada em operação.

§ 2º Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas neste artigo, a beneficiária restituirá aos cofres públicos municipais o valor correspondente aos benefícios obtidos através da presente lei, devidamente corrigidos e acrescidos de juros legais, sem prejuízo das demais cominações previstas na Lei Complementar Municipal nº 136, de 02 de fevereiro de 2007.

Art. 4º A empresa beneficiária deverá manter regularidade fiscal federal, estadual e municipal, seguridade social e fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 30 de novembro de 2010.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.463, de 30 de Novembro de 2010.

LEI Nº 1.463, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A PRESENTAR AGENTES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, A EFETUAR DESPESAS COM AS COMEMORAÇÕES NATALINAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe Poder Executivo, autorizado a presentear, com a entrega de um "brinde", os agentes públicos da Administração Direta e Indireta, abrangidos os servidores nomeados em caráter efetivo e em comissão; os contratados em caráter temporário, incluídos os agentes de saúde; os servidores estaduais que vêm desempenhando funções no Município; e os membros do Conselho tutelar da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado, através do Chefe do Poder Executivo, a realizar gastos com a compra de brinquedos para distribuição às crianças de 0 (zero) a 10 (dez) anos

de idade, com festejos que o Município promoverá alusivos ao natal 2010, com a distribuição de lanches e refrigerantes para cada participante dos festejos e com a compra de material e serviços de iluminação e ornamentação da cidade alusivos ao Natal 2010.

Parágrafo único. Os gastos para os fins do disposto nos artigos 1º e 2º desta lei ficam limitados em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no atual orçamento.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.457, de 30 de Novembro de 2010.

LEI Nº 1.457, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 51.739,10 (Cinquenta e um mil, setecentos e trinta e nove reais e dez centavos) para atender a seguinte programação:

02	CHEFIA DO EXECUTIVO
0202	Secretaria de Educação
0202.12	Educação
0202.12.361	Ensino Fundamental
0202.12.361.0008	Educação Básica
0202.12.361.0008.2028	Recursos para APP
33500000	Aplicações Diretas R\$ 2.739,10
Fonte de Recursos 00	

02	CHEFIA DO EXECUTIVO
0201	Secretaria de Administração e Planejamento
0201.04	Administração
0201.04.122	Administração Geral
0201.04.122.0002	Administração e Planejamento
0201.04.122.0002.2005	Contribuições a entidades municipalistas
33500000	Aplicações Diretas R\$4.000,00
Fonte de Recursos 00	

02	CHEFIA DO EXECUTIVO
0201	Secretaria de Administração e Planejamento
0201.27	Desporto e Lazer
0201.27.813	Lazer
0201.27.813.0007	Lazer Coletivo
0201.27.813.0007.2022	Despesas com Festividades do Município
33900000	Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Fonte de Recursos 00	

02	CHEFIA DO EXECUTIVO
0201	Secretaria de Administração e Planejamento
0201.27	Desporto e Lazer

0201.27.812	Lazer
0201.27.812.0006	Lazer Coletivo
0201.27.812.0006.2018	Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas
33900000	Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 00	

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 51.739,10 (Cinquenta e um mil, setecentos e trinta e nove reais e dez centavos):

02	CHEFIA DO EXECUTIVO
0202	Secretaria de Educação
0202.12	Educação
0202.12.306	Alimentação e Nutrição
0202.12.306.0013	Merenda Escolar
0202.12.306.0013.2043	Programa Merenda Escolar
33900000	Aplicações Diretas R\$ 6.739,10
Fonte de Recursos 00	

02	CHEFIA DO EXECUTIVO
0202	Secretaria de Educação
0202.12	Educação
0202.12.361	Ensino Fundamental
0202.12.361.0008	Educação Básica
0202.12.361.0008.1032	Obra Reforma Mini Ginásio Centro Educacional
44900000	Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 00	

02	CHEFIA DO EXECUTIVO
0202	Secretaria de Educação
0202.12	Educação
0202.12.365	Educação Infantil
0202.12.365.0011	Educação Infantil
0202.12.365.0011.2039	Reforma das dependências da Pré-Escola e Creche
44900000	Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 00	

02	CHEFIA DO EXECUTIVO
0202	Secretaria de Educação
0202.12	Educação
0202.12.365	Educação Infantil
0202.12.365.0011	Educação Infantil
0202.12.365.0011.1040	Aquisição de Imóveis
44900000	Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 00	

02	CHEFIA DO EXECUTIVO
0204	Secretaria de Transportes e Urbanismo
0204.15	Urbanismo
0204.15.452	Serviços Urbanos
0204.15.452.0016	Serviços Urbanos
0204.15.452.0016.2053	Manutenção da Limpeza Pública
33900000	Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 00	

02	CHEFIA DO EXECUTIVO
0201	Secretaria de Administração e Planejamento
0201.04	Administração
0201.04.122	Administração Geral
0201.04.122.0002	Administração e Planejamento
0201.04.122.0002.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito
33900000	Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.458, de 30 de Novembro de 2010.

LEI Nº 1.458, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), para atender a seguinte programação:

09	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0901	Fundo Municipal de Saúde
0901.10	Saúde
0901.10.301	Atenção Básica
0901.10.301.0021	Saúde Básica
0901.10.301.0021.2071	Aplicação dos Recursos Saúde da Família
31900000	Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0112.10	

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal da Saúde, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais):

09	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0901	Fundo Municipal de Saúde
0901.10	Saúde
0901.10.301	Atenção Básica
0901.10.301.0021	Saúde Básica
0901.10.301.0021.1081	Aquisição de Imóveis
44900000	Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1456

LEI Nº 1.456, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010
DENOMINA NOME DE RUA "TRANQUILO VIAN", NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, III da Lei Orgânica do Município: Faz saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica denominada Rua Tranquilo Vian, a Rua que dá acesso à empresa Papel Tangará Ltda, que tem início na Rodovia Pinheiro Preto à Iomerê, iniciando no terreno de propriedade de Arlindo

Beal, e que vai até o seu final, na entrada da empresa Papel Tangará Ltda (VIMEPEL), no Bairro Britador, em Pinheiro Preto - SC.

Art. 2º- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a mandar confeccionar e instalar a placa relativa à denominação de que trata o artigo anterior.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto (SC), 26 de novembro de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1461

LEI Nº 1.461, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010

AUTORIZA A CONCESSÃO DE ESTÍMULOS FISCAIS À EMPRESA "ENGARRAFAMENTO DE BEBIDAS MJ LTDA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 136, de 02 de fevereiro de 2007: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, observada a oportunidade e conveniência, autorizado, na forma da Lei Complementar nº 136, de 02 de fevereiro de 2007, a conceder estímulos fiscais à empresa ENGARRAFAMENTO DE BEBIDAS MJ LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 85.219.921/0001-00, com sede na Linha Frigeri, Pinheiro Preto, consistentes na:

- I - isenção de impostos municipais pelo prazo de 10 (dez) anos;
- II - isenção de taxas e emolumentos municipais incidentes sobre a construção.

Art. 2º Os benefícios de que trata o art. 1º desta lei serão concedidos para fins de incentivo à empresa beneficiária na construção de parque industrial para engarrafamento de água mineral, com investimento orçado em R\$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil reais), na forma do disposto no Processo Administrativo de Expediente nº 044/2010.

Art. 3º A empresa beneficiária deverá, em razão dos estímulos fiscais concedidos, cumprir com os seguintes encargos e obrigações:

- I - iniciar suas atividades até fins de março de 2011;
- II - gerar no mínimo 05 (cinco) novos empregos diretos no primeiro ano de atividade;
- III - a partir do sexto mês de funcionamento, produzir mensalmente a quantia de 50.000 (cinquenta mil) garrafas de 5 litros e 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) garrafas de 500 ml de água mineral.

§ 1º A beneficiária indenizará o Município nos seguintes casos:

- I - deixar de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação e contidos no Processo Administrativo Municipal nº 044/2010;

II - prática de sonegação fiscal, fraude ou agressão ambiental;

III - entrar em processo de falência;

IV - extinção ou dissolução da sociedade;

V - transferir, abandonar ou desativar a unidade estabelecida no Município, antes de decorridos 15 (quinze) anos, contados da data da entrada em operação.

§ 2º Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas neste artigo, a beneficiária restituirá aos cofres públicos municipais o valor correspondente aos benefícios obtidos através da presente lei, devidamente corrigidos e acrescidos de juros legais, sem prejuízo das demais cominações previstas na Lei Complementar Municipal nº 136, de 02 de fevereiro de 2007.

Art. 4º A empresa beneficiária deverá manter regularidade fiscal federal, estadual e municipal, seguridade social e fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.287, de 29 de Novembro de 2010.

DECRETO Nº 3.287, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme artigo 16º da Lei Municipal nº 1.390 de 10 de Novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

02	CHEFIA DO EXECUTIVO
0202	Secretaria da Educação
0202.12	Educação
0202.12.361	Ensino Fundamental
0202.12.361.0008	Educação Básica
0202.12.361.0008.2027	Manutenção do Transporte Escolar
33900000	Aplicações Diretas R\$ 30.0000,00
Fonte 0161.55	

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado até 31 de Outubro de 2010 na fonte de recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar PNATE, aplicação em outras despesas com Transporte Escolar (Recurso Estadual).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 29 DE NOVEMBRO DE 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.288, de 29 de Novembro de 2010

DECRETO Nº 3.288, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010

FIXA ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE TRIBUTOS VENCIDOS PARA PAGAMENTO NO MÊS DE DEZEMBRO/2010.

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 007/2010 - FUNSAN (Retificado)

Extrato de Contrato Nº 007/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação nº 016/2010

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos de engenharia para operação, manutenção hidráulica e eletromecânica e melhorias do sistema de abastecimento de água do Município de Porto Belo, na forma devidamente especificada no ANEXO I - Termo de Referência, que deverão ser desenvolvidos de acordo com as normas e legislação vigentes e dentro das melhores técnicas aplicáveis à atividade, observadas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como as determinações fixadas pela Agência Nacional de Águas - ANA e a nova política nacional de saneamento básico nos municípios.

Contratado: CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO
Prazo de vigência: A vigência deste Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, iniciando na data da emissão da ordem de serviços nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O valor global: O valor estimado é de R\$ 2.109.000,00 (dois milhões e cento e nove mil reais), estimados para o período de vigência deste contrato.

Data e assinatura do contrato: 03 de novembro de 2010.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 009/2010 - FUNSAN (RETIFICADO)

Extrato de Contrato Nº 009/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Concorrência Pública nº 003/2010

Objeto: O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO; COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE; TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE PRODUTOS QUÍMICOS, TÓXICOS, E PERIGOSOS CLASSE I DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CONFORME ESPECIFICADO NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 34/2010, DOCUMENTO EM ANEXO, PARTE INTEGRANTE DESTES CONTRATO.

Contratado: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

Prazo de vigência: O contrato terá duração de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 57 da Lei 8.666/93.

O valor global: O valor global previsto deste contrato é de R\$ 2.821.862,80 (Dois milhões, duzentos e vinte e um mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos), sendo que R\$ 94.062,04 (Noventa e quatro mil e sessenta e dois reais e quatro

centavos), para o corrente exercício.
Data e assinatura do contrato: 23 de novembro de 2010.

ALBERT STADLER
Prefeito

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Edital de Pregão Presencial 001/2010 IMPRESS

IMPRESS - Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 002/2010
Extrato de Edital de Pregão Presencial 001/2010
O IMPRESS - Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais de Porto União e o Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto o Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Aquisição de telhas de barro, goivas de barro, manta térmica e chapas de compensado. Recebimento dos envelopes e do credenciamento será no dia 15 de Dezembro de 2010 às 10h00min, na Prefeitura Municipal, com início da sessão às 10:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e cópia do Edital poderão ser retiradas na Av. Getúlio Vargas, 228, Centro, cidade e comarca de Porto União, SC. Fone(042)3523-2632

Porto União, 01 de Dezembro de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ADELIA SALETE DE OLIVEIRA
Presidente Eleita

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Municipal nº 5.066/2010

LEI Nº 5.066, de 09 de novembro de 2010.
"ESTABELECE CONTRA PARTIDA DAS PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE OCUPAM IMÓVEL OBJETOS DE CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE USO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA INSTALAÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica determinada a colocação de placa identificativa como contra partida das pessoas físicas e jurídicas que ocupam imóvel público de propriedade do Município de Rio do Sul através de concessão, cessão, permissão de uso, nos termos da presente lei.
Art. 2o - A placa identificativa deverá anunciar que o imóvel pertence ao Município de Rio do Sul e que foi cedido ou permitido o uso, devendo ainda mencionar a lei que autorizou a concessão, cessão ou permissão e a respectiva data de publicação da mesma.

Parágrafo único. Não havendo lei autorizativa, nas hipóteses em que ela não é exigida, a placa deverá informar que há termo de permissão e/ou autorização e a data de assinatura do mesmo.
Art. 3o - As placas deverão ser fixadas na frente do imóvel, em local visível, próximo a porta principal ou de entrada
Parágrafo único. Nas permissões de uso de espaços internos, tais como ginásios ou quadras de esporte, a placa deverá ser fixada em local visível ao público, neste caso, podendo ser confeccionada em cartaz de papel acondicionada em moldura de quadro.
Art. 4o - As placas indicativas deverão ser confeccionadas em material plástico ou metal e ter no mínimo 20 cm de altura por 40 cm de comprimento, conforme modelo anexo da presente Lei.
Art. 5o - As despesas de confecção das placas serão suportadas pela entidade ou pessoa beneficiária como contra partida da concessão, cessão ou permissão de uso.
Art. 6o - Os beneficiários terão o prazo de 180 dias para se adequarem aos ditames desta Lei a contar da data de sua publicação, independente de notificação ou aviso.
Art. 7o - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO Prefeito Municipal
09 de novembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.067/2010

LEI Nº 5.067, de 09 de novembro de 2010.
"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR TRANSPARÊNCIA NO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE SUAS OBRAS PÚBLICAS."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica autorizado o Executivo Municipal a publicar em seu site institucional na internet o cronograma da execução de todas as obras públicas municipais, contendo:
I - Dados gerais da obra (Local, Tipo, Valor Geral Orçado, Espécie de Convênio);
II - Dados da Empreiteira (Nome, Razão Social, Contato Telefônico, Localidade);
III - Fase da obra, andamento dos procedimentos e local na secretaria onde está tramitando o projeto;
IV - Fotos das obras em andamento.
Art. 2o - As informações deverão ser atualizadas semanalmente até a sua conclusão.
Art. 3o - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO Prefeito Municipal
09 de novembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.068/2010

LEI Nº 5.068, de 09 de novembro de 2010.
"INSTITUI A SEMANA DE INCENTIVO AO JOVEM EMPREENDEDOR E O DIA DO EMPREENDEDOR NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica instituída no âmbito do município de Rio do Sul a Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor, a ser comemorada

anualmente na primeira semana do mês de agosto, passando a integrar o Calendário Oficial de Eventos da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico de Rio do Sul.

Parágrafo único. A Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor deverá priorizar atividades que incentivem a prática empreendedora, tais como: palestras, seminários, reuniões, oficinas de trabalhos e demais eventos que promovam a difusão do espírito empreendedor e fortaleçam ações de entidades do município.

Art. 2º - Fica instituído, no âmbito municipal, o dia 12 de agosto como o Dia do Empreendedor, passando a constar do Calendário Oficial do Município.

I - Na segunda-feira que antecede a data do caput, será entregue, em Sessão Ordinária, com caráter Solene, a Comenda Jovem Empreendedor do Ano, escolhida pelas seguintes entidades, grupos e núcleos de jovens empreendedores abaixo relacionados:

- a) Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul - ACIRS;
- b) Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul - CDL;
- c) Câmara Junior de Rio do Sul - JCI;
- d) Rotary Club de Rio do Sul;
- e) Lions Club de Rio do Sul.

II - Os critérios de escolha são definidos pelas entidades envolvidas, baseando a escolha em jovens de 16 a 35 anos, que mostraram no último ano características empreendedoras, promoveram desenvolvimento comunitário e desempenharam destaque em suas atividades laborais ou empresariais.

III - As entidades mencionadas no inciso II deste artigo deverão reunir-se e, em consenso, enviar através de ofício à Câmara de Vereadores o nome do jovem escolhido, acompanhado do histórico empreendedor, bem como da ata de reunião da escolha, até o dia 1º de julho.

IV - A Câmara de Vereadores ao receber ofício deverá homologar, através de Decreto Legislativo, o nome do jovem escolhido.

Art. 3º - A divulgação oficial do empreendedorismo tem por objetivo:

I - Mostrar a importância da livre iniciativa e das profissões autônomas, assim como o nascimento das microempresas e a possibilidade de conseguir planejar seu próprio negócio.

II - A capacitação para a descoberta vocacional pelo espírito empreendedor.

III - Mostrar como as leis do mercado podem oferecer oportunidades de gerar empregos e renda para quem souber aproveitá-las.

IV - Criar discernimento para a sociedade que o jovem tem condições de gerar emprego, renda e desenvolvimento, enaltecendo quem já é um jovem empreendedor ou empresário pelo seu arrojado, inovação e destaque no mercado de trabalho, incentivando outros jovens a seguirem o mesmo caminho.

Art. 4º - A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo fica autorizada a dispor de dotação orçamentária para a Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor de Rio do Sul, que poderá organizá-la com a parceria de entidades do município vinculadas ao âmbito do empreendedorismo.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Fica revogada a Lei nº 4.985, de 04 de maio de 2010.

GABINETE DO Prefeito Municipal

09 de novembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.605/2010

LEI Nº 5.065, de 26 de outubro de 2010.

“DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DE EVENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica regulamentado que em todos os materiais de divulgação e publicidade de eventos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul seja reservado pelo menos 10% do espaço para campanhas educativas voltadas para saúde pública.

Parágrafo único. Os materiais referentes ao caput são:

I - panfletos;

II - flyers;

III - banners

IV - calendário de eventos

V - outdoors; e

VI - painéis que envolvam produtos gráficos.

Art. 2º - Os espaços devem ser direcionados às campanhas sobre o consumo de bebidas alcoólicas, cigarro e uso de drogas ilícitas como o crack, de acordo com a maior incidência e preocupação sazonal dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais referentes à juventude e saúde coletiva.

Parágrafo único. O espaço deverá ser apropriado com uma abordagem criativa, inteligente e jovem.

Art. 3º - SUPRIMIDO

Art. 4º - Os eventos promovidos por terceiros, patrocinados ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul, deverão disponibilizar o mesmo espaço de campanha educativa em seus materiais de divulgação.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO Prefeito Municipal

26 de outubro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 1342/RH

PORTARIA Nº. 1342/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 103, da Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a partir de 02/12/2010, o servidor Ricardo Elias, matrícula n. 31518/02, ocupante do cargo de Provimento efetivo Guarda Municipal, nomeado pela Portaria n. 034/RH de 21/01/2008, com posse em 25/02/2008.

Parágrafo único. A Exoneração é decorrente pelos seguintes fatos:
- Não aprovação no Estágio Probatório, conforme Relatório Final formalizado pelo Comitê Técnico de Estágio Probatório, no Processo Administrativo n. 010/2010;

- Transgressão aos Arts. 89, incisos I, III, IX e X e 90, incisos I, IX, XVI, XVII e XIX, da Lei Complementar citada acima, no Relatório Final da Comissão de Inquérito Administrativo n. 014/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de Novembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria Nº. 1343/RH

PORTARIA Nº. 1343/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º O servidor Leandro da Silva Ferreira, matrícula n. 28100/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2009, referente ao triênio 2006 a 2009.

Art. 2º Com fundamento ao disposto no Art. 35 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010 c/c o Art. 59, da Lei Complementar nº 099 de 24 de abril de 2003, Art. 6º, § 2º, inciso VI, do Decreto nº 399 de 05 de outubro de 2004 e processo n.123310/2010, fica concedida a primeira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de janeiro de 2010.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2010.

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Extrato de Edital 61/2010 FMS

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 61/2009 FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE 300 CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER NECESSIDADE DOS BOLSISTAS DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE AUXÍLIO AO DESEMPREGO (PEAD) QUE ATUAM NESTA SECRETARIA.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 14/12/2010, às 08:00 horas.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:00h do dia 14/12/2010.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Dieison Fernando Marquez Telefone: (47) 3531-1437
e-mail: sau.compras@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Divisão de Recursos Humanos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 40.01.2.078.3.3.90.00.00.00.00 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O edital na íntegra pode ser obtido no site www.riodosul.sc.gov.br no link Licitações - Editais da Secretaria de Saúde. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul - SC, ou fax (47) 3531-1427, encaminhando preenchido o anexo 06, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

Pregão Presencial 130/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2010

OBJETO: Contratação de empresa especializada em elaboração e aplicação de concurso público.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 14/12/2010, às 08:00h. no endereço abaixo, na sala de licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 14/12/2010, no endereço abaixo, na sala de licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 30 de novembro de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

POLÍTICA de INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO 2011

FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
FAP

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – EXERCÍCIO 2011
(RESUMO)

1. Objetivo

1. OBJETIVO – Estabelecer política com as diretrizes gerais para a gestão de investimentos do FAP no exercício 2011.

2. ORIENTAÇÃO DA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS:

2.1. Objetivos da gestão de alocação – Garantir o equilíbrio de longo prazo entre o ativo e passivo do FAP através do alcance da taxa da meta atuarial composta pela variação do INPC acrescidos de juros de 6% ao ano.

2.2. Tipo de Gestão – Gestão mista, ou seja, por carteira própria e por instituição(s) financeira(s) credenciada(s) junto ao FAP.

2.3. Segmentos de Aplicação – Segmentos de aplicação utilizados:

- Segmento de Renda Fixa;
- de Renda Variável.

3. FAIXAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: _____

Segmento	Limite Mínimo	Ponto Ótimo	Limite Superior	Limite Res. 3790/09
Renda Fixa			100%	100%
Títulos Públicos Federais	20%		100%	100%
FI exclusivo TPF			100%	100%
Operações Compromissadas			15%	15%
FI referenciado RF			80%	80%
FI / FIC previdenciário.			80%	80%
FI de renda fixa			30%	30%
Poupança com RATING de baixo risco de crédito.	-	-	20%	20%
FIDC abertos com RATING baixo risco crédito.			15%	15%
FIDC fechados com RATING baixo risco crédito.			5%	5%

Renda Variável		30%	30%
FI / FIC previdenciário classificado como ações		30%	30%
FI de índices referenciado em ações		20%	20%
FI em ações		15%	15%
FI MULTIMERCADO		5%	5%
FI em participações		5%	5%
FI imobiliário		5%	5%

3.1 – Segmento de Renda Fixa:

Os recursos financeiros do FAP poderão ser aplicados no segmento de renda fixa em:

I – Até 100% (cem por cento) em:

- Títulos Públicos Federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);
- Cotas de Fundos de Investimentos (FI) cujas carteiras sejam compostas por Títulos Públicos Federais, conforme definido alínea "a";

II – Até 15% (quinze por cento):

- Operações Compromissadas lastreadas exclusivamente em títulos públicos federais emitidos pelo Tesouro Nacional;

III – Até 80% (oitenta por cento) em:

- Cotas de fundos de investimentos referenciados em indicadores de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;
- Cotas de fundos de investimentos previdenciários classificados como renda fixa ou referenciados em indicadores de desempenho renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

IV – Até 20% (vinte por cento) em:

- Depósitos de poupança com RATING de baixo risco de crédito;

V – Até 30% (trinta por cento) em:

- Cotas de fundos de investimentos de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

VI – Até 15% (quinze por cento) em:

- Cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto com RATING de baixo risco de crédito;

VII – Até 5% (cinco por cento) em:

- Cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado, com RATING de baixo risco de crédito;

3.2 – Segmentos de Aplicação – Fundos de Renda Variável:

Os recursos financeiros do FAP poderão ser aplicados no segmento de renda variável em:

I – Até 30% (trinta por cento) em:

- Cotas de fundos de investimentos previdenciários classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

II – Até 20% (vinte por cento) em:

- Cotas de fundos de investimentos em índices referenciados em ações, negociadas na Bolsa de Valores, admitindo-se exclusivamente os índices IBOVESPA, IBRX e IBRX-50;

III – Até 15% (quinze por cento) em:

- Cotas de fundos de investimentos em ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem sua carteira estejam previstos no âmbito dos índices previstos no inciso anterior;

IV – Até 5% (cinco por cento) em:

- Cotas de fundos de investimentos classificados como MULTIMERCADO, constituídos sob a forma de condomínio aberto sem alavancagem, cumulativo com o limite do inciso II;

V – Até 5% (cinco por cento) em:

- Cotas de fundos de investimentos em participações, constituídos sob a forma de condomínio fechado, cumulativo com o limite do inciso II;

VI – Até 5% (cinco por cento) em:

- Cotas de fundos de investimentos imobiliários, com cotas negociadas na Bolsa de Valores;

4. CENÁRIO – A definição estratégica para alocação nos segmentos propostos foi feita com base para os próximos 12 meses.

5. DIRETRIZES PARA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS:

5.1. Seleção dos Investimentos – O FAP efetuará suas aplicações através de fundos mútuos de investimentos abertos ou fechados, no segmento de renda fixa e no segmento de renda variável, objetivando superar a meta atuarial anual.

5.2. Restrições por Emissores – O FAP segue os limites definidos pela legislação vigente do RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social.

5.3. Controle de Risco de Crédito – Normativos legais aplicáveis aos investimentos de RPPS e nos investimentos em poupança e nos FIDCS e FICFDCS somente naqueles fundos com "RATING" mínimo "A", atribuídos por agência de classificação em funcionamento no país.

5.4. Seleção dos Gestores para Aplicação dos Fundos – Seleção com base nos critérios quantitativos e qualitativos indicados com respectiva apreciação Conselho de Administrativo do FAP:

Critérios qualitativos

- Segurança;
- Rentabilidade;
- Solvência;
- Liquidez;
- Transparência
- Solidez e imagem da instituição;
- Volume de recursos administrados;
- Experiência na gestão de recursos;
- Qualidade da equipe;
- Qualidade do atendimento da área de relacionamento.

Critérios quantitativos

Desempenho dos fundos sob gestão da instituição, na modalidade desejada pelo FAP, em bases de retorno ajustado por risco, por um período mínimo de 12 meses, exceto os novos produtos financeiros lançados pelo Mercado Financeiro voltados para os RPPS e na adequação de seu regulamento à Política de Investimentos em vigor e também na análise da carteira x taxa de administração cobrada.

5.5. Quantidade de instituições financeiras – O FAP poderá aplicar os recursos financeiros em até dez (10) instituições financeiras, não podendo, entretanto, nenhum gestor receber mais do que 25% (vinte por cento) do total dos recursos financeiros do FAP à exceção da (a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL e BANCO DO BRASIL S/A, a (o) qual poderá receber um máximo de 100% do total dos recursos, por ser instituição financeira pública e sob controle direto da União.

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – Os investimentos serão

avaliados mensalmente, além das medições trimestrais, semestrais e anuais definidas pelo Conselho Administrativo.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A vigência da presente Política de Investimentos terá validade até 31 de dezembro de 2011, devendo ser revisada anualmente pelo Conselho Administrativo, cumprida a legislação em vigor, entrando em vigor a partir de janeiro de 2011.

Rio do Sul/SC, 24 de novembro de 2010.

Conselho de Administração do FAP.

Conselho Fiscal do FAP.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.910, de 1º de Dezembro de 2010.

LEI Nº 1.910, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a permissão de serviço público, para exploração e administração do Terminal Rodoviário do Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, na qualidade de Poder Permitente, a outorgar, mediante licitação pública, sob a modalidade de concorrência, a permissão de serviço público, para exploração e administração do Terminal Rodoviário do Município de São Lourenço do Oeste, pelo prazo de 04 (quatro) anos.

§ 1º O permissionário deverá comprovar, no certame licitatório, a titularidade de imóvel, localizado neste Município, destinado a implantação do Terminal Rodoviário, contendo as seguintes características:

- I - Área Total: 800 m²;
- II - Área de Pátio: 250 m²;
- III - Área coberta para embarque e desembarque;
- IV - Sanitários;
- V - Área destinada aos guarda-volumes;
- VI - Área destinada à lanchonete;
- VII - Área destinada a instalação de, no mínimo, três boxes para comercialização de passagens.

§ 2º A permissão sujeitar-se-á à fiscalização pelo poder permitente, com a cooperação dos usuários.

§ 3º. O Município publicará, previamente ao edital de licitação, justificativa quanto à conveniência da outorga da permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

- I - Poder permitente: Município de São Lourenço do Oeste;
- II - Permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Art. 3º A permissionária que irá explorar e administrar o Terminal Rodoviário de São Lourenço do Oeste responsabilizar-se-á pelo seu eficaz funcionamento, segundo as normas e critérios a serem expedidos pelo Poder Executivo Municipal e por meio do competente

edital licitatório, bem como pelo pagamento dos tributos que venham a incidir sobre as suas atividades, além das incumbências e encargos previstos no edital licitatório e no contrato de permissão.

Art. 4º Para remuneração da permissionária pela exploração do Terminal Rodoviário de São Lourenço do Oeste, serão consideradas as receitas provenientes de:

- I - Tarifa de embarque;
- II - Tarifa de estacionamento;
- III - Receitas para utilização de sanitários, guarda-volumes e outros serviços prestados aos usuários;
- IV - Receitas de aluguéis de espaços comerciais.

Art. 5º A tarifa do serviço público permitido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e homologada por Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. As tarifas, previstas em contrato de licitação, serão reajustadas anualmente, com base no IGPM acumulado nos últimos doze meses, e homologadas por Decreto do Executivo.

Art. 6º A permissão dos serviços de exploração e administração do Terminal Rodoviário de São Lourenço do Oeste pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

Parágrafo único. Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Art. 7º Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, é direito e obrigações dos usuários do Terminal Rodoviário de São Lourenço do Oeste:

- I - Receber serviço adequado;
- II - Receber do Município e da permissionária informação para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- III - Levar ao conhecimento do poder público e da permissionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- IV - Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela permissionária na prestação do serviço.

Art. 8º Incumbe à permissionária a execução do serviço permitido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao Município, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.

§ 1º Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a permissionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

§ 2º Os contratos celebrados entre a permissionária e os terceiros a que se refere o parágrafo anterior reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o Poder Permitente.

Art. 9º A transferência da permissão do Terminal Rodoviário de São Lourenço do Oeste ou do controle societário da permissionária sem prévia anuência dos Poderes Executivo e Legislativo implicará a caducidade da permissão.

Parágrafo único. Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá:

- I - Atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e
- II - Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

Art. 10. Incumbe ao Município:

- I - Regular o serviço permitido e fiscalizar a sua prestação;

II - Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
III - Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;
IV - Extinguir a permissão, nos casos previstos nesta Lei e na forma prevista no contrato;
V - Homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;
VI - Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;
VII - Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;
VIII - Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio-ambiente e conservação.

Art. 11. No exercício da fiscalização, os agentes fiscais municipais terão acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da permissionária do Terminal Rodoviário de São Lourenço do Oeste.

Parágrafo único. A fiscalização do serviço será feita por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 12. Incumbe à permissionária do Terminal Rodoviário de São Lourenço do Oeste:

I - Prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;
II - Prestar contas da gestão do serviço ao Município e aos usuários, nos termos definidos no contrato;
IV - Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;
V - Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às instalações e documentos integrantes do serviço;
VI - Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela permissionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela permissionária e o Município de São Lourenço do Oeste.

Art. 13. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 14. As disposições previstas na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, aplicam-se subsidiariamente à permissão de serviço público, objeto desta Lei.

Art. 15. Fica revogada a Lei nº 1.444, 30 de dezembro de 2003.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 1º de dezembro de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.911, de 1º de Dezembro de 2010.

LEI Nº 1.911, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010.

Altera a faixa de domínio das vias SCT - 480 e SCT - 468, localizadas nos acessos sul e leste, respectivamente, do Município de São Lourenço do Oeste - SC, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a denominação do trecho da SCT 480

correspondente à continuidade da Rua Tiradentes, iniciando no acesso ao Centro de Saúde - Unidade Básica São Francisco (Rua Osvaldo Santin), a partir das coordenadas UTM E=31669,4249 m e N=7083745,2476 m, seguindo até a Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ, onde finaliza nas coordenadas UTM E = 3174564463 e N = 7082882,7805 m, passando a denominar-se Acesso Leste.

Art. 2º Fica alterada a denominação da SCT 468, partindo da Sede do Corpo de Bombeiros Comunitários, em coordenadas UTM E = 315578,8639 m e N = 7082416,5921 m, seguindo até o Trevo do CTG - Amizade Sem Fronteiras, finalizando nas coordenadas UTM E= 313992,8358 e N = 7081464,7402, passando a denominar-se Acesso Sul.

Art. 3º Fica alterada a faixa de domínio da SCT 480 acesso Leste, e da SCT 468 Acesso Sul, de 35m a partir do Eixo da Rodovia, para 15m do Eixo da Rodovia.

Parágrafo único. A faixa de domínio, de que trata o caput, deve respeitar as seguintes características físicas: afastamento da edificação a partir do eixo - 15,00 metros e afastamento do muro a partir do eixo - 9,00 metros.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 1º de dezembro de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.912, de 1º de Dezembro de 2010.

LEI Nº 1.912, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010.

Institui o dia 25 de Julho como o dia Municipal de Cultura e da Paz, bem como, adota a Bandeira da Paz.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o Dia Municipal da Cultura e da Paz, a ser comemorado simultaneamente no dia 25 de julho de cada ano, e ao mesmo tempo é adotada a Bandeira da Paz, nos moldes da idealizada pelo poeta de Nicholas K. Roerich.

Art. 2º Neste dia, em todo o Município haverá realização de atividades artísticas, científicas, religiosas e culturais como grande confraternização. As escolas, bibliotecas, prédios e repartições, instituições educacionais, culturais ou artísticas e outros próprios públicos, deverão hastear a Bandeira da Paz, realizando-se cerimônias alusivas ao dia.

Art. 3º A Bandeira da paz, que tem 0,85m de altura por 1,40m de comprimento, confeccionada em pano branco terá no centro um círculo de cor vermelho-púrpura cujo aro medirá 0,10m de altura e terá 0,60 de diâmetro, a iniciar na parte externa, tendo dentro dele, no centro sobre o fundo branco três esferas de vermelho-púrpura, colocada em triângulo ascendente, cada uma com raio de 0,12m de diâmetro.

Art. 4º Na mesma data a Câmara Municipal de Vereadores estará realizando sessão especial, podendo homenagear entidade do município que tenha realizado trabalho expressivo em favor da promoção da Paz e da Cultura.

Parágrafo único - A data que se refere o caput deste artigo para a realização de sessão especial, poderá ser alterada para melhor adaptar os trabalhos legislativos.

Art. 5º Será composta uma comissão de nove membros para dar

cumprimento e fiscalizar a aplicação desta Lei, especialmente no que dispõem sobre a cerimônia de comemoração do Dia Municipal da Cultura e da Paz, do hasteamento da Bandeira da Paz e da escolha da entidade que será homenageada pelo trabalho realizado em favor da Cultura e da Paz.

Parágrafo único - A comissão de que trata o caput deste artigo será composta por:

- a) um representante do Executivo Municipal;
- b) um representante da Câmara Municipal de Vereadores;
- c) um representante do Poder Judiciário;
- d) um representante da Polícia Militar;
- e) um representante da Polícia Civil;
- f) um representante do Corpo de Bombeiros;
- g) três representantes da Sociedade Civil Organizada.

Art. 6º Os membros da comissão serão indicados pelas entidades e nomeados pelo prefeito municipal até 90 dias antes da realização das atividades alusivas a comemoração do Dia Municipal da Cultura e da Paz.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 1º de dezembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.132, de 30 de Novembro de 2010.

DECRETO Nº 4.132, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

Altera o Decreto nº 4.131, de 26 de Novembro de 2010 que dispõe sobre a proibição aos servidores públicos municipal e agentes políticos, o deslocamento temporário do território municipal, a serviço do município, por período igual ou superior a 06 (seis) horas, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O Parágrafo único, do Art. 1º, do Decreto nº 4.131, de 26 de Novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ar

t.1º

Parágrafo único. Excetua-se da proibição expressa no caput, o Prefeito Municipal, a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social”.

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 4.131, de 26 de Novembro de 2010 permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de novembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 128/2010

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 17/12/2010, às 9:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2010, TOMADA DE PREÇOS Nº 17 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA PARA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DO PASSEIO PÚBLICO DA CRECHE DO BAIRRO CRUZEIRO, COM ÁREA TOTAL DE 684,71M²..

Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 129/200

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 15/12/2010, às 9:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2010, PREGÃO PRESENCIAL Nº 70 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ESCOLAS BÁSICAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 130/2010

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 15/12/2010, às 14:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2010, PREGÃO PRESENCIAL Nº 71 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA PARA UTILIZAÇÃO DAS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Extrato de Dispensa de Licitação 127/2010

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

OBJETO: OBJETO: LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA INSTALAÇÃO DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA PARA NÚCLEO DE TECNOLOGIAS MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Valor: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Fundamento: Artigo 24, inciso X, da Lei n. 8.666/93.

Vigência: 31 de dezembro de 2010, com a possibilidade de prorrogação, de acordo com o art. 57, II, da Lei 8.666 de 1993.

Contratada: CELIO ARMANDO JANCZESKI - CPF 462.861.609-49
Recursos Orçamentários: 2.014.3390.00 - 121 - 187/2010 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

São Lourenço do Oeste(SC), 30 de novembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº. 258/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 258/2010-PMS

Processo nº. 187/2010 - PMS - Inexigibilidade de Licitação nº. 10/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 220, nº 200, Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio www.LeisMunicipais.com.br.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a cessão de uso de software da CONTRATADA à CONTRATANTE, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos, Concursos Públicos e Licitações) por este fornecidos, dispostos no site www.LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica do Município, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL de conexão será fornecida pela CONTRATADA ao setor técnico da CONTRATANTE.

Valor do contrato: R\$ 14.752,00 (quatorze mil setecentos e cinquenta e dois reais).

Data da Assinatura: 30/11/2010 - Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A56/2010 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A56/2010 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 184/2010 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 184/2010 - PMS, celebrado em 26 de agosto de 2010, proveniente do Processo de licitação nº. 124/2010 - PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 07/2010 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Pavimentação Asfáltica das Ruas Leopoldo Fiedler, perfazendo a área total de 5.385,26m² e Guilherme Zerbini, perfazendo a área total de 3.960,75m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, de acordo com projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório e conforme Contrato de Repasse nº. 0303.164-83/2009, com o Ministério das Cidades, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o disposto no Artigo 57, § 1º da Lei Federal nº.

8.666/93, bem como cláusula Décima Sexta do contrato nº 184/2010-PMS, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação do prazo da vigência do contrato, devido o atraso na liberação da Caixa Econômica Federal, impedindo assim a execução dos serviços dentro do prazo estabelecido em licitação.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até a data de 30 de junho de 2011.

Cláusula 2ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 30 de Novembro de 2010.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S :

1ª _____ 2ª _____

Nome: Orlando Tecilla

Nome: Marilene Busch

CPF nº. 311.753.079-34

CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A57/2010 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A57/2010 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 185/2010 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 33, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Alcides Boaretto, inscrito no CPF sob o nº. 207.478.700-63, portador da carteira de identidade nº. 11R/383.364-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 185/2010 - PMS, celebrado em 26 de agosto de 2010, proveniente do Processo de licitação nº. 126/2010 - PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 08/2010 - PMS, para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Pavimentação Asfáltica das Ruas São Paulo, perfazendo a área total de 1.450,74m² e Amazonas, perfazendo a área total de 5.551,48m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, de acordo com projetos,

memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório e conforme Contrato de Repasse nº. 324.994-64/2010, com o Ministério das Cidades, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o disposto no Artigo 57, § 1º, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como cláusula Décima Sexta do contrato nº 185/2010-PMS, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação do prazo da vigência do contrato, devido o atraso na liberação da Caixa Econômica Federal, impedindo assim a execução dos serviços dentro do prazo estabelecido em licitação.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até a data de 30 de junho de 2011.

Cláusula 2ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 30 de Novembro de 2010.
CONTRATADA:

CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA
Alcidir Boaretto
CPF nº. 207.478.700-63

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Felipe Voigt
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S :

1ª _____ 2ª _____
Nome: Orlando Tecilla Nome: Marilene Busch
CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A58/2010 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A58/2010 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2010 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.950.917/0001-00, estabelecida na Rua Blumenau, 242, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Marcos Luis Tomazelli, portador da

Carteira de Identidade no1.588.001-0-SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº.573.532.809-30, residente na Rua 14 de Abril, 54, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, de ora em diante denominado simplesmente de BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 42/2010 - PMS, celebrado em 25 de fevereiro de 2010, para o comodato de imóvel para fins de desenvolvimento sustentável da comunidade da região, sendo um prédio de alvenaria localizado na Rua Paulo Jahn, s/n, nesta cidade, tendo o imóvel área de 315,00m², denominado Stande de Tiros decorrente de autorização legislativa específica (Lei Municipal nº.1.776/2010, de 19 de fevereiro de 2010), regido pelas normas do Código Civil Brasileiro (Arts. 579 e ss).

Considerando por expressa disposição contratual na cláusula Quinta, bem como Lei Municipal nº 1776/2010, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - O Contrato Administrativo nº. 42/2010-PMS, passa a vigor durante o período de 1º de janeiro de 2011 até a data de 31 de dezembro de 2011.

Cláusula 2ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 1º de Dezembro de 2010.
CONTRATADA:

ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS
Marcos Luiz Tomazeli
Presidente

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Felipe Voigt
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S :

1ª _____ 2ª _____
Nome: Orlando Tecilla Nome: Marilene Busch
CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A59/2010 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A59/2010 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 78/2010-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMATICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.504.465/0001-78, estabelecido na Rua Uruguay, nº. 147, Bairro Ponta Aguda, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89050-060, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Rogério Reuter, inscrito no CPF sob o nº 019.058.189-12, portador da Carteira de Identidade no 3R.2.966.491 - SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 78/2010 - PMS, celebrado em 13 de abril de 2010, proveniente do processo de licitação nº. 50/2010-PMS, na Modalidade Pregão Presencial nº. 23/2010-PMS, para contratação de empresa especializada em locação e manutenção de impressoras multifuncionais para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Considerando o disposto no Artigo 65, I, "b", c/c artigo 65, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, devido à necessidade de quantidades adicionais, não previstos inicialmente.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica Aditivado ao contrato o valor de R\$ 1.323,00 (Um mil trezentos e vinte e três reais), conforme segue:

Item	Descrições	Qtde. Licitada	Unid.	Valor R\$ Unitário	Qtde. Aditivada	Valor R\$ Aditivado
01	06 Impressoras Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo aproximado de 12.000 páginas mês compartilhado entre todas as máquinas As impressoras deverão ser: todas multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar, passar e receber fax). A velocidade de impressão (normal, A4) deve ser de no mínimo 23 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser Monocromática. Resolução de impressão mínima de 600 x 600 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 30 folhas.	108.000	Cópia	0,049	27.000	1.323,00

Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Especificações da copiadora: Velocidade de cópia (preto, qualidade de rascunho, A4): mínimo de 23 cópias por minuto. Resolução de cópia (texto em preto): mínimo 600 x 600 dpi. Dimensionamento da copiadora mínimo: 50 até 200%. Especificações de fac-símile: Velocidade de transmissão de fax: 33,6 Kbps. Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0). Modelos de Referencia: Lexmark X204n / HP LaserJet M1522nf

A serem instaladas nos seguintes locais:
Secretaria de Educação
Posto de Saúde Centro – Farmácia
Posto de Saúde de Schroeder I
Posto de Saúde de Marisol
Planejamento
RH

O volume apresentado é apenas um valor de referência, não sendo uma cota mínima mensal. A municipalidade somente irá fazer a liquidação e pagamento da despesa de acordo com o volume consumido.

Cláusula 2ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 1º de dezembro de 2010.

CONTRATADA:

REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMATICA LTDA EPP

Rogério Reuter

CPF nº 019.058.189-12

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S :

1ª _____ 2ª _____

Nome: Orlando Tecilla

Nome: Marilene Busch

CPF nº. 311.753.079-34

CPF nº. 037.813.699-27

Siderópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº1.908, de 30 de Novembro de 2010

LEI Nº1.908, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS A PERMUTAR MATERIAL COM A EMPRESA CONFER

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Siderópolis autorizado a permutar material tipo seixo rolado bruto, na quantia de 12.000 m³ (doze mil metros cúbicos), com a empresa CONFER - Construtora Fernandes Ltda., CNPJ/MF sob o n. 75.534.974/0001-54, a qual dará em contrapartida, na forma de medida compensatória, as seguintes realizações:

- I - Recuperação da manta asfáltica danificada na Estrada Geral Santa Luzia, no Bairro de Santa Luzia;
- II - Recuperação da manta asfáltica danificada na Estrada Geral Rio- Ex-Patrimônio (próximo a Igreja)
- III - Cem viagens de base para o Município;
- IV - Colocação de uma lombada na Rua Pietro Ferro, no Bairro de Vila São Jorge (próximo a Escola);
- V - Colocação de uma lombada na Rua Dionísio Comin, no Bairro Ex-Patrimônio (próximo a Igreja);
- VI - Colocação de duas lombadas na Rua 6, Bairro Rio Fiorita;
- VII - Recuperar as lombadas da Rua 8, no Bairro Rio Fiorita;
- VIII - Colocação de uma lombada na Rua Siderúrgica, Centro (em frente à empresa de Correios e Telégrafos).

Parágrafo Único - O prazo de cumprimento das medidas compensatórias será de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Lei, sob pena de cancelamento no fornecimento do material pela Municipalidade.

Art. 2º. O Legislativo Municipal realizará, juntamente com o órgão competente do Município, a fiscalização no cumprimento das aludidas medidas e no fornecimento do material.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação."

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Novembro de 2010
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

JORDANA FONTANELLA GARLINI
Estagiária de Administração

Lei Nº1.909, de 01 de Dezembro de 2010

LEI Nº1.909, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010

AUTORIZA CELEBRAR TRANSAÇÃO JUDICIAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica o Município autorizado a celebrar transação judicial nos autos da ação ordinária c/c indenização por danos morais com

pedido de tutela antecipada (processo Nº 020.07.007706-1), em que figuram como partes Jucelia Longo Scaini e Município de Siderópolis.

Art 2º. Fica o Município de Siderópolis autorizado a efetuar o recolhimento de FGTS e INSS, desde abril/2005 a que teria direito a requerente, bem como, o pagamento em 12(doze) parcelas, de vinte e quatro (24) meses de salários, pelos valores atuais.

Art 3º. Fica condicionada a celebração do referido acordo à apreciação do Ministério Público da Moralidade e posterior homologação do Juízo competente.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta das dotações próprias do(s) orçamento(s) vigente(s), em que forem satisfeitos os pagamentos.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 01 de Dezembro de 2010
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

JORDANA FONTANELLA GARLINI
Estagiária de Administração

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial Nº 51.2010

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 115/2010

Edital de Pregão Presencial nº 51/2010

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, e entrega imediata que tem por objeto a aquisição de Equipamentos e Materiais, a serem distribuídos como premiação do programa de incentivo à incrementação da arrecadação municipal através do sorteio de prêmios e mediante troca de cartelas por notas ou cupons fiscais.

Entrega das propostas até às 08h30min do dia 15/12/2010
Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 01 de Dezembro de 2010
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 52.2010

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 116/2010

Edital de Pregão Presencial nº 52/2010

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos

interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, e entrega imediata que tem por objeto a aquisição de Mobiliário e Móveis sob medida para as Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Entrega das propostas até às 14h00min do dia 15/12/2010
Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22.
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 01 de Dezembro de 2010

ENOI SCHERER

Prefeito Municip

PROCESSO de Licitação Nº 117/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2010

Edital de Leilão nº 02/2010

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Leilão Público Presencial para alienação de bens móveis patrimoniais e implementos ao município.

Entrega das propostas a partir das 09:00 horas do dia 20/12/2010. Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49)332-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 02 de dezembro de 2010.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Termo Aditivo

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 15/2010.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 15/2010, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Ilmo Prefeito, o Senhor Enói Scherer, e de outro lado a empresa Alta Genetics do Brasil Ltda, inscrita no CNPJ nº 00.771.945/0001-07, com sede na rodovia BR 050, Km 164, bairro: Parque Hiléia, no Município Uberaba- MG, neste ato representado Alberto Frischmann, portadora do RG nº 4.582.858-SSP e do CPF nº 006.297.018-6, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 15/2010.

Considerando o contrato Administrativo nº 15/2010 -Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 26 de janeiro de 2010, proveniente do Processo Licitatório nº 03/2010, Registro de Preço através do Pregão Presencial 02/2010 -PMT, em que consta como objeto a aquisição de SEMEN E MATERIAIS AUXILIARES, para suprir as necessidades de Programa desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis/ SC.

Considerando o disposto na Cláusula 7ª, do contrato nº 15/2010-Prefeitura Municipal de Tunápolis. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária Proj/Ativ 2.025, 3.3.90.00.00.00.00.00.0104 Programa de Melhor Genética.

Considerando a necessidade da aquisição do sêmen para não

prejudicar o programa de Melhoramento Genético, celebrado com a ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, conforme justificativa anexa, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula Primeira

Descrição valor R\$ 1.047,00 (um mil e quarenta e sete reais)

Item	Qtd	unid	especificações	Marca	Preço	Preço total
3	125	doses	Sêmen da raça holandês preto e branco	PREMIER	3,49	436,35
4	175	doses	Sêmen da raça Jersey	NASSER	3,49	610,75
Total geral						1.047,00

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as assinaturas dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 24 de Novembro de 2010

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Alta Genetics do Brasil Ltda

Contratada

Nestor Beckenkamp

Secretario Municipal da Agricultura

Oscar Berwanger

Servidor Municipal

Termo Aditivo

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 47/2010.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 47/2010, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA ENGLER TERRAPLANAGENS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Ilmo Prefeito, o Senhor Enói Scherer, e de outro lado a empresa Engler Terraplanagens Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 80.071.483/0001-54, estabelecida na Rua João Castilho, 467, no Município de Tunápolis- SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 47/2010.

Considerando o contrato Administrativo nº 47/2010 -Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 26 de janeiro de 2010, proveniente do Processo Licitatório nº 26/2010 e Pregão 15/2010 -PMT, em que consta como objeto na contratação de serviços de Trator de Esteiras para as atividades do programa da Secretaria Municipal da Agricultura e de Transportes e Obras, junto as propriedades rurais e estradas municipais.

Considerando o disposto na Cláusula 7ª, do contrato nº 47/2010-Prefeitura Municipal de Tunápolis. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária : Unid. Orç. / Projeto / Atividade DESCRIÇÃO
2.023 3.3.90.00.00.00.00.00.0104 Manutenção das atividades da Secretaria da Agricultura

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados pelo contrato celebrado com a ENGLER TERRAPLANAGENS LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, conforme justificativa anexa, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula Primeira
Descrição valor R\$ 6.996,00 (Seis mil novecentos e noventa e seis reais)

Item	Qtd	unid	especificações	Preço	Preço total
2	40	Horas	Horas de serviço de Trator de Esteiras atendendo as seguintes especificações:	174,90	6.996,00
Total geral					6.996,00

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as assinaturas dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 29 de Novembro de 2010
Enoi Scherer Engler Terraplanagens Ltda
Prefeito Municipal Contratada

Nestor Beckenkamp
Secretario Municipal da Agricultura

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 2039/2010

LEI NO 2.039/10, de 30 de novembro de 2010.
CONCEDE VALE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. Fica concedido Vale Alimentação, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, a partir de 1º de janeiro de 2011 a todos os servidores e empregados públicos ativos da Prefeitura Municipal de Turvo, bem como aos ocupantes de função gratificada e contratados em caráter temporário.

Parágrafo Único. O Vale Alimentação de que trata esta Lei será concedido até 28 de fevereiro de 2011 e não incorporará aos vencimentos.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 30 de novembro de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.
Nestor Reco
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2040/2010

LEI NO 2.040/10, de 30 de novembro de 2010.
CONCEDE PREMIO JUBILAR AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de

Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. Fica concedido Prêmio Jubilar, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, a partir de 1º de janeiro de 2011 a todos os servidores inativos e pensionistas da Prefeitura Municipal de Turvo.

Parágrafo Único. O Prêmio Jubilar de que trata esta Lei será concedido até 28 de fevereiro de 2011 e não incorporará aos proventos de seus beneficiários.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 30 de novembro de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Leilao 120/2010

Aviso de Licitação

Modalidade de Leilão

A Prefeitura Municipal de Turvo - SC, através de seu Leiloeiro torna a publico que fará realizar processo licitatório Modalidade de Leilão Publico a quem se fizer interessado.

Processo de Licitação nº 120/2010 - Modalidade - LEILÃO nº. 120/2010 - Tipo Melhor Preço Ofertado.

Objeto: O objeto da presente licitação é a Alienação de Bens Inservíveis a Administração Publica e lixo reciclável do Município de Turvo - SC.

Entrega dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 20/12/2010
Abertura da Sessão para abertura dos envelopes e em seguida para lances: a partir das 14:00 horas do dia 20/12/2010
Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo - SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186 ou pelo e-mail: compraspmturvo@netvale.net

Turvo - SC, em 30 de Novembro de 2010
JOSE SIDNEI JANUÁRIO
Leiloeiro

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 9.579/10

DECRETO Nº 9.579/10, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09, de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.063 - Atenção Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.8 - Aplicações Diretas 10.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 10.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de novembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de Novembro de 2010.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1417/10

PORTARIA nº 1.417/10
Exonera Servidor Municipal

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5.540/10

RESOLVE

Exonerar, a pedido, JOSIANE GASDA DE FRANÇA, do cargo comissionado de Gerente de Programas e Projetos Sociais, símbolo DAS-4, nomeada pela Portaria nº 0281/10.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 13 de dezembro de 2010.

Videira, 26 de novembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de novembro de 2010.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1418/10

PORTARIA nº 1418/10
Autoriza a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 29.476-4

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Autorizar a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 29476-4, Agência nº 0403-0, do Banco do Brasil S/A, pelo servidor ARNALDO POSANSKE, responsável pela devida prestação de contas nos termos da Legislação vigente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de novembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de novembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Dispensa de Licitação N. 58/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 58/10-FMS

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 58/10-FMS

HOMOLOGAÇÃO: 01/12/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E OUTROS MATERIAIS RELACIONADOS AO TRATAMENTO DE SAÚDE, OS QUAIS SERÃO DISTRIBUÍDOS PARA OS PACIENTES CARENTES.

FORNECEDOR DIRETO: FARMÁCIA EDSON JOSÉ COLLE LTDA EPP. Valor R\$: 3.160,44 (três mil cento e sessenta reais e quarenta e quatro centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Videira - SC, 01 de Dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Retificação Publicação Aditivo n0300-2010

Aditivo nº: 0300/2010

Contrato/Ata nº: ATA 78/2010

Licitação: PR 103/2010-PMV

Contratada: GRANDO PNEUS LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da Ata 76/2010 a partir de 02/12/2010 até 31/12/2010, respeitando a vigência dos respectivos créditos orçamentários;

Data: 24/11/2010

Edital de alteração de carga horária nº 010/2010

RETIFICAÇÃO N.º 01 DO

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 010/2010, de 19 de novembro de 2010

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Município de Videira, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e emendas, RESOLVE retificar o edital de Processo Seletivo n. 10/2010, de 19/11/2010, conforme segue:

a) Incluir no quadro Das vagas para Alteração Temporária da Carga Horária, da Escola de Educação Básica Municipal Paulo Fioravante Penso:

Língua Inglesa	1 vaga	10	horas
----------------	--------	----	-------

b) As demais regras do edital permanecem inalteradas.

Videira, 29 de Novembro de 2010.

ROBERTO MARASCHIM PRIMO

Secretário de Educação

